

**DJENANE FERREIRA PENA**

**DOCUMENTO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO  
PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DOS ALUNOS EGRESSOS DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE VIÇOSA (1926 a 1969)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Luiz Lima Vailati

**VIÇOSA – MINAS GERAIS  
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

P397d  
2023  
Pena, Djenane Ferreira, 1971-  
Documento, história e memória: a importância da  
preservação do patrimônio documental dos alunos egressos da  
Universidade Federal de Viçosa (1926 a 1969) / Djenane  
Ferreira Pena. – Viçosa, MG, 2023.

1 dissertação eletrônica (165 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Orientador: Luiz Lima Vailati.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,  
Departamento de História, 2023.

Referências bibliográficas: f. 114-122.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.519>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Universidade Federal de Viçosa - Ex-alunos - História -  
1926-1969. 2. Universidade Federal de Viçosa - Arquivos -  
Digitalização. 3. Preservação digital. I. Vailati, Luiz Lima,  
1975-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de  
História. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural,  
Paisagens e Cidadania. III. Título.

CDD 22. ed. 378.8151

**DJENANE FERREIRA PENA**

**DOCUMENTO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO  
PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DOS ALUNOS EGRESSOS DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE VIÇOSA (1926 a 1969)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 11 de agosto de 2023

Assentimento:



---

Djenane Ferreira Pena  
Autora



---

Luiz Lima Vailati  
Orientador

## AGRADECIMENTOS

“Uma vida sem desafios não vale a pena ser vivida.” O desafio foi grande e é chegada a hora de agradecer. Agradeço a Deus pela força e sabedoria para enfrentar os desafios desse projeto. Aos meus pais, Domingos e Nadir (*in memoriam*), que, apesar do pouco estudo, nunca mediram esforços para que seus filhos estudassem. E nos momentos mais difíceis eu me lembrava dos conselhos e incentivos de minha mãe. Agradeço a uma pessoa especial que perdi durante a realização do mestrado, um grande incentivador e conselheiro o Wilson Ferreira de Souza (*in memoriam*). Agradeço a minha amiga e companheira Kariny pela força, incentivo e apoio incondicional. Ao meu filho Ray que chegou para mim juntamente com a aprovação no mestrado, tornando os desafios ainda maiores, mas ele, com sua inocência e pureza, me divertia com as brincadeiras, aliviando, assim, de forma doce, a minha vida e renovando minhas forças em busca do resultado.

Agradeço ao diretor do Registro Escolar, Edson Martinho Ramos, por disponibilizar o arquivo para minha pesquisa. Agradeço a todos os colegas de trabalho, em especial a Maria Goretti Fontes Pereira e Sérgio Ferreira de Souza, que não mediram esforços para me auxiliarem na pesquisa dentro do arquivo.

Agradeço ao arquivista Eduardo Luiz dos Santos pela disponibilidade e a Margareth Machado Duarte por todo conhecimento repassado sobre TI e sobre todo esforço na implementação do acervo digital.

Por fim, agradeço ao meu orientador o Luiz Lima Vailati pelo apoio e paciência, assim como a todos os professores do departamento de História.

Enfim... "Quem caminha sozinho pode até chegar mais rápido, mas aquele que vai acompanhado, com certeza vai mais longe."

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## RESUMO

PENA, Djenane Ferreira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2023. **Documento, História e Memória: a importância da preservação do patrimônio documental dos alunos egressos da Universidade Federal de Viçosa (1926 a 1969).** Orientador: Luiz Lima Vailati.

O arquivo de uma universidade é guardião de sua memória institucional e, ao longo dessa pesquisa, foi possível perceber a importância de se preservar e disponibilizar para consulta do público em geral documentos que apresentam, de maneira tão significativa, essa memória, fornecendo informações sobre um dos mais importantes braços da universidade: seus alunos. Nesse sentido, o trabalho de pesquisa foi embasado no vasto e rico acervo institucional do arquivo da Diretoria de Registro Escolar, guardião de parte importante da memória da UFV, no que tange o acervo documental dos alunos egressos, fonte de pesquisa tanto para acadêmicos quanto para a sociedade em geral, pois são capazes de responder a questões pertinentes à História da Educação no Brasil. O arquivo permanente da Diretoria de Registro Escolar da UFV é centenário e, além de conter a documentação dos alunos, tanto ativos como egressos, narra a trajetória da UFV desde o seu primórdio com a ESAV e a UREMG. Este trabalho mostra outro fator de relevância, pois relata a importância de se estudar e propor formas de preservação e indexação dos documentos que compõem o acervo documental do Registro Escolar da UFV, dadas suas características físicas, as informações neles contidas e por serem estas fontes de pesquisa relevantes para aqueles que desejam se debruçar sobre a história da instituição. Mostramos os desafios para a constituição do acervo digital na busca da preservação desse acervo documental. Concluímos demonstrando como o tratamento arquivístico e a digitalização podem solucionar o problema do perigo de se perder parte importante da memória institucional da Universidade Federal de Viçosa no que se refere à documentação de seus alunos egressos e da implantação da instituição em 1926.

**Palavras-chave:** Acervos documentais institucionais. Digitalização de acervo. Preservação da Memória institucional.

## ABSTRACT

PENA, Djenane Ferreira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2023. **Document, History and Memory: the importance of preserving the documentary heritage of students who graduated from the Federal University of Viçosa (1926 to 1969)**. Adviser: Luiz Lima Vailati.

The archive of a university is the guardian of its institutional memory and throughout this research it was possible to realize the importance of preserving and making available for consultation of the general public documents that present in such a significant way this institutional memory, providing information about one of the most important arms of the university: its students. In this sense, the research work was based on the vast and rich institutional collection of the archive of the School Registration Board, guardian of an important part of the memory of UFV, with regard to the documentary collection of the graduates students, a source of research both for academics and for society in general, as they are able to answer questions pertinent to the History of Education in Brazil. The permanent archive of the UFV School Registration Board is centennial and in addition to containing the documentation of both active and alumni students, the documentary collection narrates the trajectory of UFV since its beginnings with ESAV and UREMG, and are also able to answer questions pertinent to the History of Education in Brazil. The present work shows another factor of relevance for reporting the importance of studying and proposing ways of preserving and indexing the documents that make up the documentary collection of the UFV School Registry, given their physical characteristics, the information they contain and because these research sources are relevant for those who wish to focus on the history of the institution. We show the challenges for the constitution of the digital collection in the search for the preservation of this documentary collection. We conclude that an archival treatment and digitization can solve the problem of the danger of losing an important part of the institutional memory of the Federal University of Viçosa with regard to its graduates and the implementation of the institution in 1926.

**Keywords:** Institutional documentary collections. Digitization of collections. Preservation of institutional memory.

## LISTA DE SIGLAS

ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural

CAp-Coluni – Colégio de Aplicação

CPAD/UFV - Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Universidade Federal de Viçosa

CONAC - Controle acadêmico da UFV

CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos

EPI - Equipamento de Proteção Individual

ESCD - Escola Superior de Ciências Domésticas

ESAV – Escola Superior de Agricultura e Veterinária

EUA – Estados Unidos da América

GED - Sistema de Gerenciamento de Documentos

LAMPEH - Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFV – Universidade Federal de Viçosa

USP - Universidade de São Paulo

UDF - Universidade do Distrito Federal

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFERJ – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UNE – União Nacional dos Estudantes.

UREMG - Universidade Rural do Estado de Minas de Minas Gerais

USAID - *United States Agency for International Development*

SNI - Serviço Nacional de Informações

TI - Tecnologia da Informação

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDBEN – Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PRE – Pró Reitoria de Ensino

IES - Instituições De Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

SIARQ - Arquivo Central do Sistema de Arquivos

SEI - Sistema Eletrônico de Informações

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Marcha Nico Lopes nos anos de 1931 e 1936. ....	36
Figura 2: Antônio Lopes Sobrinho, o Nico Lopes. ....	36
Figura 3: Comboio de inauguração da ESAV .....	44
Figura 4: Fundadores da Semana do Fazendeiro .....	47
Figura 5: Solenidade de Formatura de 1936. Formandos com familiares, professores e na presença de Bello Lisboa. ....	48
Figura 6: Fotografias de atividades do Mês Feminino de 1935 .....	54
Figura 7: Solenidade de transformação da ESAV em UREMG, julho de 1949.....	57
Figura 8: Envelope, Caixa e Sala do Arquivo da Diretoria de Registro Escolar.....	70
Figura 9: Recorte de jornal comunicando a morte de aluno da ESAV durante a Segunda Guerra Mundial. Juiz de Fora, 1945. ....	83
Figura 10: Documentos apresentando sujidades .....	94
Figura 11: Documento apresentando auréolas.....	95
Figura 12: Documentos apresentando foxing.....	96
Figura 13: Parte da equipe responsável por analisar soluções para implantação do acervo digital.....	104
Figura 14: Gestor de Documentos utilizado no projeto.....	106
Figura 15: Scanner planetário utilizado para digitalização dos documentos antigos da Diretoria de Registro Escolar da UFV.....	109
Figura 16: Sistema DOK de Gestão de Documentos .....	112

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Origens dos alunos esavianos - Número de cidades por estado.....	51
Gráfico 2: Percentual de homens e mulheres matriculados na ESAV .....	53
Gráfico 3: Proporção de homens e mulheres matriculados/as na UREMG .....	63

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cursos de engenharia agrônômica que funcionaram entre 1877 e 1936.....	19
Quadro 2: Etapas para recuperação, preservação e disponibilização de documentos em meio digital.....	98

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 - O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....</b>	<b>17</b>
1.1 Brasil: Um esboço histórico sobre o ensino agrícola.....	17
1.2 O contexto em Minas Gerais .....	30
1.3 O Movimento Estudantil.....	31
<b>CAPÍTULO 2 - CONTEXTO HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DA ESAV E DA UREMG</b>	<b>40</b>
2.1 Criação da ESAV .....	41
<b>2.1.1. A organização do ensino e a ideia de disciplina na educação esaviana .....</b>	<b>45</b>
<b>2.1.2 Uma Escola masculina: perfil do aluno e a ausência feminina na ESAV .....</b>	<b>50</b>
<b>2.1.3 Publicações da ESAV .....</b>	<b>55</b>
2.2 Criação da UREMG .....	56
<b>2.2.1 Organização do Ensino .....</b>	<b>58</b>
<b>2.2.2 O perfil do aluno na UREMG: origem, gênero e imprensa estudantil .....</b>	<b>61</b>
<b>2.2.3 A UREMG na Ditadura Militar.....</b>	<b>64</b>
<b>CAPÍTULO 3 – A CONTRIBUIÇÃO DOS DOCUMENTOS DA ESAV E DA UREMG PARA O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL .....</b>	<b>68</b>
3.1 O acervo documental .....	69
3.2 Formas de preservação dos documentos.....	72
3.3 Os documentos que narram uma história.....	76
3.4 Trabalho, pesquisa e extensão .....	85
<b>CAPÍTULO 4 – PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DOS DOCUMENTOS.....</b>	<b>91</b>
4.1 O ciclo vital dos documentos de arquivo.....	91
4.2 Alguns tipos de deterioração encontradas nos documentos da Diretoria de Registro Escolar .....	93
<b>4.2.1 Sujidades .....</b>	<b>93</b>
<b>4.2.2 Auréolas.....</b>	<b>95</b>

<b>4.2.3 Foxing</b> .....	95
4.3 Fases da Conservação Reparadora.....	96
4.4 Preparação para a Digitalização de Documentos.....	97
4.5 Preservação e Indexação .....	99
<b>4.5.1 Indexação</b> .....	100
<b>4.5.2 Difusão</b> .....	102
4.6 Os desafios e soluções para a implantação do acervo digital .....	105
4.7 O início dos trabalhos de implantação do acervo digital .....	108
4.8 Etapas no processo de digitalização de documentos .....	109
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>114</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>123</b>

## INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado nas próximas páginas consiste na pesquisa e plano de ação que vêm sendo desenvolvidos ao longo do período de realização do Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadanias na Universidade Federal de Viçosa. Sendo esta autora servidora da Diretoria de Registro Escolar nessa mesma instituição, sediada no *campus* da cidade de Viçosa, chamou atenção o fato de haver, nas dependências desse órgão, um rico acervo documental referente a alunos egressos e ativos, que fizeram e fazem parte da instituição em suas três fases de existência: ESAV, UREMG e UFV, atravessando, ao todo, os 96 anos da universidade.

Ao longo dos estudos realizados no âmbito das disciplinas da pós-graduação, bem como das leituras e buscas feitas para a composição específica do trabalho, cuja primeira parte apresentamos neste seminário, foi possível perceber a importância de se preservar e disponibilizar para consulta do público em geral documentos que apresentam de maneira tão significativa a memória institucional, fornecendo informações sobre um dos mais importantes braços da universidade: seus alunos. Nesse sentido, o trabalho de pesquisa foi embasado no vasto e rico acervo institucional do arquivo da Diretoria de Registro Escolar, guardião de parte importante da memória da UFV, no que tange o acervo documental dos alunos egressos, fonte de pesquisa tanto para acadêmicos quanto para a sociedade em geral, pois são capazes de responder a questões pertinentes à História da Educação no Brasil. Tendo este fato em mente, propôs-se dois objetivos principais: (1) apresentar a natureza desse corpo documental e as informações neles contidas; (2) discutir o valor histórico contido em meio aos documentos que compõem o acervo da Diretoria de Registro Escolar, demonstrando de que modo eles podem contribuir para a recuperação da história estudantil local e nacional e; (3) propor um plano para a recuperação, preservação, digitalização e disponibilização dos mesmos para que o acesso aos dados contidos nesse rico acervo seja facilitado e agilizado.

Desse modo, o trabalho se justifica, visto que a pesquisa documental é essencial para o processo de análise do objeto de estudo e as informações contidas nesses documentos possibilitam realizar uma pesquisa qualitativa e quantitativa. Os documentos podem ser usados como fontes de informações e para a exposição de resultados, em conformidade com o interesse de quem pesquisa. A digitalização e difusão desses documentos elucidará um dos maiores problemas ocorridos em arquivos com documentos centenários, como é o caso do arquivo em questão, pois,

durante pesquisas *in loco*, muitos documentos foram extraídos e outros foram manuseados de forma incorreta, acarretando, assim, danos irreparáveis e grande prejuízo para pesquisas posteriores.

Outro fator de relevância pode ser considerado quando se observa a importância de se estudar e propor formas de preservação e indexação dos documentos que compõem o acervo documental do Registro Escolar da UFV, dadas suas características físicas, as informações por eles contidas e por serem estas fontes de pesquisa relevantes para aqueles que desejam se debruçar sobre a história da instituição. É este um acervo composto por manuscritos e documentos datilografados, aspectos que enfatizam sua característica de raridade e antiguidade, o que torna os processos e métodos envolvidos em sua preservação bastante específicos. O material com o qual se tem trabalhado está sujeito a agentes de degradação, como poeira, microrganismos, manuseio inadequado, entre outros.

Pensando, pois, na importância das informações que esses documentos carregam em si para pesquisas que se dediquem a temas pertinentes, como o racial, de gênero, classe social, incidência regional, políticas de auxílio aos estudantes, modelos disciplinares, bem como sobre meios para se preservar a memória da instituição, além da imprescindibilidade em fazer com que o conhecimento obtido seja disponibilizado e difundido em meio ao público acadêmico e a quem mais possa interessar, é dada a relevância do trabalho que tem sido realizado. Nesse sentido, trabalha-se com a hipótese de que a preservação dos documentos dos alunos egressos da Universidade Federal de Viçosa é importante para a história e memória da instituição, pois além de demonstrar as transformações ocorridas na universidade ao longo do tempo, o acervo que se constitui objeto desta pesquisa também podem servir de base para pesquisas de interesses particulares ou coletivos.

Desse modo, estabeleceu-se como objetivo geral do trabalho que aqui se apresenta, demonstrar a importância do acervo documental enquanto fonte de pesquisa e a proposição de instrumentos e técnicas para a melhor sistematização, preservação e indexação dos dados relativos às informações da vida acadêmica dos alunos egressos no período de 1926 a 1969, sob guarda do Registro Escolar da UFV, e recuperar dados relativos à memória acadêmica desses mesmos indivíduos. O desenvolvimento, por sua vez, se dá por meio dos seguintes objetivos específicos: (1) Investigar a importância dos documentos do acervo documental para pesquisas; (2) discutir processos de conservação de documentos com aplicabilidade para o caso da UFV; (3) verificar como as novas tecnologias podem ser utilizadas a fim de preservar o patrimônio documental dos alunos egressos da UFV; (4) conhecer e avaliar sobre métodos

de aplicar indexadores para facilitar a pesquisa documental; (5) propor meios que facilitem o acesso ao patrimônio documental dos alunos egressos da UFV.

Por sua vez, o processo metodológico de realização da pesquisa envolve duas etapas. A primeira consistiu em uma pesquisa bibliográfica, ao longo da qual foram revisados conteúdos sobre patrimônio documental e sua natureza, bem como a importância desses acervos para a memória e para a pesquisa. Para tanto, foi realizado um amplo levantamento de fontes documentais como atas de reuniões da congregação, relatórios, cartas, convites, fotos, regimentos, estatutos, boletins, circulares e outros documentos produzidos pela ESAV e pela UREMG, assim como a documentação contida nas pastas dos alunos egressos e a legislação pertinente editada pelo governo do estado de Minas Gerais. Foram também estudados conteúdos sobre preservação e conservação de documentos e tecnologias de digitalização e difusão.

Além disso, foram realizados estudos de caso sobre sistemas de organização, armazenamento e difusão de documentos feitos em outras universidades. A partir dessa revisão, foi possível criar bases para caracterizar os documentos do Registro Escolar da UFV e propor os métodos mais adequados para a sua conservação. A segunda etapa consiste em uma análise dos documentos antigos dos alunos egressos da UFV que estão arquivados na Diretoria de Registro Escolar. Essa etapa é importante para conhecer a natureza de cada um e as informações neles contidas, além de caracterizar as informações presentes no acervo e, em seguida, propor métodos de indexação e difusão.

Acreditando que somos capazes de contribuir para que essa ação seja implementada de maneira efetiva, ao longo deste trabalho são descritas e avaliadas as medidas que vêm sendo tomadas para que os documentos componentes do acervo da Diretoria de Registro Escolar sejam acessados pelo público interessado, seja ele acadêmico ou leigo, de maneira eficiente e rápida. De tal maneira, a primeira parte desta dissertação foi dividida em quatro capítulos, cujo conteúdo está descrito a seguir.

No primeiro capítulo, é realizado um resgate sócio-histórico acerca da cronologia relacionada à implantação das primeiras instituições de ensino superior no Brasil com ênfase ao ensino superior agrícola, que é a base da UFV. Nesse sentido, são abordados os fatores que tornavam importantes o estudo da agricultura no país. É também elencado nesse capítulo o surgimento das primeiras faculdades e escolas de ensino superior no Brasil e, nesse contexto, encontra-se inserida, em linhas gerais, a criação da ESAV sediada na cidade de Viçosa e os objetivos dos governantes no ato de sua implantação e desenvolvimento, bem como o cenário da criação de outras instituições superiores no estado de Minas Gerais. Ademais, ainda neste

capítulo, é realizado um histórico sobre o surgimento do movimento estudantil, sua atuação e importância nas diversas etapas da história das universidades brasileiras.

O capítulo dois se volta especificamente ao contexto histórico e fases de fundação da ESAV e sua transformação em UREMG. Nesse contexto, o foco são não apenas os decretos e jogos políticos envolvidos em sua criação, mas, sobretudo, o histórico de alunos egressos, recuperado por meio da análise dos documentos presentes nas pastas disponíveis no arquivo da Diretoria de Registro Escolar da UFV. A ênfase desse capítulo está voltada para alguns fatores de relevada importância desse período, como o modelo disciplinar implementado, participação feminina, com análise sobre as condições históricas que permitiram os primeiros acessos de mulheres ao ensino superior, incidência regional dos alunos egressos, políticas de auxílio, natureza das punições e incidência por década, perfil do aluno, questões políticas da época. Também nessa etapa são expostas algumas das publicações dos alunos em periódicos acadêmicos e outros jornais da época. Para além, revisita-se a atuação do movimento estudantil da ESAV e UREMG em meio a períodos ditatoriais, a saber, o Estado Novo de Getúlio Vargas e a Ditadura Militar brasileira.

O terceiro capítulo se refere, especificamente, a alguns aspectos envolvendo a natureza dos documentos existentes nas pastas de alunos egressos da Universidade Federal de Viçosa em todas as suas fases de existência, evidenciando a relevância envolvida no interesse de se realizar sua preservação e disponibilização, uma vez que estes são responsáveis por contar parte da história da instituição e servir de fonte de pesquisa. Faz parte também desse capítulo uma abordagem teórica a respeito dos modos de preservação, indexação e difusão documental existentes na atualidade e uma indicação daquelas que seriam mais adequadas para aplicação no caso daqueles que se fazem objeto de nossa pesquisa.

Por fim, a segunda parte do trabalho diz respeito à prática envolvida na ação de se preservar acervos documentais, abordando as técnicas e etapas envolvidas nesse procedimento. Nesse contexto, são mencionadas as deteriorações constatadas nos documentos que compõem o arquivo da Diretoria de Registro Escolar da UFV, bem como as técnicas necessárias para sua efetiva recuperação. Também se encontra nesse capítulo a apresentação de produto para o Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidades no que se refere ao trabalho que vem sendo desenvolvido. Assim, é explanada a proposta de organização e digitalização que será implementada nas próximas fases da pesquisa, evidenciando tudo aquilo que já foi realizado até aqui, bem como o que se pretende efetivar nas próximas fases.

O que se espera, nesse sentido, é que nosso trabalho tenha impacto positivo no modo como o arquivo documental da Diretoria de Registro Escolar servirá como fonte de pesquisa mostrando as transformações ocorridas ao longo do tempo e como será digitalizado, indexado, disponibilizado e preservado dada a importância da natureza dos documentos como contribuição para a história da educação brasileira.

## **CAPÍTULO 1 - O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

Este capítulo tem como objetivo abordar historicamente a criação do ensino superior no Brasil, dando ênfase ao ensino superior agrícola, apresentando uma visão acerca das estruturas e transformações ocorridas ao longo do tempo, bem como um breve relato sobre a criação do movimento estudantil. Além disso, abordamos em linhas gerais a história da criação da ESAV, um de nossos focos principais ao longo da pesquisa, tema que será aprofundado devidamente ao longo do segundo capítulo deste estudo.

### **1.1 Brasil: Um esboço histórico sobre o ensino agrícola**

O início da implantação da educação superior no Brasil teve um atraso de quase três séculos em comparação a outros países da América Latina, especificamente aqueles colonizados pelos espanhóis, os quais iniciaram a fundação de universidades a partir do século XVI, ou seja, tão logo iniciaram o processo de colonização. De acordo com Anísio Teixeira (1989, p. 65), “até os começos do século XIX, a universidade do Brasil foi a Universidade de Coimbra.” Sabe-se que a colônia portuguesa não tinha como prioridade a fundação de universidades, pois as elites agrárias da época não concordavam com a criação de cursos superiores, pois alimentavam o ideário de que, para fortalecer os laços com a colônia, estudar na metrópole era mais importante e, portanto, bolsas de estudo eram oferecidas aos brasileiros advindos das classes superiores para que pudessem estudar em Coimbra.

Portanto, para entender o contexto histórico da criação da ESAV e, posteriormente, sua transformação em UREMG, se faz necessário compreender o que antecedeu e influenciou sua criação e desenvolvimento até chegar à sua federalização, quando passou a se chamar Universidade Federal de Viçosa (UFV), permanecendo desta forma até a atualidade.

O recorte cronológico relativo às primeiras instituições de ensino agrícola do Brasil remete ao final do século XIX e às primeiras décadas do século XX, quando ocorreram transformações no país, tanto no âmbito da política, com a mudança do sistema de governo para República, quanto no âmbito econômico, uma vez que, no final do século XIX, o país se tornou um centro agroexportador de café. Sobre esse fato, Furtado (2005) aponta que, “à medida que o café aumenta sua importância dentro da economia brasileira, ampliam-se as relações econômicas com os EUA. Já na primeira metade do século esse país passa a ser o principal mercado importador do Brasil”. (Furtado, 2005, p.30). O café, portanto, começa a surgir como uma nova fonte de riqueza para o país e, nos anos de 1930, se firma no mercado e

torna-se o principal elemento da exportação brasileira. Em Minas Gerais, a exploração das jazidas foi substituída pela cultura do café e esse fator trouxe mais riquezas e investimentos para o estado.

Acerca do tipo de ensino oferecido no Brasil no final do século XIX, Azevedo (2021, p. 26) destaca:

[...] no final do século XIX, predomina a vigência de um ensino secundário propedêutico, voltado para atender às necessidades das minorias privilegiadas em alcançar o ensino superior. Este último, por sua vez, manteve sua vocação acadêmica, retórica, sem muita preocupação com as atividades práticas e produtivas, preservando, assim, a herança cultural aristocrática, de formação bacharelesca, que influía diretamente sobre a composição e os objetivos perseguidos pela demanda escolar: formar os quadros dirigentes do país.” (Azevedo, 2021. p. 26).

No início do século XX, o Brasil mantinha forte sua raiz agrícola,. Com a Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914, aumentou a escassez de alimentos e propiciou ainda mais o aumento das atividades agrícolas no país com intuito de exportação, o que acarretou um desabastecimento interno, crise financeira, greves, aumento dos preços dos alimentos e alta da inflação. Sobre as transformações ocorridas no Brasil, Vicentino (1999, p. 148) destaca:

Nas três primeiras décadas do século XX. A população brasileira quase duplicou, aproximando-se, em 1930, dos 40 milhões de habitantes. Ao mesmo tempo, a imigração e os negócios do café impulsionaram o mercado nacional e a produção industrial, ganhando importância a vida urbana, a atuação empresarial e o operariado, com reflexos na política e na cultura nacional. Em 1917, o Brasil viveu sua primeira greve geral, refletindo as profundas transformações socioeconômicas que o país atravessava. (Vicentino, 1999, p. 148).

Devido a essas transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas no Brasil, passou-se a ter uma preocupação maior com a agricultura do país, sendo necessária, por esse motivo, a exigência de um grau de instrução maior para lidar com as lavouras e manter o homem no campo. É nesse contexto que surgem as primeiras instituições de ensino agrícola, tendo como metodologia a “criação do cidadão”. Conforme Faria Filho (2000), é a partir desse momento que a superioridade e a especificidade no âmbito da educação escolar passam a ser defendidas frente a instâncias de socialização, família, igreja e grupo social.

Observa-se que o objetivo geral dessas instituições era aperfeiçoar a produção agrícola, formando mão-de-obra qualificada, fazendo com que o país tivesse condição de competir na exportação em nível internacional. Assim sendo, o ensino agrícola consistiu em um produto advindo da ideologia que circunda o ruralismo e o profissional formado nessas instituições, sendo agente dessas inovações.

Durante este período ocorreram no Brasil muitas tentativas de criação de cursos voltados para a agricultura, alguns permaneceram, enquanto outros foram extintos, como é possível observar no quadro abaixo.

Quadro 1: Cursos de engenharia agrônômica que funcionaram entre 1877 e 1936

	Ano	Instituição	Localização
1	1877	UFBA	Cruz das Almas-BA
2	1891	UFPEL	Pelotas-RS
3	1891	Extinto	Taquary-RS
4	1897	Extinto	Porto Alegre-RS
5	1898	Extinto	São Paulo
6	1899	Extinto	Rio de Janeiro
7	1901	ESALQ/USP	Piracicaba-SP
8	1908	ESAL	Lavras-MG
9	1910	UFRGS	Porto Alegre-RS
10	1911	Extinto	Salvador-BA
11	1911	Extinto	Jaboatão-PE
12	1912	Extinto	Manaus-AM
13	1912	Extinto	Pinheiros-RJ
14	1913	UFRRJ	Rio de Janeiro-RJ
15	1914	UFRPE	Recife-PE
16	1914	Extinto	Belo Horizonte-MG
17	1915	Extinto	Paraná-PR
18	1915	Extinto	Cachoeira do Campo-MG
19	1918	Extinto	Passa Quatro-MG
20	1918	UFPR	Curitiba-PR
21	1918	UFCE	Fortaleza-CE
22	1918	Extinto	Belém-PA
23	1921	Extinto	Recife-PE
24	1928 <sup>1</sup>	ESAV/ UFV	Viçosa-MG
25	1930	Extinto	Barreiros-PE
26	1932	Extinto	São Luiz-MA
27	1935	Extinto	Niterói-RJ
28	1936	Extinto	Campos-RJ

Fonte: Capdeville, Guy. O Ensino Superior Agrícola no Brasil, Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Diante desse contexto, Azevedo (2021, p. 30) enfatiza que as primeiras instituições de nível superior em agricultura no Brasil foram envoltas em dificuldades tanto na construção como na fundação:

<sup>1</sup> Embora a ESAV, enquanto instituição, tenha sido inaugurada no ano de 1926, suas atividades didáticas se iniciaram em 1927, com o oferecimento de cursos de nível Fundamental, Médio e Técnico, tendo o Curso Superior em Agricultura se iniciado em 1928. Disponível em: <https://www.ufv.br/historia/>.

[...] o ensino agrícola ainda não se constituía como um vetor importante para a difusão de novas técnicas e o incremento da produção agrícola, além de não apresentar uma função social relevante, haja visto o baixo número de profissionais formados em alguns destes estabelecimentos, o que indica que a opção pelo estudo em agricultura não encontrava receptividade no seu público potencial, os filhos de agricultores e os proprietários de terra. (Azevedo, 2021, p. 30).

No nordeste brasileiro, foi inaugurada em 15 de fevereiro de 1877 a Escola Agrícola da Bahia, que nos seus estatutos estabelecia-se:

O primeiro currículo oficial de um Curso de Graduação em Agronomia, onde preconizava-se dividir o Ensino Profissional de Agricultura em dois graus: o elementar para formação de operários e regentes agrícolas, e o superior, destinado à habilitação de agrônomos, engenheiros agrícolas, silvicultores e veterinários (Estatuto de 15 de fevereiro de 1877).

Contudo, o ensino agrícola foi retomado somente em 1923 e, atualmente, incorporado à Universidade Federal da Bahia (UFBA).<sup>2</sup> A Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), por sua vez, pertencente à Universidade de São Paulo (USP), tendo sido fundada em 03 de junho de 1901 com o objetivo de ensinar as técnicas de cultivo corretas de algodão na região de Piracicaba, São Paulo. A ESALQ foi inicialmente estruturada para atender alunos de nível médio, porém, a partir de 1925, passou a oferecer formação superior nas áreas agrárias. A partir da fundação da Universidade de São Paulo em 1934, a Escola foi a ela integrada. Em 1945, passou por uma ampliação em sua estrutura física, que contou com a construção e ampliação de edifícios, instalações, ginásio e residência.<sup>3</sup>

O decreto n° 8.319, de 20 de outubro de 1910<sup>4</sup>, regulamentou no Brasil, o Ensino Agrícola Superior e definiu no seu art. 2° que este teria as seguintes divisões: “1° Ensino superior; 2° Ensino médio ou theorico-pratico; 3° Ensino pratico; 4° Aprendizados agrícolas; 5° Ensino primario agrícolas; 6° Escolas especiaes de agricultura; 7° Escolas domesticas agrícolas; 8° Cursos ambulantes; 9° Cursos connexos com o ensino agrícola; 10° Consultas agrícolas; 11° Conferencias agrícolas”<sup>5</sup>.

A Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, que foi inaugurada em 1910 no Rio de Janeiro, foi fechada em 1915 e reaberta em 1918. Hoje está incorporada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). (Mendonça, 1998).

Segundo Capdeville (1991, p. 239):

<sup>2</sup> Estrutura Administrativa. Disponível em: <ufba.br>.

<sup>3</sup> Câmara Municipal de Piracicaba - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz comemora 115 anos. Disponível em: <camarapiracicaba.sp.gov.br>.

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8319-20-outubro-1910-517122-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

<sup>5</sup> Texto transcrito conforme original.

A partir de 1920 já se procurava estabelecer um sistema nacional de educação. Nunca, até então, se tinha assistido, no país, a tanto interesse pelo problema da educação. A criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1922, os inquéritos nacionais sobre a educação, os debates na imprensa e as conferências nacionais de educação foram as manifestações mais explícitas desse interesse. (Capdeville, 1991, p. 239).

Somente após as reformas educacionais de Carlos Maximiliano<sup>6</sup> (Lei no 2.924, de 5 de janeiro de 1915), é que o governo brasileiro foi autorizado a reunir as três faculdades existentes no Rio de Janeiro em uma única instituição, formando, de tal maneira, uma “universidade”, o que só aconteceu por meio do Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920<sup>7</sup>.

Deste modo, Cunha (2003, p.163) afirma que “o procedimento utilizado para a constituição da Universidade do Rio de Janeiro foi paradigmático para as que vieram depois dela: a reunião de faculdades profissionais preexistentes”. O mesmo ocorreu durante a criação da UREMG, que contou com a incorporação da Escola Superior de Agricultura, da Escola Superior de Veterinária, com a Escola Superior de Ciências Domésticas, a Escola de Especialização, o Serviço de Experimentação e Pesquisa e o Serviço de Extensão (Sabioni; Borges; Mota, 2016, p. 2).

No Brasil, com a denominação de “Universidade”, a primeira a ser criada foi a Universidade de Manaus, em 1909, oferecendo os cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e de Formação de Oficiais da Guarda Nacional; entretanto ela foi extinta em 1926 restando apenas a Faculdade de Direito, a qual foi incorporada em 1962 à Universidade Federal do Amazonas.

Já em 1911, foi criada a Universidade de São Paulo, que oferecia os cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia, Comércio, Direito e Belas Artes. Assim como a Universidade de Manaus, a Universidade de São Paulo foi criada com recursos oriundos de grupos privados ou grupos sócios capitalistas. Porém, no caso de São Paulo, a faculdade de Medicina foi criada pela iniciativa do Governo Estadual e oferecia o estudo sem cobrar mensalidade, o que atraiu mais estudantes, se tornando prejudicial ao grupo capitalista, que investia visando o lucro com as mensalidades. Conseqüentemente, a Universidade foi finalizada em 1917.

---

<sup>6</sup> Em 1915 ocorre a Reforma de Carlos Maximiliano pela pressão da sociedade de senhoril em oferecer limites aos anseios por modernização educativa.

<sup>7</sup> Art. 1º Ficam reunidas, em «Universidade do Rio de Janeiro», a Escola Polytechica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, dispensada esta da fiscalização.

Em 1912, em Olinda, no estado de Pernambuco, por meio da iniciativa de monges beneditinos, foram criadas as Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária São Bento que, posteriormente, se transformaria em Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)<sup>8</sup>. A instituição passou por diversas fases ao longo de sua existência, tendo iniciado sua história enquanto uma Escola Superior confessional, demonstra a preocupação de diversas camadas da sociedade de princípios do século XX no Brasil com a implementação do ensino agrícola, bem como com o aprimoramento da agricultura no Brasil, corroborando com o que a bibliografia pertinente ao assunto coloca sobre as tendências econômicas no país no pós-abolição da escravatura. Em funcionamento até a atualidade, a UFRPE oferece cursos em diversos outros campos do saber.

No Paraná, foi criada em Curitiba, no ano de 1917, a terceira Universidade do país, oferecendo os cursos de Direito, Engenharia, Medicina, Farmácia, Odontologia e Comércio. Todavia, foi extinta pouco tempo depois e as Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia foram incorporadas à Universidade Federal do Paraná em 1950.

A Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, foi a que por mais tempo manteve o *status* de Universidade. Sobre este fato, Cunha (2003, p. 163) explica:

A nova universidade resultou da reunião das faculdades federais de Medicina e de Engenharia (descendentes das cátedras criadas em 1808 e 1810), e de uma faculdade de Direito, resultado da fusão e da federalização de duas instituições privadas existentes na capital do país. Ou seja, a reunião das faculdades de Medicina, de Engenharia, e de Direito deu origem à primeira universidade duradoura no Brasil, modelo para a quase totalidade das que se seguiram. (Cunha, 2003, p. 163).

Este procedimento de integrar faculdades na criação de uma universidade ocorreu também em Minas Gerais, uma vez que a Universidade de Minas Gerais se originou da junção das faculdades de Engenharia, Direito, Medicina, Odontologia e Farmácia.

De acordo com Cunha (2003, p. 163), destaca-se que a Revolução de 1930<sup>9</sup> trouxe para a educação dois modelos de políticas educacionais, uma autoritária de âmbito federal e outra liberal, de âmbito estadual. Constata-se que existiam no Brasil em 1930 apenas duas Universidades, a do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais, pois a do Rio Grande do Sul só foi denominada como “universidade” em 1934.

Com o desenvolvimento urbano e industrial ocorrido nos anos 30, a sociedade brasileira sofreu mudanças em seus aspectos econômico e social, originando, assim, um novo

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www.ufrpe.br/br>>.

<sup>9</sup> A revolução de 30, foi um golpe de Estado planejado e executado por militares que colocou Getúlio Vargas de forma provisória no poder, após depor Washington Luís e barrar a posse de Júlio Prestes.

estilo de vida. Desse modo, a sociedade brasileira passou a vislumbrar novas possibilidades, novas profissões e novas oportunidades em diversos setores, sendo o campo da educação um grande fomentador para tanto. Sobre isso, Graciani (1984, p.18) ressalta: “A partir do investimento na educação é que as camadas médias da população veem o seu projeto de ascensão através das ocupações burocráticas técnicas ou liberais.”

Em 1934, foi alçada ao *status* de Universidade uma instituição do Rio Grande do Sul, a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul. Sua criação não resultou de junção de faculdades já existentes e sim da Escola de Engenharia de Porto Alegre.

Com o movimento de criação das primeiras universidades no país iniciado em 1920, a função da cátedra<sup>10</sup> de ministrar o ensino em nome do Estado foi instituído por meio da constituição de 1934, bem como o seu caráter vitalício e a liberdade de cátedra, garantida em seu artigo 155. Já a Constituição de 1946 reafirma em seu capítulo II, art. VII este mesmo aspecto. Assim, o caráter vitalício do regime foi mantido até 1967, momento em que não foi citado na constituição brasileira. Ainda a respeito do tema, é relevante que ressaltemos que, ao longo da década de 1950 e início da década de 1960, regia no Brasil o Sistema das Cátedras (de origem francesa) nas universidades brasileiras que se definia da seguinte forma: os professores mais importantes tinham uma cadeira, eram os "Professores Catedráticos", e eram auxiliados pelos assistentes e pelos instrutores de ensino. De acordo com o sistema de cátedra, Graciani (1984, p.82) relata:

O sistema de cátedra das universidades brasileiras configurou-se no meio universitário como um dos principais bloqueios à reestruturação da universidade, uma vez que dificilmente se eliminariam os privilégios do professor catedrático, adquiridos historicamente no âmbito do ensino superior brasileiro (Graciani, 1984, p. 82).

Ainda nesse contexto, em 1938, foi fundada em Minas Gerais a Escola Superior Agrícola de Lavras (ESAL)<sup>11</sup>, seguindo a tendência de criação de escolas superiores voltadas para o ensino agrícola no Brasil. Sua federalização se concretizou no ano de 1963, em período anterior à implementação da Ditadura Militar no Brasil. Na atualidade, a Universidade, na

---

<sup>10</sup> Uma instância acadêmica, criada por meio de um acordo de cooperação, que visa fomentar as atividades de ensino e pesquisa em torno de uma temática específica.

<sup>11</sup> Fundada em 1908 sob o lema do Instituto Gammon (“Dedicado à glória de Deus e ao Progresso Humano”), a Escola Agrícola de Lavras passou a ser chamada Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL) em 1938. A federalização ocorreu em 1963. Disponível em: <https://ufla.br/aceso-a-informacao/10-institucional/sobre-a-ufla/1-historia>

esteira de outras, como é a própria Federal de Viçosa, oferece cursos voltados às diversas áreas do saber, não mais se restringindo às agrárias.

A lei nº 5.540, de 28 de Novembro de 1968, extinguiu o sistema de cátedras, fixando normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, além de dar outras providências. Por fim, em 1969, com o Ato Institucional número 5<sup>12</sup> e a Constituição<sup>13</sup> daquele ano, foram suspensas todas as garantias referentes à vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade do regime de cátedra (Graciani, 1984, p. 84).

É importante que se coloque que, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, em conjunto com o Decreto 5.773, de 2006, determinam diferenças entre instituições denominadas como Faculdades, Centros Universitários e Universidades. De maneira geral, as Faculdades atuam em um número restrito de áreas, sendo, majoritariamente, especializadas em apenas um campo do conhecimento. Por sua vez, os Centros Universitários consistem em instituições pouco maiores que as Faculdades, atendendo mais áreas do conhecimento e tendo autonomia, da qual as Faculdades não dispõem, de criar cursos de graduação e programas de ensino; especificamente, precisam apresentar um terço do corpo acadêmico com titulação de mestrado ou doutorado e, ao menos, um quinto do corpo acadêmico em regime de dedicação exclusiva.

Por fim, as Universidades, devem, obrigatoriamente, desenvolver tanto atividades de ensino quanto de pesquisa e extensão. São elas que dispõem de maior autonomia por parte do Ministério da Educação. As federais são criadas apenas a partir de leis aprovadas pelo Congresso Nacional, enquanto as particulares podem ser frutos da evolução de uma instituição outrora existente enquanto Faculdade ou Centro Universitário. É obrigatório que essas instituições, para assim serem denominadas, atendam aos mesmos requisitos apresentados pelos Centros Universitários, em conjunto com a exigência de se desenvolver, minimamente, quatro programas de pós-graduação *stricto sensu* de boa qualidade<sup>14</sup>.

Diversas modificações, rupturas e continuidades, marcaram a criação de universidades no Brasil. Um dos marcos, nesse sentido, consistiu no Decreto 5.616<sup>15</sup> de 28 de novembro de 1928, o qual regularizou a criação de universidades nos estados, trazendo em seu art. 1º:

---

<sup>12</sup> O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados.

<sup>13</sup> Art. 182. Continuam em vigor o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e os demais Atos posteriormente baixados.

<sup>14</sup> Fonte: Quais as diferenças entre Faculdade, Centro Universitário e Universidade? – Blog da EAD Unipar

<sup>15</sup> Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

As universidades que se crearem nos Estados, com personalidade jurídica e que satisfizerem os requisitos constantes do art. 2º, terão administração econômica e didática com perfeita autonomia e os diplomas que expedirem reconhecidos pela União (Decreto 5.616<sup>16</sup> de 28 de novembro de 1938, art. 1º).

Esse decreto inibiu a criação de universidades privadas e consistiu em uma barreira à multiplicação das universidades no país.

Por sua vez, no ano de 1931, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, popularmente conhecido como “Reforma Francisco Campos”<sup>17</sup>, que dispunha, através do Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931, o seguinte:

que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. (Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931).

Menezes (2001) destaca que “dentre algumas medidas da Reforma Francisco Campos, estava a criação do Conselho Nacional de Educação e organização do ensino secundário e comercial.” Este último foi destinado à “formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional”, construindo no seu espírito um “sistema de hábitos, atitudes e comportamentos.”

O momento histórico-político vivido no Brasil nessa época era de grande transformação, pois marcava a saída do Brasil da Primeira República, período este compreendido entre 1889 e 1930, e o início de uma nova era denominada de Segunda República ou Era Vargas, compreendendo o período de 1930 a 1964.

Em 1934, por meio do Decreto nº 6.283/34, o Estado de São Paulo criou a sua primeira universidade, a Universidade de São Paulo (USP), reunindo as faculdades existentes e institutos de ensino. Nesta empreitada, foi a pioneira criando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Na sequência, a Universidade do Distrito Federal (UDF) foi criada em 1935 por meio do decreto municipal 5.513 sendo descrita por Anísio Teixeira (1962), em seu discurso como reitor, da seguinte forma: “dedicada à cultura e à liberdade, a Universidade do

---

<sup>16</sup> Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

<sup>17</sup> Nome da primeira reforma educacional de caráter nacional, realizada no início da Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Francisco Campos. Essa reforma, de 1931, foi marcada pela articulação junto aos ideários do governo autoritário de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como “Estado Novo”.

Distrito Federal nasce sob um signo sagrado, que a fará trabalhar e lutar por um Brasil de amanhã, fiel às grandes tradições liberais e humanas do Brasil de ontem.” (Teixeira, 1962).

É válido mencionar que, nessa época, as ideias educacionais que chegavam ao Brasil faziam parte de um movimento de reconstrução educacional rotulado de "Escola Nova", que defendia, através do manifesto dos pioneiros<sup>18</sup>, a universalização da escola pública, laica e gratuita e a formação de educadores responsáveis por reformas do ensino em vários estados na década de 1930 (Souza, 2012, p.52).

Ao final da década de 1940 e início dos anos de 1950, ocorreram transformações consideráveis relacionadas ao campo da educação superior, nesse sentido, o aumento da procura por escolarização no ensino secundário acarretou uma alta na demanda por cursos superiores. Em resposta, o governo federal criou faculdades, gratuidade dos cursos superiores das instituições federais e instituiu a federalização de faculdades estaduais e privadas, reunindo-as em universidades (Cunha, 2003. p. 171). Em linhas gerais, a federalização proporcionou o aumento da oferta de ensino superior público e gratuito.

A partir da metade da década de 1950, iniciou-se a elaboração e discussão de propostas do projeto da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>19</sup>, confrontando a escola pública com a privada. Em 20 de dezembro de 1961, esta foi promulgada na forma da Lei nº 4.024, tendo sido denominada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Ainda assim, seu texto, na prática, acabou por reafirmar o modelo tradicional de instituições de Ensino Superior existente no Brasil.

Em princípios da década de 1960, tendo em vista o contexto vivido pela educação no Brasil, professores e estudantes começaram a intensificar as manifestações em prol de uma reforma no sistema de ensino superior no país, denominada de Reforma Universitária no Brasil, tema que será discutido em maior profundidade posteriormente, quando formos tratar do movimento estudantil brasileiro (Graciani, 1984. p.58).

Já em 18 de dezembro de 1960, por meio da Lei nº 3.848, foi criada a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, nome dado inicialmente à Universidade Federal Fluminense (UFF). Em 1961, por sua vez, foi criada a Universidade de Brasília (UnB) por meio da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro. Segundo Cunha, a lei definiu o “formato institucional da mais moderna universidade brasileira”. (Cunha, 2003. p. 175).

---

<sup>18</sup> Refere-se a um documento escrito por 26 educadores, em 1932, com o título “*A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*”. Circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação.

<sup>19</sup> A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi debatida e elaborada no contexto de redemocratização do país logo após a queda do Estado Novo (1937-1945). Foi promulgada somente em 1961, com o nº 4.024, e duas vezes reformulada: pela Lei nº 5.692/1971 e pela Lei nº 9.394/1996.

Com o Golpe Civil Militar de 1964<sup>20</sup>, o governo passou a intervir de forma repressora e violenta nas universidades em busca dos chamados “subversores”, tanto entre os alunos como entre os professores. Ocorreram prisões, perseguições, expulsões e, com isso, vários professores foram afastados, especialmente da Universidade de Brasília (UNB).

Antonio Mendes Junior (1982. p.74-76), afirma:

O fato é que o ano de 1964 foi marcado por uma grande repressão contra o Movimento Estudantil, mas que nem de longe teve a amplitude da perseguição ao Movimento Operário. Fechamento de entidades, com invasão das principais, e prisão de quase toda liderança mais ativa dos estudantes. Não foram presos os que conseguiram se exilar. Completa o quadro da repressão a promulgação da famigerada Lei Suplicy, de autoria do Ministro da Educação do mesmo nome e triste memória. Por ironia, esta lei acabou sendo um motivo de luta que propiciou o início da reorganização dos estudantes. (Mendes Júnior, 1981. p.74-76).

Em 1966, foi promulgado, no dia 18 de novembro, o Decreto-Lei nº 53, que definiu as regras de estruturação para as universidades federais e fixou princípios e normas de organização para essas instituições. Entre suas determinações estavam: proibição da duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; unificação entre ensino e pesquisa; obrigatoriedade de concentração no ensino e na pesquisa básicos, com o objetivo de formar um sistema comum para toda a universidade. Além disso, exigia a criação de uma unidade voltada para a formação de professores de ensino secundário, bem como de especialistas em questões pedagógicas – a Faculdade (ou centro ou departamento) de Educação (Cunha, 2003, p. 179).

Reivindicações realizadas pelo Movimento Estudantil, em especial no Primeiro Seminário Nacional de Reforma Universitária, promovido pela União Nacional dos Estudantes (UNE), impulsionaram a promulgação da Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5540/68)<sup>21</sup>. Em meio às suas disposições, estabelecia que o ensino superior seria indissociável da pesquisa, criava os departamentos, visto que ficou extinta a cátedra ou cadeira na organização do ensino superior do país, o sistema de créditos, classificação em concurso vestibular, cursos profissionais de curta duração, dentre outras inovações.

No ano de 1968, foi constatado a existência de um grande movimento, não só nas universidades, mas também nas ruas, contando com a participação ativa do movimento estudantil, que visava pressionar o governo para que tomasse medidas com o objetivo de

---

<sup>20</sup> O Golpe Militar de 1964 foi o evento que se iniciou em 31 de março de 1964 e colocou fim ao governo do presidente João Goulart. Esse golpe militar foi complementado por um golpe parlamentar realizado pelo Congresso Nacional no dia 2 de abril desse ano. Por meio desse evento, iniciou-se a Ditadura Militar, período que se estendeu por 21 anos.

<sup>21</sup> Lei 5540/68 | Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, Presidência da República (jusbrasil.com.br)

resolver os problemas educacionais mais profundos existentes no país. Para satisfazer a essas exigências, foi criado o Decreto nº 62.937/68<sup>22</sup>, que dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho (GT) para promover a reforma universitária.

A Reforma Universitária iniciada em 1968 nos termos das Leis nº 5.539 de 27 de novembro de 1968 e nº 5.540 de 28 de novembro de 1968 (Estatuto do Magistério Superior Federal), assim como dos documentos legais que as antecederam, ofereceram condições institucionais para a criação da instituição universitária no Brasil (Cunha, 2003, p. 178). Um paradoxo estabelecido pela Reforma de 1968, exposto por Sampaio (1991), consistiu na contradição entre um ensino superior federal que se expandia tendo como bases a valorização da carreira docente e da pesquisa, com alunos e professores tendo maior participação nos quadros administrativos universitários, enquanto, em contrapartida, em âmbito político, a repressão típica dos anos da Ditadura Civil-Militar brasileira se fazia presente por meio da confrontação de estudantes e, não raras vezes, também de professores. Conforme a autora, para os governos militares, “os problemas do ensino superior eram uma questão de polícia e disciplina” (Sampaio, 1991, p.16) e, por esse motivo, nesse período, não apenas no Brasil, reitores eleitos foram substituídos por coronéis, alunos foram presos e professores foram demitidos, assim como as ciências sociais, em grande medida, foram banidas, sendo substituídas por educação cívica obrigatória. Como poderemos observar mais adiante em nosso estudo, diversas dessas situações se reproduziram no contexto da UREMG, permitindo que constatemos, em âmbito local, aquilo que se apresentava em toda vivência política nacional.

Por sua vez, a autora supracitada e Martins (2009), apontam para outros efeitos paradoxais da Reforma de 1968, uma vez que, se por um lado, ela modernizou grande parte das universidades federais, bem como algumas estaduais e confessionais, inovando em uma série de aspectos, como o fim da cátedra vitalícia, a criação de condições para que ensino e pesquisa passassem a se integrar e a fundação de uma política nacional de pós-graduação. Por outro lado, conforme os mesmos autores, fez com que as condições para que o ensino privado de caráter profissionalizante e distanciado da atividade de pesquisa, voltado meramente para a transmissão de conhecimentos, pouco contribuindo para a produção deste e com a formação intelectual crítica brasileira, se expandisse.

Dessa forma, o período empreendido entre os anos de 1968 e 1990 - quando uma nova reforma universitária ocorre, contextualizada em um momento de reabertura política e

---

<sup>22</sup> Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

redemocratização no Brasil - ficou marcado por uma ampliação da demanda por participação em instituições de ensino superior, bem como por uma expansão de vagas no ensino superior que, embora tenha sido empreendida no âmbito das instituições federais, também efetivou o aumento no número de instituições de ensino privado. De acordo com Sampaio (1991, p.17),

A expansão de ensino superior que se inicia nos anos 60 e se intensifica ao longo da década de 70 é um fenômeno bastante conhecido. Em cerca de vinte anos, o número de matrículas no ensino superior vai de 93.902 (1960) para 1.345.000 (1980), sendo os anos de 1968, 1970 e 1971 os que apresentam as maiores taxas de crescimento.

De acordo com a autora, tamanha ampliação impediu que o modelo único de ensino superior idealizado pela legislação de 1968 fosse de fato implementado. Esse fato, em sua concepção, embora tenha acarretado certos efeitos nefastos, relacionados principalmente ao limitado modelo de ensino pautado por grande parte das instituições particulares surgidas a partir de então, acabou por moldar um sistema de ensino superior coerente com a realidade vivenciada no contexto brasileiro, marcado por uma sociedade diferenciada e desigual em seus diversos aspectos “geográficos, sociais, econômicos e culturais” (Sampaio, 1991, p.18).

Sobre a reforma universitária dos anos 1990, Cunha (2003, p. 189) aponta:

Desde janeiro de 1995, o governo federal empreende uma intensa atividade reformadora no campo educacional, em todos os níveis e modalidades. Para isso, foi emendada a Constituição, promulgada uma nova Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional e baixada leis e decretos sobre os mais diversos aspectos. (Cunha, 2003. p. 189).

A Educação Superior no Brasil é composta de vários tipos de instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, e com uma diversidade de cursos e programas, tanto da graduação quanto da pós-graduação. O atual regime de funcionamento dessas instituições se encontra fundamentado nos preceitos da Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e em um vasto conjunto de decretos, estatutos, atos, regulamentos e portarias complementares (Neves, 2002).

Apesar de possuir direitos garantidos na Constituição Federal, o que se vê nos últimos anos é o sucateamento da educação em todos seus níveis de ensino. Hoje, a educação superior sofre um descaso governamental com cortes de verbas e total risco ao ensino, à pesquisa, à extensão e, sobretudo, à assistência estudantil. Um total retrocesso que inviabiliza o funcionamento pleno das universidades públicas.

## 1.2 O contexto em Minas Gerais

Em relação a Minas Gerais, no início do século XX, o estado enfrentava dificuldades em relação à transição entre trabalho escravo e trabalho livre, provocando problemas ligados à falta de mão-de-obra, o que gerou maior preocupação com a instrução do homem do campo, com a finalidade de qualificar o público profissionalmente, ensinando novas técnicas agrícolas, fazendo com que não saíssem do campo. Entre 1906 e 1908, no governo do presidente do Estado João Pinheiro da Silva, aconteceu um maior investimento na instalação de instituições de Ensino Agrícola. Esta ação foi implementada por meio do Decreto nº 8.319<sup>23</sup>, de 20 de outubro de 1910, que traz em seu capítulo 1:

Art. 1º O ensino agronomico instituido no Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, de accôrdo com o presente regulamento, tem por fim a instrucção technica profissional relativa á agricultura e ás industrias correlativas, e comprehende o ensino agricola, de medicina veterinaria, zootechnia e industrias ruraes (Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910).

Segundo este decreto, o ensino agrícola deveria ser ministrado em estabelecimentos adaptados, dispondo de serviços e instalações complementares, estações experimentais, campos de experiência e demonstração, fazendas experimentais, estação de ensaio de máquinas agrícolas, postos zootécnicos e postos meteorológicos. Em 1911, por sua vez, durante o governo do presidente Júlio Bueno Brandão, de Minas Gerais, regulamentou-se o ensino agrícola no estado por meio do Decreto nº 3.356, de 11 de novembro de 1911. (Brasil, 1910-1911).

Entre 1918 e 1922, houve uma mudança política realizada pelo então presidente de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes, que, em seu governo, priorizou o ensino agrícola em níveis médio e superior. Assim, a fim de iniciar uma nova fase educacional no Estado; implementou ações com o objetivo de introduzir a ciência na vida prática do campo, disseminando o ensino agrícola direcionado para o trabalho.

Segundo Borges (2006), Arthur Bernardes, juntamente com o secretário da Agricultura Clodomiro Augusto de Oliveira, assinou a Lei nº 761 de 6 de setembro de 1920, autorizando o Governo do Estado a criar uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV. Com o objetivo de ministrar o ensino prático e teórico de Agricultura e Veterinária, bem como realizar estudos experimentais, conforme seu artigo 4º, Arthur Bernardes preferiu, conscientemente, romper com a tradição de organizar o ensino da nova escola à maneira

---

<sup>23</sup> Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

européia, preferindo seguir os moldes estadunidenses, por ter conhecimento do avanço da agricultura e da veterinária nos Estados Unidos da América (Borges; Sabioni; Magalhães, 2006, p. 20).

A Escola Superior de Agricultura e Veterinária pode ser entendida, nesse sentido, como um produto do momento histórico em que foi criada, marcado pela transformação do trabalho em período posterior à abolição da escravidão, bem como pelo entusiasmo com a educação e a busca pela confirmação da vocação agrícola do país por meio da modernização da agricultura. Desse modo, fazer com que a instituição fosse inserida e integrada nesses contextos, gera o entendimento de que ela correspondia e fazia parte de uma tendência nacional típica da época, não sendo sua criação e seu desenvolvimento atípicos ou alheios a tudo o que se pensava no país.

A criação da ESAV se fez em nome da modernização da agricultura. A baixa produtividade era acompanhada por índices alarmantes de analfabetismo e problemas na saúde da população do meio rural. Borges (1966) afirma que “A pecuária, embora um derivativo para o aproveitamento das terras empobrecidas, não constituiu uma solução do problema para a população rural, dado empirismo com que era praticada. A miséria e o desespero castigavam os rurícolas, pedindo uma providência” (Borges, 1966, p. 2).

Sabendo disso, então, é possível abordar os contextos históricos específicos do período da ESAV, assunto que será abordado de maneira mais aprofundada no próximo capítulo.

### **1.3 O Movimento Estudantil**

Antonio Mendes Junior (1982, p. 6-10) divide em quatro fases a participação política dos estudantes no Brasil. A primeira fase ele chama de “fase da atuação individual”, durante a qual, ao fim do período colonial e nos primeiros tempos do império, não existia ainda uma organização estudantil, por isso, não era ainda considerado um movimento. A segunda fase consiste naquela denominada pelo autor como “atuação coletiva” que, segundo o autor, se localiza “cronologicamente, no transcorrer do Segundo Império e da Primeira República, estendendo-se até o início do Estado Novo (1937).” A terceira fase, “atuação organizada”, se inicia com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937. A quarta fase, por fim, é denominada “atuação clandestina”, que ocorreu mediante o Ato Institucional nº 5, que mergulhou o Brasil em um dos períodos mais violentos de sua história.

No período conhecido como Brasil Colônia, iniciou-se a história do movimento estudantil no país. Nesse contexto, como não havia ainda universidades no Brasil, aqueles que

compunham esse movimento estavam inseridos no contexto do ensino confessional, ou seja, estudavam em conventos, mosteiros ou colégios religiosos. Já aqueles que se inseriam nos quadros do ensino superior, compondo as classes mais abastadas, eram enviados a Portugal e outras instituições europeias para dar continuidade aos estudos que os levariam a compor a elite intelectual da Colônia.

Durante a Inconfidência Mineira<sup>24</sup>, em 1788, um grupo de estudantes começou a fazer reivindicações contrárias aos impostos abusivos cobrados sobre os rendimentos dos contribuintes. A cobrança desse tributo ficou conhecida como *Derrama*, sendo que parte dos valores arrecadados nas minas de ouro do Brasil era direcionada para a Corte de Portugal. Esses estudantes, como pontua Mendes Jr (1982), para além das questões específicas que se voltavam à província mineira, relacionadas à cobrança abusiva de impostos efetivada pela Coroa Portuguesa, estavam profundamente influenciados pelas ideologias republicana e iluminista, pautado, naquele momento, senão pela independência do próprio Brasil, ao menos pela separação de Minas Gerais da metrópole portuguesa, formando uma república independente no território que, mais tarde, viria a ser a unidade federativa de mesmo nome.

Nesse contexto, como o mesmo autor coloca em relevo, o estudante José Joaquim Maia, sediado no exterior, que, inspirado pela Independência dos Estados Unidos ocorrida em 1776, escreveu uma carta a Thomas Jefferson, solicitando seu auxílio para a libertação do Brasil do jugo português, consistiu em principal influenciador dos inconfidentes mineiros. Importante que ressaltemos que todos esses jovens pertenciam à elite brasileira, sendo que muitos, como é o caso de Maia, haviam sido enviados para a Europa a fim de que obtivessem diplomas superiores, o que delineia, nesses primórdios de uma atuação estudantil no Brasil, o caráter elitista que o movimento assumiu nos períodos da Colônia e Império, conforme Mendes Jr. (1982) coloca.

Mesmo em fins do Segundo Reinado, como o autor supracitado pontua, quando os assuntos em pauta consistiam na abolição da escravidão e implantação do regime republicano, as chamadas “Sociedades Acadêmicas” ou “Clubes Acadêmicos”, fundados no âmbito das primeiras faculdades do Rio de Janeiro e de São Paulo em prol dessas causas, as defendiam não visando aquilo que seria benéfico para a população escravizada ou as classes populares, mas enxergando essas lutas como necessárias para a modernização do país. Nesse contexto, os

---

<sup>24</sup> A Inconfidência Mineira foi uma conspiração política organizada por profissionais liberais, militares e membros da elite econômico-social da Capitania de Minas Gerais no fim da década de 1780 – época em que o Brasil ainda era colônia portuguesa.

estudantes, oriundos quase em sua totalidade das classes dominantes, defendiam um projeto de prosperidade que visava beneficiar sua própria camada social.

De acordo com a UNE<sup>25</sup>, já a partir do início do século XX, em 1901, a Federação dos Estudantes Brasileiros teve seu nome marcado na história do país devido ao pioneirismo em focar sua luta em assuntos que diziam respeito às questões enfrentadas em âmbito educacional. Nesse contexto, conforme a classificação formulada por Mendes Jr. (1982), esta estaria inserida na segunda fase de atuação dos movimentos estudantis, ou seja, a “ação organizada”. Embora a Federação tenha atuado por pouco tempo, teria sido ela a precursora, possibilitando que, em 1910, ocorresse o I Congresso Nacional de Estudantes no Estado de São Paulo, marcando o princípio da atuação coletiva de jovens estudantes, que culminaria naquela que daria início à terceira fase pautada pelo autor supracitado, ou seja, a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Em diversos estados do Brasil, existiram processos que relacionavam os estudantes às causas políticas, mas, para que suas reivindicações fossem ouvidas e tivessem maior alcance na sociedade, era necessária uma união em nível nacional. Logo, o movimento estudantil brasileiro ganhou força com o nascimento da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937, ano em que também foi instaurado a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. Dado o contexto, a UNE defendia uma mudança radicalizada no desenvolvimento do movimento dos estudantes, porém, com o tempo, suas exigências passaram a ser politicamente mais abrangentes. Em paralelo ao progresso da União dos Estudantes, foi iniciada a expansão das coalizações (Poerner, 1995, p.60).

Em agosto de 1937, foi realizado o I Encontro Nacional dos Estudantes, data que oficializou a criação da UNE. Contudo, pouco tempo depois, Getúlio Vargas comandaria o Golpe, instaurando a ditadura. Portanto, a UNE nasceu sob a égide da luta pela democracia.

Foi entre 1964 a 1984, durante a Ditadura Militar, que os movimentos formados por estudantes no Brasil se transformaram em espaços importantes voltados para a mobilização da sociedade. É possível dizer que grande parte da força desses grupos tinha origem em seu poder de mobilizar um número expressivo de estudantes ao redor de causas que diziam respeito e influenciavam a política nacional. Nesse contexto, formaram-se outros movimentos estudantis, tais como: Uniões Estaduais de Estudantes, Diretórios Centrais Estudantis, Diretórios Acadêmicos, Centros Acadêmicos, entre outros, que se tornaram influentes e tiveram força ativa na sociedade brasileira, protestando em diversas fases da política nacional.

---

<sup>25</sup> UNE. História da UNE. Disponível em: < <https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>>. Acesso em 10 abr. 2023.

Segundo alguns estudiosos do movimento estudantil, o surgimento dessas mobilizações ocorreu devido ao ambiente universitário, no qual os jovens costumam descobrir e formar novas ideias, bem como colocar em discussão suas opiniões, unirem-se unindo em torno de vontades em comum. Embora houvesse várias linhas ideológicas dentro da entidade, a UNE se alinhava com as lutas sociais às quais a maioria de seus membros se identificava, partindo da esquerda revolucionária, englobando os movimentos trabalhistas, além dos movimentos progressistas concentrados em questões identitárias. No que tange às questões sociais, a UNE desempenhou papel significativo na luta para que o Plano Nacional de Educação obtivesse aprovação no Congresso Nacional. No plano histórico, é possível constatar que essa entidade esteve presente, desde a sua fundação, nas discussões sobre as mais importantes questões sociais do país.

Já o movimento estudantil da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), pode ser caracterizado pela sua vinculação ao projeto de poder estabelecido por Getúlio Vargas. Consta na documentação disponível, um relatório à Junta Administrativa contendo todas as informações sobre o movimento coletivo dos alunos da ESAV, ocorrido durante o período de 20 a 29 de outubro de 1932. Foi um movimento de greve passiva por parte dos alunos, em detrimento à falta de aviso prévio de aplicação de prova a turma do S.6 (Superior 6º período). Ao que tudo indica, seria esse o primeiro movimento estudantil registrado na ESAV. (Arquivo Central e Histórico da UFV).

Em relação ao cenário nacional do movimento estudantil, Paniago (2000, p.51) pontua que Arthur Bernardes participou da revolução de 1930, bem como, posteriormente, em 1932, rompeu com Getúlio Vargas em nome da Revolução Constitucionalista. Isso lhe causou a prisão e o exílio, porém retornou ao Brasil em 1934, quando se tornou o deputado federal mais votado do país. Entretanto, o pensamento do criador da ESAV não era compartilhado pelos alunos, uma vez que é possível constatar que, ao menos uma parcela significativa daqueles que expunham suas ideias publicamente, demonstrava aderência ao modo como Getúlio governava o país. Nesse contexto, embora a pesquisa ainda não tenha alcançado documentação que demonstre total autonomia dos estudantes no que diz respeito à ação, é válido destacar que a turma de formando de 1940 chegou a convidar o presidente em exercício no momento para que fosse o paraninfo da solenidade.

Verifica-se na documentação pesquisada que, em 1945, alguns alunos da instituição participaram do VIII Congresso Nacional<sup>26</sup> da UNE, como atesta o Jornal o Bonde de 27 de outubro de 1945, edição número 7. Fato esse que desagradou a maioria dos estudantes favoráveis ao Governo de Getúlio Vargas. Essa constatação, se não comprova a existência de alunos que se colocavam abertamente enquanto oposição ao governo, ao menos demonstra que não era consenso entre todo o corpo discente o apoio irrestrito ao governo, visto que a União Nacional dos Estudantes (UNE) emerge no contexto de transição entre o primeiro governo Vargas e a ditadura do Estado Novo justamente como movimento de contestação ao regime marcado pela repressão imposto pelo governo varguista naquele momento.

Pode-se concluir, então, que, durante o período da ESAV, não existiu movimento estudantil atuante e, tão pouco manifestações expressivas de desagravo ao governo autoritário de Getúlio Vargas, embora a participação de estudantes no Congresso da UNE demonstre que havia aqueles que nutriam ideias contrárias ao modo de atuação ditatorial do então presidente. Entretanto, é válido que se ressalte que o contexto vivenciado naquele momento não era democrático e, desse modo, as consequências de um protesto incisivo contra o governo ditatorial poderiam ser drásticas, resultando mesmo na prisão daqueles que ousassem perpetrá-los, sobretudo em um local distante dos grandes centros urbanos, nos quais os movimentos de contestação estavam mais atuantes, e no qual apoiadores do governo manifestavam-se de maneira livre e intimidadora. Consta no Museu Histórico da UFV um documento que disserta sobre a criação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFV em setembro de 1934, mas não passava de um local para jogos e leitura, pois o então diretor Bello Lisboa não permitia que se organizasse esse tipo de associação.

Outra manifestação por parte dos estudantes foi a denominada “Marcha Nico Lopes” (Figura 1), cuja trajetória se mistura à história da UFV e do movimento estudantil da instituição. A primeira Marcha Nico Lopes foi realizada no ano de 1929, por parte de cinquenta alunos da ESAV, sendo o aluno Antônio Secundino de São José o organizador do evento. De acordo com Ramos (2014), a Marcha se iniciou com um objetivo ritual, marcando a passagem de calouro para veterano. Durante ela, os alunos se fantasiavam, percorrendo a Universidade e a cidade, trajetória que culminava no bar de Antônio Lopes Sobrinho, conhecido como Nico Lopes (Figura 2), um senhor boêmio que consta como uma figura folclórica de Viçosa e conquistou a simpatia dos estudantes. Na ocasião de seu falecimento,

---

<sup>26</sup> No VIII Congresso da UNE, realizado em julho de 1945, a União Democrática Nacional (UDN), partido criado em abril daquele ano e contrário à permanência de Getúlio Vargas no poder, obteve o seu primeiro êxito concreto no movimento estudantil brasileiro.

os discentes da então ESAV decidiram por homenageá-lo, dando à Marcha seu nome. Somente em 1951 as mulheres começaram a participar da manifestação.

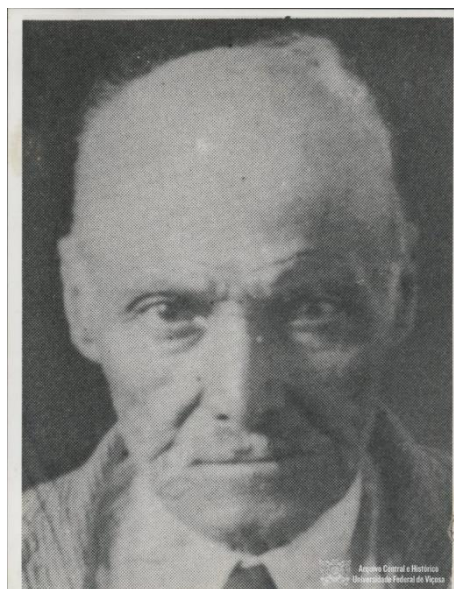
A Marcha era uma verdadeira festa em que os calouros se fantasiavam e saíam às ruas para fazer críticas irreverentes à universidade, à comunidade e à política regional e nacional. Com o fim da Marcha terminava o período de trote e os calouros passavam a ser tratados como veteranos.<sup>27</sup>

Figura 1: Marcha Nico Lopes nos anos de 1931 e 1936.



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

Figura 2: Antônio Lopes Sobrinho, o Nico Lopes.



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

Embora a festa e a alegria fossem marca registrada da Marcha, esta sempre contou com ares contestatórios, desde seu surgimento. Ao longo do trajeto que percorriam, os jovens

<sup>27</sup> Disponível em: <[http://obixonaufv.blogspot.com/2009/10/nico-lobes-e-seus-80-anos-de-historia\\_6535.html](http://obixonaufv.blogspot.com/2009/10/nico-lobes-e-seus-80-anos-de-historia_6535.html)>.

que dela participavam, conforme Ramos (2014) também indica, carregavam faixas, bandeiras e cartazes indicando sua luta, tecendo críticas à Universidade, à comunidade local e a políticos das esferas municipais, estaduais e federais. Demarcando seu caráter político e militante, durante o período da Ditadura Civil-Militar, a Nico Lopes foi proibida. Nesse mesmo contexto, em 1979, estudantes que protestavam contra a posse do presidente João Batista Figueiredo, entraram em confronto com um batalhão do exército. Com o passar do tempo, a Marcha se tornou um evento tanto para a cidade, quanto para a UFV, sendo marcada por manifestações políticas, sociais e culturais, tanto no âmbito regional quanto nacional, sempre apresentando muita irreverência e alegria. Embora seja possível verificar modificações ao longo do tempo e das fases da instituição, é possível verificar que, em grande medida, enquanto ação coletiva do movimento estudantil viçosense, ela manteve, em todas as suas versões, seu simbolismo de luta.

No período da UREMG, é possível verificar certo crescimento no engajamento dos estudantes no Movimento Estudantil, marcado por uma atuação ativa dos diretórios acadêmicos em greves, reivindicações, manifestos e assembleias, buscando sempre ter voz ativa nas tomadas de decisão relacionadas às diversas instâncias da vida acadêmica.

Em 1962, estudantes da UREMG, insatisfeitos por terem seus pedidos negados pela congregação, resolveram, através de assembleia conjunta com os diretórios acadêmicos, realizar uma greve de três dias como medida de ponderação. Obtiveram apoio da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, da União Nacional dos Estudantes e do Diretório Acadêmico Arthur Bernardes da Escola Superior de Agricultura; que se prontificaram a mobilizar uma greve geral no país caso fosse necessário.

Na edição de número 1 da Gazeta Universitária<sup>28</sup> de 07 de abril de 1962, foi publicado um manifesto encaminhado ao Governador de Minas Gerais, José Magalhães Pinto, descrevendo as reivindicações acertadas em assembleia que diziam respeito a melhorias e modificações na Estrutura Financeira, Estrutura Organizacional, Conselho Universitário, Congregação, Conselho Departamental, Diretorias, Estrutura de Ensino, Estrutura Humana e Estrutura Salarial, bem como no Ensino, Pesquisa e Extensão. reinvidicações texto também versava sobre a demanda de soluções para problemas internos, como a construção de um centro social, aquisição de ônibus, construção de ginásio, instalação de imprensa universitária, construção de alojamentos e compra de medicamentos.

---

<sup>28</sup> Jornal informativo do corpo discente da UREMG fundado em 01/11/1961.

Ao longo deste capítulo foram discutidas questões relativas ao surgimento das universidades no Brasil, tratando dos processos políticos, econômicos, sociais e culturais que, através do tempo, tornaram propício o surgimento dessas instituições em nosso país, sobretudo no que diz respeito ao estabelecimento do Brasil enquanto grande exportador de gêneros agrícolas e, nesse contexto, a necessidade de se estabelecer uma maior especialização do ensino voltado a esse tipo de atividade econômica, formando, assim, mão-de-obra qualificada para atuar neste setor. Para além, também foi exposto o caso específico de Minas Gerais e as modificações ocorridas no estado em fins do século XIX e princípios do XX, que levaram à criação de instituições de ensino superior voltadas à especialização de trabalhadores para a lavoura no período pós-abolição da escravidão, dando relevo aos processos que levaram à criação da ESAV, atual UFV, o foco do presente estudo. Por fim, foi tratado o histórico do movimento estudantil no Brasil, englobando seu surgimento, as diversas associações que o compuseram através das décadas e sua atuação em importantes momentos políticos e sociais do país, trazendo também o caso específico dos movimentos de estudantes no contexto da ESAV e da UREMG. Isto posto, abordaremos no próximo capítulo, com maior profundidade, as questões políticas que envolveram a ESAV e a UREMG.

É importante que façamos nesse momento uma reflexão acerca das diferenças entre a época em que a instituição de ensino superior sediada na cidade de Viçosa – MG foi denominada como Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV e o período em que funcionou como Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG. É certo, e possível constatar até a atualidade, que a instituição em questão mantém sua vocação agrária, entretanto, sua ampliação e modernização, com a recepção de públicos diversos e criação de novos cursos no decorrer de seus anos de funcionamento não ocorreram à revelia do contexto histórico, político e administrativo em que esteve inserida com o correr das décadas.

Como veremos mais à frente, no próximo capítulo, a transformação da ESAV em UREMG se deu por conta das novas demandas políticas e sociais de sua época. Nesse sentido, Barbosa (2021) nos auxilia a compreender as modificações administrativas ocorridas no estado de Minas Gerais que tornaram necessárias a modernização da instituição e sua transformação em Universidade a partir de 1942. Havia, no momento histórico o qual denominamos de desenvolvimentismo, que abarca o período entre os anos de 1930 e 1980, conforme a autora, uma preocupação em meio à elite mineira de que o estado estivesse perdendo substância frente a São Paulo e Rio de Janeiro. Desse modo, a tendência era de que as políticas públicas implementadas à época estivessem voltadas ao desenvolvimento regional.

Tendo isso em vista, e sendo este fato possível de se observar em meio à documentação e bibliografia consultadas, podemos constatar que a ampliação e transição da ESAV em UREMG compôs essas políticas públicas desenvolvimentistas aprovadas no estado de Minas Gerais à época. Assim, nas próximas páginas serão expostas as diferenças existentes entre as épocas estudadas, bem como as decisões políticas que fomentaram as modificações implementadas na instituição entre esses períodos.

## **CAPÍTULO 2 - CONTEXTO HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DA ESAV E DA UREMG**

Nesse capítulo, será analisada a criação da ESAV e da UREMG, levando em consideração o contexto histórico envolvido. De tal maneira, abordaremos aspectos diversos envolvidos no processo, como organização do ensino, perfil do aluno, regime de internato e externato, regime disciplinar, participação feminina e publicações.

É importante, no entanto, que pensemos a composição da região em que foi fundada a instituição estudada, para que possamos compreender as decisões políticas e social que levaram à sua criação. Em princípio, é importante compreender que o desenvolvimento do estado de Minas Gerais foi desigual desde os princípios da colonização do território ao longo do século XVIII, conforme Carneiro (2006), gerando desigualdades intrarregionais que perduraram ao longo das décadas. Nesse contexto, a Zona da Mata, como é conhecida a região do estado em que se localiza até a atualidade a Universidade fundada em princípios do século XX, sob o nome de Escola Superior de Agricultura e Veterinária, geograficamente situada na porção sudeste de Minas, foi caracterizada, em princípios de seu povoamento, pela “ocupação de terras devolutas em área de fronteira” (Carneiro, 2006, p.542).

De acordo com Barros (2005), o povoamento dessa porção do estado foi tardio, tendo ocorrido apenas a partir do século XIX, após o esgotamento do ciclo da mineração no Estado. Nesse sentido, como pontua o mesmo autor, o processo pelo qual passou a Zona da Mata é distinto das outras regiões de Minas Gerais, uma vez que estas, já anteriormente ocupadas, passaram por uma reestruturação econômica, durante a qual houve uma substituição da economia mineradora por uma de base agrária de alimentos. No caso específico da região em questão, no entanto, houve uma estruturação que, desde seus primórdios, adotou um caráter voltado à agroexportação.

Sendo assim, a economia dessa porção do estado, conforme o Carneiro (2006), foi, ao longo ao XIX, baseada na monocultura do café, utilizando-se de mão-de obra-escravizada, desenvolvida por um fluxo migratório das elites advindas das regiões decadentes onde outrora dominava a atividade mineradora. A produção cafeeira foi ampliada entre 1839 e 1920, sendo voltada, sobretudo, para a exportação, a qual foi essencial para o povoamento regional. Conforme Barros (2005), a adoção desse caráter agroexportador foi responsável por fazer com que, pelo menos até o início do século XX, a Zona da Mata configurasse como a região mais rica de Minas Gerais. Entretanto, mesmo dentro da própria região, o desenvolvimento econômico e social foi marcado pela desigualdade, uma vez que certas regiões,

posteriormente, passaram a se industrializar, algo que levou a um rápido crescimento urbano, enquanto outras permaneceram desenvolvendo a produção rural baseada no café (Carneiro, 2006).

No que se refere a Viçosa, localidade que nos interessa nesse estudo, é notável que fez parte da segunda região citada. Desse modo, em linhas gerais, conforme Baêta (2016, p.158):

É importante destacar que a região também passou a ser uma das rotas para a capital do Império, Rio de Janeiro, além do Caminho Velho, que seguia pela parte central do estado. As primeiras famílias pioneiras, vindas de Ouro Preto e Mariana, instalaram-se em fazendas, em 1800. Entretanto, com o esgotamento da mineração, sua pequena base econômica, diversificada na agricultura e pecuária, entra em declínio e logo encontra na monocultura do café a principal atividade da região, alterando, assim, a paisagem com a nova agricultura de montanha no entorno do vilarejo. Após algumas décadas de produção e diante da crise do mercado mundial do café, a região passa a buscar na pecuária leiteira sua nova sustentação econômica. É em meio a essas transformações em toda a grande região da Zona da Mata mineira que se instala, em Viçosa, pequena cidade de aproximadamente três mil habitantes, com pouco mais de 350 casas, uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária.

Escola esta que, posteriormente, se transformaria em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG e, mais tarde, em Universidade Federal de Viçosa – UFV. Tendo em vista o que é colocado pelos autores que se dedicaram a investigar o desenvolvimento socioeconômico da região, bem como o surgimento e ampliação da instituição de ensino (Carneiro, 2006; Baêta, 2016; Silva, 2019), é possível constatar como os dois acontecimentos encontram-se integrados. Por esse motivo, nas próximas páginas, é apresentado um histórico das duas primeiras fases da Universidade, levando em consideração o contexto histórico, político, econômico e social, bem como os interesses que rondaram sua implantação na região da Zona da Mata mineira.

## **2.1 Criação da ESAV**

Na década de 1920, o Brasil vivia um regime de oligarquias regionais fundamentadas na agricultura, em meio ao qual os estados de Minas Gerais e São Paulo se revezavam na direção política do país, a chamada política do café-com-leite. O Brasil se caracterizava com forte vocação exportadora de produtos agrícolas, nesse sentido, uma escola de agricultura consolidaria o poder das oligarquias agrárias. O viçosense Arthur da Silva Bernardes, que ocupava, à época, o cargo de Presidente do Estado de Minas Gerais, iniciou um projeto para solucionar o problema do sistema, de acordo com o próprio político, arcaico da agricultura e pecuária no estado. Silva (2019, p.32) demonstra que esta consistia em uma tendência do

governo mineiro, em consonância com as elites rurais, que, naquele momento, buscavam implementar políticas públicas visando “superar o atraso econômico e resolver as carências produtivas do Estado”.

Nesse sentido, conforme o mesmo autor, faltava ao estado mão-de-obra qualificada com conhecimento técnico necessário para que os problemas cotidianos enfrentados no contexto agrário fossem combatidos. Assim, o problema enfrentado por Minas Gerais, bem como em grande parte do cenário agrícola nacional, estava relacionado à precarização da mão-de-obra no campo agravada a partir da abolição da escravidão. O Brasil, naquele momento, vivenciava uma crise produtiva e a criação de escolas agrícolas e cursos técnicos de agronomia consistiam em saídas encontradas pelo governo federal e pelos governos estaduais na tentativa de aumentar a oferta de alimentos e reduzir as possibilidades de conflitos sociais (Silva, 2019).

Podemos, então, constatar que, ao se referir ao sistema agrícola e pecuarista de Minas Gerais como arcaico, Arthur Bernardes estaria, provavelmente, reproduzindo uma crença que, em grande medida, havia sido comprovada pela crise vivenciada no país. Para resolvê-la, é notório que contava com a inovação técnica e formação de mão-de-obra qualificada, capaz de fornecer à elite rural mineira aquilo que necessitava para a resolução de seus problemas relacionados à lavoura. Nesse contexto,

a necessidade de instituir uma escola com características modernizadoras relacionava-se diretamente à situação problemática da economia mineira, principalmente na região da Zona da Mata. Com grande ênfase no cultivo do café, inclusive a própria Viçosa, a região não desfrutava do mesmo poder econômico de antes (Silva, 2019, p. 33).

Assim, em 06 de setembro de 1920, Arthur da Silva Bernardes, Clodomiro Augusto de Oliveira e João Luiz Alves assinam a Lei nº 761, autorizando o governo a criar no estado uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Em seu 4º artigo, a lei proclama: “Escola terá por objetivo ministrar o ensino pratico e theorico de Agricultura e Veterinaria e bem assim realizar estudos experimentaes que concorram para o desenvolvimento de taes sciencias no Estado de Minas Gerais” (Borges, 2006).

Após sancionar a lei, o presidente do estado aprovou outras regulamentações relacionadas ao orçamento para a criação da Escola. Além disso, decidiu romper com a tradição do ensino europeu, optando por criar uma escola nos moldes estadunidenses. Para tanto, foi convidado ao Brasil, para auxiliar a fundação da Escola, o Dr. Peter Henry Rolfs, então diretor do Colégio de Agricultura da Flórida.

De acordo com Borges (2006, 70), “ficou decidido que a escola funcionaria nos moldes do *Land Grant Colleges*, com seus três campos: ensino, pesquisa e extensão”. Uma comissão técnica foi formada por Peter Henry Rolfs, Álvaro da Silveira e Arduino Bolivar, a recomendação recebida por esses técnicos era de que a Escola deveria ser localizada na Zona da Mata, devido à riqueza agrícola da região e à densidade de sua população.

Sobre a escolha pela cidade de Viçosa, Belo Lisboa fez o seguinte comentário: “Não deve permanecer a menor dúvida a respeito da localização da Escola, por ter sido ela realmente muito feliz. Sobre os trabalhos de escolha da comissão não podem pairar suspeitas, visto ter sido constituída de pessoas absolutamente idôneas”<sup>29</sup>

Corroborando com as ideias de Borges (1966), Eduardo Carlos Vilhena do Amaral, vice-presidente em exercício do Estado à época, baixou o decreto nº 6.053 de 30 de março de 1922, que criou a Escola Superior de Agricultura e Veterinária, ordenando que esta fosse implantada no município de Viçosa. Nesse contexto, algumas leis e decretos foram sancionados a fim de alterar o orçamento previamente definido para a construção da instituição.

No ano de 1926, o Diário Oficial de Minas Gerais publicou a aprovação do Regulamento da Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Neste, ficou decidido que a instituição formaria agricultores, administradores agrícolas, tecnólogos, engenheiros agrônomos, veterinários e professores. O art. 2º estabelecia que o ensino oferecido pela Escola teria como objetivo educar a população agrícola, sendo facilitado o acesso de alunos com qualquer grau de instrução, e o ensino seguindo sempre o molde teórico-prático.

No Regulamento de 1926 é destacado que os cursos seriam oferecidos em cinco modalidades. Os breves, com duração de oito semanas, possuíam cunho prático e intuitivo deveriam ser ofertados pelo menos duas vezes ao ano, sendo um de agricultura e outro de animais domésticos, direcionados a pessoas de qualquer idade ou instrução. Aqueles de caráter elementar, com duração de um ano, preparavam agricultores e capatazes, tendo perfil prático. Os médios, por sua vez, eram voltados aos filhos de fazendeiros ou agricultores que ainda não tivessem feito o ginásio, buscando formar bons técnicos agrícolas e administradores rurais. Já os superiores de agricultura e veterinária eram direcionados ao público que concluiu o ginásio, tendo duração de oito semestres, possuindo características mais teóricas. Por fim, eram também oferecidos cursos de especialização, organizados para altos estudos e pesquisas originais sobre agricultura e veterinária, com duração de dois anos.

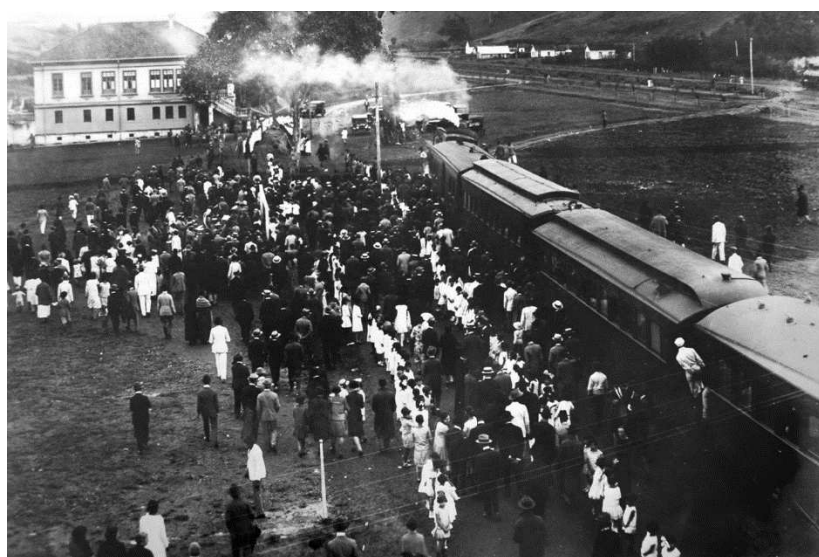
---

<sup>29</sup> Fonte: *Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária*. Ano I, Nº 1, Belo Horizonte, Jan de 1928, p. 10. ACH-UFV. Caixa 73.

Art. 5º. Os cursos elementares, com duração de um anno, constituem um systema de educação rudimentar para o preparo de agricultores e capatazes rurais conscientes de sua profissão, e comprehendem o ensino de agricultura e veterinaria, de caracter essencialmente pratico, alliado à instrucção geral indispensável. § 1º Destina-se estes cursos a suprir as necessidades educativas, relacionadas com a vida rural, de pessoas que não tenham oportunidade de receber instrucção mais completa [...] Art. 6º. Os cursos médios, com duração de dois annos, destinam-se principalmente aos filhos de fazendeiros ou agricultores que não tenham feito o curso gymnasial e visam formar bons technicos agrícolas e administradores ruraes [...] Art. 7º. Os cursos superiores de Agricultura e Veterinaria, destinam-se á formação de profissionais de agronomia e veterinaria, com ensinamentos theorico-pratico integral das matérias indispensáveis ao exercicio dessas profissões, aproveitando-se nelles os candidatos que houverem concluído o curso gymnasial. § 1º A duração destes cursos será de quatro annos, subdivididos em oito semestres [...] Art. 9º Os cursos de especialização serão organizados para altos estudos e pesquisas originaes sobre agricultura e veterinária e destinam-se a alumnos que houverem concluído um dos cursos superiores desta Escola ou equivalentes (Regulamento da ESAV de 1927, p. 53 – 55).

Em 28 de agosto de 1926, foi realizada a inauguração da escola (Figura 3), com festividades e a presença de muitas personalidades, inclusive Arthur Bernardes, presidente da república à época. Os cursos fundamentais, com duração de um ano, e o médio, de dois anos, foram iniciados no dia 1º de agosto de 1927 em uma solenidade presidida pelo então diretor Rolfs e por Bello Lisboa. Peter Henry Rolfs dirigiu a ESAV até 1929, quando foi trabalhar na Secretaria de Agricultura, sendo sucedido por Carlos Bello Lisboa. (Borges, 1966). Arthur Bernardes tinha um propósito para a ESAV, conforme afirma Lopes:

Figura 3: Comboio de inauguração da ESAV



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

A escola idealizada por Bernardes deveria apresentar, além de uma vertente acadêmica, aspectos prático e experimental, que se dispusessem ao progresso e ao crescimento, embasado em uma proposta de fomento tecnológico que garantisse competitividade à produção agrícola mineira. Objetivando, dessa forma, o desenvolvimento de uma escola rural que se tornasse um exemplo para a agricultura brasileira, Arthur Bernardes buscou se basear, para a estruturação da ESAV, nas bases filosóficas e práticas dos *Land Grant Colleges* estadunidenses, que desenvolviam, naquele momento, uma postura educacional pautada em três pilares: ensino, pesquisa e extensão (Lopes, 2014, p. 252).

### **2.1.1. A organização do ensino e a ideia de disciplina na educação esaviana**

A Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) consistia em uma instituição de ensino profissional agrícola, voltada para a formação de jovens das elites agrárias e para os filhos de pequenos lavradores, visando atender à demanda por desenvolvimento regional que Minas tanto necessitava à época. O capítulo III do Regulamento da ESAV de 1926 define como os cursos seriam distribuídos, a duração e a quem seriam destinados:

- I) Breves;
- II) Elementares;
- III) Médios;
- IV) Superiores;
- V) Especializados.

Os cursos breves, de oito semanas, tinham como finalidade instruir práticas sobre agricultura e veterinária aos interessados que não pudessem frequentar os cursos de maior duração. Os elementares, de caráter prático, tinham duração de um ano e consistiam em um sistema de educação rudimentar para preparar agricultores e capatazes rurais, com os seguintes cursos: Administração Rural, Capataz Rural, e Elementar de Agricultura. Os cursos médios, com duração de dois anos, destinavam-se principalmente aos filhos dos fazendeiros e agricultores que formavam técnicos agrícolas. Por sua vez, os cursos superiores, com duração de quatro anos, eram de Agronomia e Veterinária, destinados à formação profissional.

O ensino ministrado pela Escola, com o intuito de educar a população agrícola do Estado em todos os assumptos pertencentes á vida rural e melhorar as suas condições moraes, mentaes, e econômicas, no mais breve tempo possível, será facilitado a alumnos com qualquer grau de instrucção e deverá ser sempre theorico pratico (Regulamentos da ESAV de 1926, Decreto n.7323, de 25 de agosto de 1926).

Por isso, além dos cursos avançados para agrônomos e veterinários, foram criados os cursos para capataz e técnico agrícola. Assim, a Escola passou a atuar na formação dos três níveis de ensino, o que permitiu analisar as questões sociopolíticas associadas a eles. É notável que havia uma diferenciação no que diz respeito às classes sociais no âmbito do ensino oferecido pela escola, algo que demonstra que o ideário de modernização do ensino e, conseqüentemente, da técnica agrícola, ao qual estava voltado o projeto de fundação da ESAV (Silva, 2019), pretendia que esta fosse realizada de maneira desigual. Enquanto pretendiam um ensino superior, reflexivo e específico para os filhos da elite, aqueles advinham das classes menos abastadas do campo estavam relegados a receber uma formação que apenas o ensinasse a técnica necessária para que desenvolvesse bem seus afazeres, sem que desenvolvesse pensamento crítico sobre sua prática. Para além da formação de uma mão-de-obra qualificada, no que diz respeito aos cursos voltados para os mais pobres, revela-se nesse modelo de ensino adotado a intenção de manutenção do *status quo* das classes sociais componentes da sociedade rural em meio a qual as possibilidades de ascensão financeira e intelectual eram refreadas mesmo em âmbito educacional.

Havia, à época de criação da ESAV, aulas de moral, civismo e cultura diariamente, as quais foram perdendo adeptos, até que o número de alunos acabou por impossibilitá-las. Para além, em uma das reuniões realizadas pelo corpo docente da Escola, o professor João Moogen de Oliveira criou a famosa expressão “Estudar, Saber, Agir e Vencer”, considerando-a a sigla ESAV (Borges, 2006).

Sabioni, Borges e Mota (2016)<sup>30</sup> fazem uma cronologia da história da ESAV, destacando, principalmente que, em 14 de julho de 1929, ocorreu a primeira solenidade para conferência de certificados aos alunos que concluíram cursos na ESAV. Nesse mesmo ano, se iniciou a famosa Marcha Nico Lopes<sup>31</sup>, que comemorava o fim do “trote” aos calouros, consistindo em uma passeata da ESAV à cidade, puxada pelo som de sanfonas.

---

<sup>30</sup> UFV 1926-2016 - Uma Viagem pela História da Instituição

<sup>31</sup> O nome da manifestação foi escolhido em homenagem a Antônio Lopes Sobrinho, o Nico Lopes, velho boêmio e figura folclórica de Viçosa que conquistou a simpatia dos estudantes. A Marcha era uma verdadeira festa em que os calouros se fantasiavam e saíam às ruas para fazer críticas irreverentes à universidade, à comunidade e à política regional e nacional.

Os autores citam que, ainda em 1929, tomou posse como segundo diretor o Dr. João Carlos Bello Lisboa e realizou-se também, em julho do referido ano, a primeira Semana do Fazendeiro (Figura 4), sendo que a inspiração para esse evento, ainda hoje muito importante, veio de uma visita realizada por Souza Lima, médico e agricultor da cidade de Ubá – MG, acompanhado de agricultores.

Figura 4: Fundadores da Semana do Fazendeiro



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

Já em 15 de dezembro de 1931, realizou-se a primeira colação de grau da turma de Engenheiros Agrônomos. No dia seguinte, foi assinado o Decreto nº 10.154, que estabeleceu uma nova organização e regulamentação à ESAV, tornando-a autônoma administrativa e didaticamente. No ano seguinte, em 1º de março, deu-se início ao curso superior de veterinária na instituição (Sabioni; Borges; Mota, 2016).

No ano de 1934, ocorreu a primeira eleição para o Centro de Estudantes, no próximo ano, o então presidente da república Getúlio Vargas, reconheceu oficialmente a Escola Superior de Agricultura e Veterinária e, em dezembro daquele ano, presidido por Antonio Secundino de São José, ocorreu o primeiro congresso de ex-alunos, sendo fundada, naquela oportunidade, a Associação dos Ex-Alunos da ESAV. Já em 1936 (Figura 5), ocorreu a primeira colação de grau de medicina veterinária, por conseguinte, em 1939, foram abertos os cursos especializados para engenheiros agrônomos ou veterinários formados (Sabioni; Borges; Mota, 2016).

Figura 5: Solenidade de Formatura de 1936. Formandos com familiares, professores e na presença de Bello Lisboa.



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

Como as aulas dos cursos fundamental e médio iniciaram em agosto de 1927, os primeiros internos foram alojados no porão do edifício principal, devido a um atraso nas obras dos dormitórios. Em 26 de junho de 1928, na presença do presidente de Minas Gerais, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada e outras autoridades, inaugurou-se as primeiras seções do dormitório, sendo este o primeiro internato a obter êxito no país (Borges, 1966). O capítulo VI do Regulamento da ESAV de 1926, dispõe sobre os regimes de alojamento possíveis. No internato, o regimento era de responsabilidade pessoal dos alunos; no semi-internato, os alunos passavam o dia na escola; e no externato, o aluno ficava em uma residência, sujeito à vigilância da escola. Tanto o internato quanto o externato vigiado serviam para o controle da maior parte das ações dos alunos, tanto dentro da instituição quanto fora, objetivando cercar condutas indesejáveis por parte destes. O intuito era manter o aluno o maior tempo possível dentro da instituição.

O regime de internato implantado na ESAV foi considerado, como pontua Silva (2019), uma inovação para a época, alcançando um sucesso que outras instituições, como na Escola da Bahia e na de Piracicaba (ESALQ), não haviam alcançado em sua tentativa de implantação. O internato servia para manter o estudante mais próximo do “fazer e pensar institucional”.<sup>32</sup> Sobre este modo de organização, Azevedo (2021, p. 152) explica:

<sup>32</sup> LOPES, Eduardo Simonini. “Espírito Esaviano” e Cotidiano Discente Na Escola Superior De Agricultura e Veterinária Do Estado De Minas Gerais. 2014, **Cadernos De História Da Educação**.

[...] modo de organização e funcionamento do regime do internato na escola, muito contribuiu para a inculcação do habitus do esaviano, de um agir certo de natureza patriótica, muito embora, dissimulando, o regime disciplinar que o sustentava e que vigorou, em maior ou menor grau, durante todo o período da ESAV (Azevedo, 2021, p.152).

Corroborando o que pontua Azevedo (2021), Silva (2019) coloca que o regime do internato auxiliava o desenvolvimento das sociabilidades, algo visto como essencial para o desenvolvimento da cultura institucional. Essa crença preconizava que, ao estimular o envolvimento integral do educando com a Escola, estariam fortalecendo, nos indivíduos e no coletivo, sua adaptação aos padrões morais desejados pelos responsáveis pela fundação da instituição. Nesse sentido, Simonini (2014), coloca que a manutenção dos estudantes dentro dos limites da escola auxiliava a consolidação do chamado “espírito esaviano”, uma vez que, nesse contexto, os jovens eram submetidos ao modelo de homem desejado e estimulado pela instituição, ou seja, disciplinado, de caráter forte e que buscava cumprir com suas responsabilidades não por obrigação, mas por vontade e amor aos princípios escolares e patrióticos.

Como pode ser observado por meio dos documentos, os pais tinham grande interesse em manter os filhos no internato. Para as famílias abastadas, o valor cobrado era satisfatório. No entanto, havia uma grande preocupação familiar dos menos favorecidos com as taxas estabelecidas, desse modo, estes exigiam dos seus filhos um comportamento ilibado para que conseguissem a bolsa moradia e alimentação. O regime de internato servia não apenas como forma de controle estudantil, como também para arrecadação de recursos financeiros para a instituição.

Segundo Azevedo (2021, p. 149), o Governo do Estado permitia manter com gratuidade no internato, inclusos alimentação e hospedagem, até 5% do total de alunos contribuintes, mas era exigido do estudante bom rendimento e não podiam ter faltas disciplinares, sob o risco de ter a concessão cancelada.

Em 1938, entrou em vigor a portaria, editada em 22 de dezembro de 1937, que permitia ao diretor conceder 50% de redução nas taxas de internato para até 10% dos alunos matriculados, que perderiam tal benefício se obtivessem média anual inferior a 75 (setenta e cinco), como foi o caso de três alunos, em maio de 1947, que, no entanto, conseguiram permanecer com a “meia bolsa” no estabelecimento, com a obrigação de prestar serviços nos seus departamentos e sessões de ensino. A concessão da gratuidade de hospedagem e alimentação e da “meia bolsa” aos estudantes, mediante prestação de serviços à instituição nesse último caso, vigoram até hoje no internato da UFV (Azevedo, 2021, p. 149).

Os estudantes da ESAV eram mantidos sob forte regime disciplinar desde a matrícula até a saída da instituição. Conforme Azevedo (2021, p. 150):

O regime disciplinar organizado nesses espaços para forjar “o caráter” era rigoroso e mantido pelos próprios alunos. Todo aluno, fosse ele residente interno, semi-interno ou externo, desde a matrícula até o regresso para casa ou ao fim de seu vínculo com a instituição, ficavam sob a jurisdição da Escola sujeitando-se à disciplina e à aplicação das penalidades estabelecidas no seu regimento (Azevedo, 2021, p.150).

O regime disciplinar era rigoroso, com imposição de horários de estudo, horários de refeições, frequência, entrada restrita aos alojamentos, sendo terminantemente proibida a entrada de mulheres e outras pessoas que não fossem estudantes. Em casos de desobediência às regras, imediatamente eram instaurados processos para suspender ou expulsar aquele aluno que tinha má conduta, tanto dentro como fora da escola, por exemplo: cola nas provas, desacato ao professor, roubo de frutas no *campus*, baderna na cidade, uso de álcool, conduta inadequada com as mulheres, entre outras.

O capítulo XVIII do Regulamento da ESAV de 1926, trata da congregação constituída pelo diretor, pelos professores e pelos auxiliares da escola, que se reuniam para votar sobre as decisões e penalidades. Falaremos posteriormente sobre as reuniões da congregação e seu rigor. Por sua vez, no capítulo XIX, discorre sobre as penalidades, dispondo, em seu art. 150, as penas disciplinares às quais os alunos ficariam sujeitos:

- a) Advertência;
- b) Admoestação (reprimenda);
- c) Suspensão;
- d) Expulsão.

O órgão responsável pelo controle acadêmico era a Secretaria-geral, hoje denominada Registro Escolar.

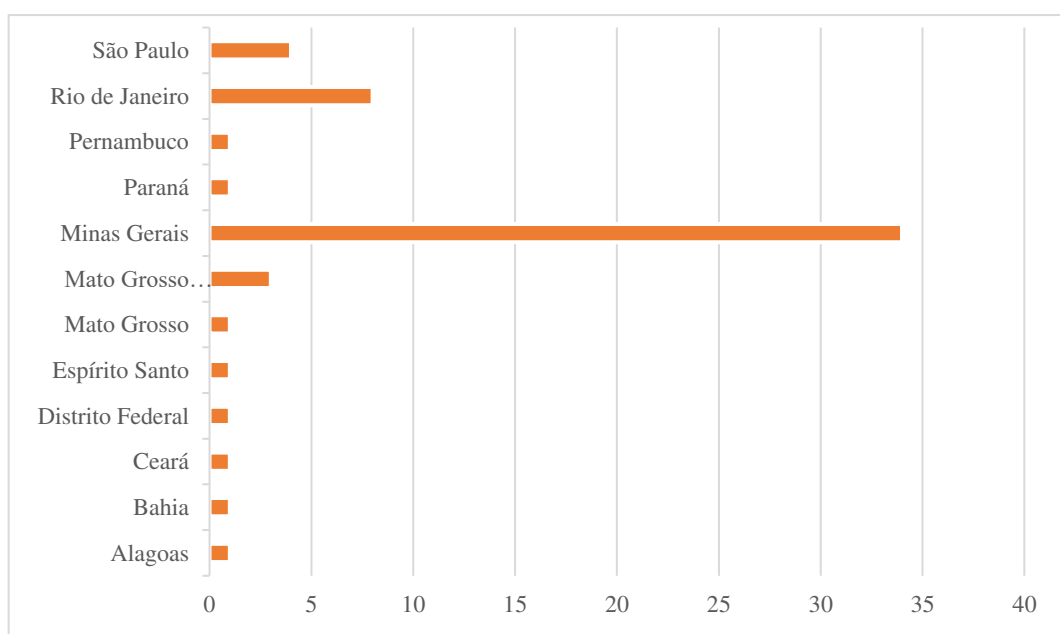
### **2.1.2 Uma Escola masculina: perfil do aluno e a ausência feminina na ESAV**

O perfil do aluno ingressante na ESAV era de homens brancos, com idade entre 18 e 19 anos, filhos de fazendeiros, pequenos agricultores, médicos e comerciantes oriundos de diversas cidades brasileiras, contudo observa-se que a maior incidência regional era localizada na cidade de Viçosa e de outras cidades da zona da mata mineira, como pode-se enumerar:

Cajuri, Canaã, Coimbra, Ervália, entre outras.

Os alunos vinham também de diversos estados e cidades brasileiras, dentre eles: Alagoas (Maceió); Bahia (São Salvador); Ceará (Maranguape), Distrito Federal (Distrito Federal); Espírito Santo (Vitória); Mato Grosso (Cuiabá); Mato Grosso do Sul (Campo Grande, Corumbá, Ponta Porã); Minas Gerais (Abre Campo, Além Paraíba, Alvinópolis, Barbacena, Barra Longa, Belo Horizonte, Carangola, Carmo do Rio Claro, Cataguases, Curvelo, Itabira, Ituiutaba, Jequeri, Juiz de Fora, Leopoldina, Muriaé, Oliveira, Pará de Minas, Patos, Pedra do Anta, Piranga, Poços de Caldas, Ponte Nova, Rio Branco, São Domingos do Prata, São Geraldo, São João Nepomuceno, São Miguel do Anta, Sete Lagoas, Teixeiras, Teófilo Otoni, Tocantins, Ubá e Viçosa); Paraíba (João Pessoa); Paraná (Ponta Grossa); Pernambuco (Recife); Rio de Janeiro (Cachoeiro do Itapemirim, Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Miracema, Niterói, Petrópolis, Rio de Janeiro, Santo Antônio de Pádua); São Paulo (Bebedouro, Ribeirão Preto, São Paulo, São Sebastião do Paraíso). É notável, no entanto, que, majoritariamente, o corpo discente dos primeiros anos de funcionamento da ESAV era formado por alunos originários da região subeste, majoritariamente do próprio estado de Minas Gerais (Gráfico 1).

Gráfico 1: Origens dos alunos esavianos – Número de cidades por estado



Fonte: Diretoria de Registro Escolar

É importante salientar que alguns estudantes eram do exterior, das cidades de: Concepción, Asunción, Yegros, Pedro Juan Caballero, San Juan Baptista Misiones e Villeta

no Paraguai, Mendoza na Argentina, Wilno na Polônia, Berlim, Charlottenburg, Hamburgona, Ingolstadt na Alemanha, Bruxelas na Bélgica, Bucarest na Romênia, Budapeste na Hungria, Queluz e Porto em Portugal, Coripata na Bolívia, Le Puy – Haute-Loire na França, Tóquio no Japão, Viena na Áustria, Villanueva no México.<sup>33</sup>

Para além das origens geográficas e regionais daqueles que adentravam os quadros discentes da instituição, entretanto, havia em meio aos fundadores uma preocupação maior do que a entrada desses alunos na Escola. De acordo com os autores que se dedicaram ao tema (Simonini, 2014; Silva, 2019), havia um verdadeiro projeto de ser humano em curso na ESAV. A formação de um “espírito esaviano”, como já mencionado ao falarmos do regime de internato implantado pela instituição, pressupunha um conjunto de valores morais que deveriam ser elencados por aqueles que ali estudavam.

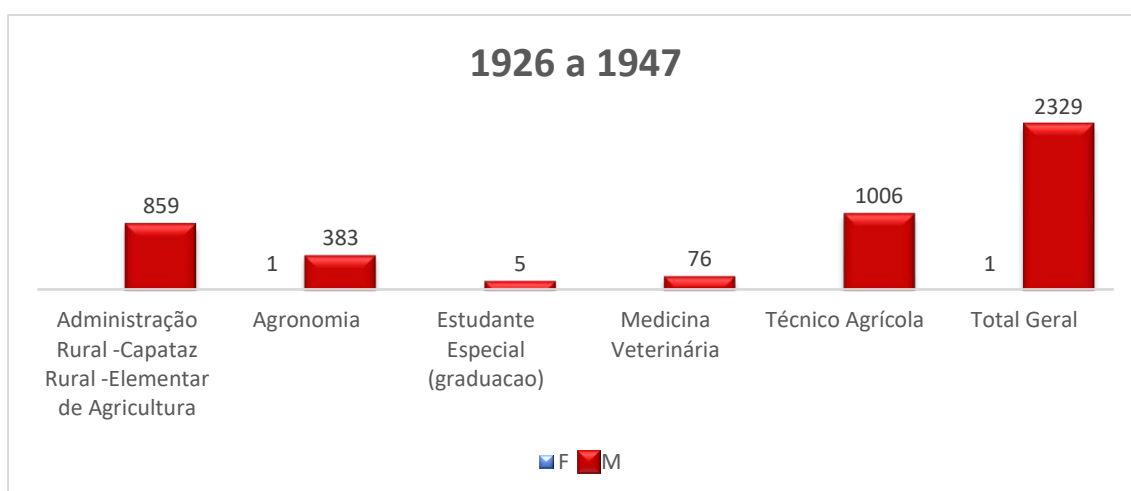
Nesse sentido, conforme Silva (2019), ser esaviano, incorporar a identidade preconizada pela Escola, consistia em reunir características desejáveis daquilo que se considerava como um “bom cidadão”. Os fundadores da instituição pretendiam, como os próprios enfatizavam, ir além da formação acadêmica e técnica, havia, antes, um projeto moral de aluno esaviano em curso, cuja formação seria, na concepção daqueles que a idealizavam, integral, visando contribuir para a formação intelectual, física e moral dos homens que ingressavam em suas fileiras.

Quanto às questões de gênero que rondam os primórdios da instituição, sabe-se que a escola foi projetada para o público masculino, as mulheres que frequentavam a ESAV ou vinham acompanhar os maridos ou trabalhavam em cargos específicos voltados a elas, como na secretaria. Entretanto, à época, já surgia uma inquietação feminina em busca de ocupar distintos espaços e cenários dentro da educação. Abaixo, destaca-se o número de homens e mulheres matriculados na ESAV (Gráfico 2). É notável, por meio da observação dos dados mais uma ausência de mulheres compondo o corpo estudantil da Escola do que, antes, uma presença significativa. Desse modo, é prudente que afirmemos que, ainda que contasse com uma única aluna, a ESAV permanecia, naquele momento, sendo uma instituição essencialmente masculina.

---

<sup>33</sup> Fonte: Diretoria de Registro Escolar.

Gráfico 2: Percentual de homens e mulheres matriculados na ESAV



Fonte: Diretoria de Registro Escolar – UFV

O Decreto Estadual nº10.154 de 1931<sup>34</sup>, em seu art. 1º, parágrafo 2, faz menção à condução de trabalhos de Economia Doméstica na instituição. Tendo este ponto de partida, no dia primeiro de agosto de 1931, buscando atender ao ensejo das mulheres, na gestão de João Carlos Bello Lisboa, tendo como princípio a valorização do ensino prático, foi realizado o Curso Feminino Profissional, contando com a presença de treze mulheres. Durante seu discurso, Bello Lisboa ressaltou que o curso seria a base:

O mez feminino é, no gênero, a primeira reunião que vae logar em Minas e quiçá no Brasil, o que bem demonstra que a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais visa, além do preparo technico dos seus alumnos espalhar a maior somma de bons conhecimentos pela maior quantidade de pessoas. O mez feminino terá inicio nesta cidade; as prelecções serão feitas na própria Escola Superior, de 7 a 26 do corrente mez (Folha Rural, 1º de janeiro de 1935, nº1)

<sup>34</sup> Este Decreto deu nova organização e regulamentação à ESAV, ao mesmo tempo, autonomia administrativa e didática.

Em julho de 1935, realizou-se, pela primeira vez, o mês feminino<sup>35</sup> (Figura 6), que ofertou cursos voltados para os assuntos domésticos. Idealizado por Bello Lisboa, este contou com a presença de duzentas mulheres de diversos estados, que realizaram cursos<sup>36</sup> sobre apicultura, floricultura, horticultura, avicultura, sociologia rural, enfermagem, puericultura, economia doméstica e psicologia infantil. A alta procura constatada, lançou luz sobre a busca feminina por espaços de formação.<sup>37</sup>

Figura 6: Fotografias de atividades do Mês Feminino de 1935



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

As mulheres, além de ingressar muito tarde nas escolas, recebiam formação exclusivamente voltada para cuidados com o lar e a família, ou seja, não eram colocadas como detentoras de conhecimento e componentes de possível mão-de-obra necessária ao projeto modernizador idealizado à época para o país. Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil (2003, p. 40) apontam:

Durante a ditadura de Getúlio Vargas, que vigorou de 1937 a 1945, o ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, propôs um Plano Nacional de Educação que previa a existência de um ensino médio feminino voltado para a economia doméstica. Constavam dessa proposta as seguintes matérias: higiene e preparo dos alimentos; cuidados com pessoas doentes e normas para receber bem. Ou seja, a educação da mulher era exclusivamente voltada para a casa e para os cuidados dos familiares. Trabalhos não-remunerados! Coerente com essa situação das mulheres, em 1941 Capanema propõe o Estatuto da Família: incentivando a

<sup>35</sup> Evento criado com o objetivo de levar ensinamentos práticos sobre a agricultura para as esposas dos fazendeiros, para que instruísem seus filhos com as noções da agricultura moderna, criando o interesse neles pelos estudos da agropecuária.

<sup>36</sup> Mês Feminino da ESAV (atual UFV), 1935 – YouTube.

prole numerosa, a chefia paterna reforçada e a censura moral em todos os níveis. Para conseguir isso, era necessário prender a mulher ao lar, condicionando-a ao casamento e à maternidade como vocações naturais. O artigo 14 do Estatuto da Família previa: “as mulheres não poderão ser admitidas senão nos empregos próprios da natureza feminina e dentro dos estritos limites da conveniência familiar (Schumacher; Brazil, 2003, p. 40).

Há que se destacar que, conforme Oliver (2007), embora a ESAV dispusesse de publicações, fomento de clubes e atividades endereçadas ao público feminino do campo, como era o caso de algumas programações durante a Semana do Fazendeiro e o próprio Mês Feminino já citado, as primeiras mulheres só começaram a se graduar na instituição no período em que foi denominada UREMG, sendo a primeira engenheira agrônoma apenas diplomada no ano de 1950. Fica então, mais uma vez, evidenciada a ausência feminina em meio aos quadros discentes da Escola. Essa tendência da época não é incomum ou surpreendente quando levamos em conta a citação anterior (Shumacher; Brazil, 2003). Se havia mesmo um esforço institucional e governamental para que as mulheres apenas se ocupassem daquilo que a sociedade da época compreendia como “papel da mulher”, ou seja, os trabalhos voltados para o âmbito privado e doméstico, não seria sem resistência de diversos âmbitos que elas passariam a ocupar vagas em cursos como Agronomia e Veterinária, compreendidos pelo senso comum como naturalmente masculinos.

### **2.1.3 Publicações da ESAV**

Um importante jornal da época era a *Folha Rural*, que circulou de 1935 a 1936, periódico criado durante a administração do diretor Bello Lisboa com o propósito de divulgar os conhecimentos produzidos pela ESAV e atender à proposta extensionista através da publicação de conteúdos sobre a vida rural. Possuía também o firme propósito de compartilhar técnicas para o trabalho e conforto do lar, tendo como público alvo aos agricultores e industriais, bem como pessoas envolvidas com o desenvolvimento do país. Como foi criado em 1935, o jornal trazia uma detalhada cobertura sobre o Mês Feminino.

A função máxima das mulheres naquele momento passava a exigir cuidados que as colocava em contato com os espaços de construção do conhecimento científico. A publicação, naquela oportunidade, ressaltou ainda sobre o Mês Feminino: “A mulher participa alegremente desta evolução porque lhe grangêa a independência econômica e os horizontes se alargam para a sua actividade” (Folha Rural, 1935, p.4).

A mesma publicação destacava uma mudança importante que estava acontecendo com relação às mulheres entre 1942 e 1947, que se iniciavam seus deslocamentos do âmbito privado para o público, diversificando o público estudantil, algo que resultou em grande transformação para a ESAV, pois a instituição já não era mais formada exclusivamente por homens filhos de agricultores, demonstrando o crescimento e evolução da Escola.

O jornal *O Bonde* foi o primeiro periódico organizado pelos estudantes da Escola Superior de Agricultura e Veterinária. O Arquivo Central e Histórico da UFV<sup>38</sup> disponibiliza para consulta a coleção do jornal para a comunidade acadêmica, alguns exemplares foram também encontrados nas pastas dos alunos. Existem 237 edições, as quais foram publicadas entre 1945 e 1963, contendo informações sobre a “vida estudantil da época, relações sociais, manifestações, críticas, humor e reivindicações, entre outros assuntos.” (Arquivo Central e Histórico da UFV). Como em 1948 a ESAV se transformou em UREMG, é notável que o periódico circulou pela instituição em duas de suas fases de existência.

## 2.2 Criação da UREMG

A criação da UREMG se deu devido ao fato de que a ESAV havia se desenvolvido muito nos anos 1940, demandando aumento no número de alunos e a criação de novos cursos para contribuir com a dinamização da produção científica. Além disso, o cenário nacional exigia uma modernização das universidades.

O Decreto-Lei Estadual nº 824 de 20 de janeiro de 1942, transferiu para Belo Horizonte o curso de Medicina Veterinária, que passou a constituir a Escola Superior de Veterinária. Essa situação se manteve até o ano de 1948, quando o então governador de Minas Gerais, Milton Soares Campos, por meio da Lei nº 272, criou a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, que incorporava a Escola Superior de Agricultura, a Escola Superior de Veterinária, a Escola Superior de Ciências Domésticas, a Escola de Especialização, o Serviço de Experimentação e Pesquisa e o Serviço de Extensão (Borges, 1966). Essa lei também versava sobre a administração da universidade por um reitor nomeado pelo governador do Estado e pelo Conselho Universitário. No ano seguinte, declarou-se a UREMG instalada, tendo sede em Viçosa (Borges; Sabioni, 2010). Na solenidade que marcava a transição, em julho de 1949 (Figura 7), estiveram presentes o governador Milton Soares Campos, autoridades e professores da instituição.

---

<sup>38</sup> Disponível em: <[www.arquivohistorico.ufv.br](http://www.arquivohistorico.ufv.br)>.

Figura 7: Solenidade de transformação da ESAV em UREMG, julho de 1949.



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

Em maio de 1950, foram aprovados os Estatutos da UREMG, estabelecendo seu compromisso em desenvolver, de maneira conjugada, suas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, enfatizando a extensão rural e prevendo, para o desenvolvimento dessa atividade, a formação de bacharéis em Ciências Domésticas pela instituição. Também nessa década, teve início o processo de expansão e modernização da UREMG, por conta disso, Magalhães (2000), aponta esta como uma das fases de maior prosperidade na história da instituição.

Segundo Magalhães (2000), a UREMG passou, ao longo de toda a década de 1950, por intensa expansão e modernização. Novas pesquisas eram realizadas e, além disso, as atividades de extensão foram fortalecidas. O que favoreceu esse processo foram os acordos de cooperação firmados, sendo um dos primeiros, em 1948 entre o governo do estado de Minas Gerais e a *American International Association*, que resultaria na criação, em 1949, da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), que tinha como objetivo fornecer crédito e assistência técnica aos produtores, visando a modernização da agricultura de Minas Gerais.

Contando com muitos convênios e doações, a UREMG se desenvolveu rapidamente, entretanto, a fase mais próspera foi marcada pela colaboração da Universidade Purdue para convênio com a Agência para Desenvolvimento Internacional do Governo Norte-Americano (USAID) (Magalhães, 2000, p. 69). O convênio firmado entre as duas universidades, que deveria ser renovado todo ano até princípios da década de 1970, tinha como objetivo a disseminação da prática da extensão rural no Brasil. Além deste convênio, muitos outros

foram concretizados, tendo a UREMG como uma das partes envolvidas, possibilitando o intercâmbio de professores e trazendo muitos recursos financeiros para a instituição, objetivando desenvolver a educação agrícola, a pesquisa e a extensão. Em sua maioria, esses convênios foram coordenados, pela *United States Agency for International Development* (USAID), nos anos 1960. Essas ações geraram efeitos positivos e produtivos, impactando a instituição por meio da contribuição para a sua modernização. Como resultado do impulso recebido por meio dos convênios internacionais, por exemplo, a UREMG inaugurou, em 1962, os cursos de mestrado em Fitotecnia, de mestrado em Zootecnia e, em 1967, o curso de mestrado em Extensão Rural.

Borges, Sabioni e Magalhães (2006) pontuam que, “na UREMG cultivava-se sempre a ideia de que ela haveria de ser expandir e de se impor como uma grande universidade estadual, paralelamente à do Estado de São Paulo, a USP.” Ou seja, a ideia de federalização não agradou a direção da UREMG. Ainda assim, após muitas reuniões da congregação, em 1955, por meio da Lei N° 2.470<sup>39</sup> de 28 de abril de 1955, ficou estabelecido que a UREMG seria mantida como entidade subvencionada pelo Governo Federal, sendo essa considerada a primeira etapa da federalização.

Havia muita resistência à federalização, pois o momento político não era favorável. Além disso, ocorria muita dificuldade relacionada ao atraso de pagamento dos servidores. Este cenário só se modificou a partir do governo de Costa e Silva<sup>40</sup>, tendo sido esse momento propício para que o reitor Edson Potsch procurasse o governador Israel Pinheiro, afirmando que a UREMG estava pronta para a federalização (Borges; Sabioni; Magalhães, 2006). A federalização ocorreu através do Decreto n° 64.825, de 15 de julho de 1969, quando passou a ser nomeada Universidade Federal de Viçosa.<sup>41</sup>

### **2.2.1 Organização do Ensino**

A década de 1950 e início da década de 1960, regia no Brasil, o Sistema das Cátedras, (de origem francesa), nas universidades brasileiras que se definia: os professores mais importantes tinham uma cadeira, eram os "Professores Catedráticos", e, eram auxiliados

---

<sup>39</sup> L2470 (planalto.gov.br)

<sup>40</sup> Costa e Silva foi um militar, político e o 27º Presidente da República do Brasil.

<sup>41</sup> Disponível em: <<https://www.ufv.br/historia/>>.

pelos assistentes, e, pelos instrutores de ensino. De acordo com o sistema de cátedra, Graciani, (1984, p.82) relata:

O sistema de cátedra das universidades brasileiras configurou-se no meio universitário como um dos principais bloqueios à reestruturação da universidade, uma vez que dificilmente se eliminariam os privilégios do professor catedrático, adquiridos historicamente no âmbito do ensino superior brasileiro (Graciani, 1984, p. 82).

A lei que extinguiu o sistema de cátedra foi a lei Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 a qual fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

Somente em 1969 com o Ato Institucional número 5<sup>42</sup> e a constituição<sup>43</sup> foram suspensas todas as garantias referentes a vitalidade, inamovibilidade, estabilidade do regime de cátedra (Graciani, 1984, p. 84).

Muitas mudanças ocorreram ao longo do tempo em relação à criação de Universidades no Brasil, em 1928 temos o Decreto 5.616<sup>44</sup> de 28 de novembro o qual regularizava a criação de universidades nos estados e trazia no seu Art. 1º:

As universidades que se crearem nos Estados, com personalidade jurídica e que satisfizerem os requisitos constantes do art. 2º, terão administração econômica e didática com perfeita autonomia e os diplomas que expedirem reconhecidos pela União. (Decreto 5.616<sup>45</sup> de 28 de novembro de 1928, art. 1º)

Esse decreto inibiu a criação de universidades privadas e foi uma barreira à multiplicação das universidades no país.

Então, no ano de 1931, no governo de Getúlio Vargas, foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, popularmente conhecido como “Reforma Francisco Campos”<sup>46</sup>, que dispunha através do Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931:

---

<sup>42</sup> O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados.

<sup>43</sup> Art. 182. Continuam em vigor o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e os demais Atos posteriormente baixados.

<sup>44</sup> Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

<sup>45</sup> Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

<sup>46</sup> Nome da primeira reforma educacional de caráter nacional, realizada no início da Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Francisco Campos. Essa reforma, de 1931, foi marcada pela articulação junto aos ideários do governo autoritário de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como “Estado Novo”.

Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. (Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931)

Menezes (2001), destaca que “dentre algumas medidas da Reforma Francisco Campos, estava a criação do Conselho Nacional de Educação e organização do ensino secundário e comercial. Este último foi destinado à “formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional”, construindo no seu espírito todo um “sistema de hábitos, atitudes e comportamentos.” (MENEZES, 2001).

O momento histórico-político vivido no Brasil nessa época era de grande transformação, pois marcava a saída do Brasil da Primeira República, período este compreendido entre 1889 a 1930 e o início de uma nova era a qual foi denominada de Era Vargas que foi de 1930 a 1945 que por sua vez é sucedida pelo período denominado República Nova (1945-1964). Dado o contexto, especifica-se que a UREMG, como a maior parte das Universidades do país, estava inserida nesse sistema que, conforme Cunha (1994), enfrentava a oposição de diversos agentes que integravam as instituições.

No estatuto de 1950 da UREMG, em seu capítulo II, especifica-se os fins da Universidade: 1 – formar engenheiros agrônomo; 2 – formar veterinários; 3 – formar bachareis em ciências domésticas; 4 – preparar professores em geral e, em particular, para o ensino agrícola, veterinário e de ciências domésticas; 5 – formar especialistas, principalmente nos diversos ramos da ciência agrícola e da veterinária; 6 – realizar, em sua sede ou onde julgar conveniente, trabalhos de pesquisa e experimentação; 7 – ministrar ensino a todos os interessados, especialmente a agricultores e seus filhos, bem como prestar-lhes assistência. Um ponto importante a ressaltar é que o aluno formado como engenheiro agrônomo, podia ter diversificação em Economia Rural, Engenharia Agrícola, Engenharia Rural, Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Zootecnia.

Como é possível observar, a UREMG mantinha praticamente os mesmos propósitos da ESAV em termos de ensino, com exceção de que, nesse período, foi incluído o curso de Administração do Lar e Ciências Domésticas. A administração da UREMG era de responsabilidade do Conselho Universitário e do Reitor. Por sua vez, a administração das Escolas e Serviços eram exercidas pela congregação e pela diretoria. Em cada escola, havia um conselho departamental de caráter consultivo e informativo.

### 2.2.2 O perfil do aluno na UREMG: origem, gênero e imprensa estudantil

A UREMG era uma universidade rural, criada para formar profissionais que atendessem aos interesses dos proprietários rurais não só do estado de Minas Gerais, como de todo o país. Cabe, nesse sentido, compreender as transformações ocorridas durante a mudança da ESAV para UREMG. Sobre isso, Azevedo (2021, p. 207) destaca:

A vigência na escola de um ensino pragmático, utilitário, voltado para a produção e distribuição de um saber técnico, aplicado na resolução dos problemas agropecuários, e dos valores conformadores de *habitus* requeridos, como a prontidão, a disciplina, a cooperação, o respeito à autoridade e às instituições e o “apoliticismo”, embora com menos tónus, terá continuidade durante a UREMG (1949-1968), dada a permanência de sua “vocação agrária”, agora ramificada em áreas e cursos desse campo de conhecimento, e de sua subordina o aos órgãos da pasta da agricultura, e não é da educa o (Azevedo, 2021, p. 207).

No Estatuto da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais de 1950, se o I, Art. 33, é especificado que os cursos serão divididos entre as seguintes categorias: cursos superiores, cursos de especializa o e cursos de extensão. Para ser admitido nos cursos superiores, os alunos deveriam apresentar os seguintes documentos: certificado de conclusão do curso secundário ou equivalente, certidão de registro civil de nascimento, prova de identidade, prova de sanidade, prova de idoneidade moral, prova de pagamento de taxas, aprova o no exame de habilita o e prova de quita o do serviço militar. A idade para admissão variava entre 18 e 21 anos. A universidade oferecia os seguintes cursos: Agronomia, Técnico Agrícola, Ciências Domésticas, Administra o do Lar, Técnico de Agricultura, Engenharia Florestal, Veterinária, Mestrado em Economia Rural, Mestrado em Fitotecnia, Mestrado em Zootecnia, Mestrado em Fisiologia Vegetal.

Existia ainda uma divisão acadêmica no que se refere ao gênero, pois as principais atividades realizadas no *campus* eram voltadas aos homens, sendo elas, majoritariamente, relacionadas ao campo. Mesmo com a cria o do curso de Administra o do Lar e, posteriormente, de Ciências Domésticas, a maior parte do público estudantil ainda era formada por pessoas do sexo masculino, cursando Agronomia.

A maior taxa de incidência regional era do Estado de Minas Gerais, seguidos por Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo. Com menor incidência tem os Estados do Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe.<sup>47</sup> Havia também estudantes de outros países como: Pol nia, Chile, Col mbia, Equador, Estados

<sup>47</sup> Fonte: Diretoria de Registro Escolar

Unidos, Japão, Paraguai, Portugal, Letônia, Bolívia, dentre esses a maior incidência foi de estudantes vindos do Peru. Os estrangeiros cursavam Agronomia, Técnico de Agricultura e Técnico Agrícola. As poucas mulheres cursavam Administração do Lar, Ciências Domésticas e Economia Doméstica.

No que tange os Regimentos Internos, estes estabeleciam o regime disciplinar, o qual era aplicado a todos da universidade sob a regência do Reitor, do Diretor e dos chefes de serviço. A última instância, no que diz respeito às questões disciplinares, cabia ao Conselho Universitário.<sup>48</sup>

A desigualdade de gênero ainda era muito grande no período da UREMG e as mulheres do século XX ainda tinham pouco espaço na vida acadêmica, sendo vistas como seres de aptidão doméstica. Assim, a criação de cursos voltados para o público feminino quebrou paradigmas, mesmo ainda tendo um caráter de ensino doméstico. Sobre a criação da Escola Superior de Ciências Domésticas, Simão (2016, p. 11)<sup>49</sup> estabelece:

Além de combinar conhecimentos de ciências naturais, médicas e sociais à ‘missão civilizadora’ para a qual as mulheres seriam chamadas, o curso deveria abarcar o desenvolvimento da família, da comunidade e das tarefas domésticas, como limpeza, higiene corpórea, puericultura, preparo de alimentos, vestuário e nutrição, sendo estas, ao menos princípio, ligadas ao campo (Simão, 2016, p.11).

Corroborando as ideias de Padre Mendes<sup>50</sup>: “para tratar a terra o agrônomo cursa uma faculdade superior. Para tratar a casa, o homem e a família, cursa a mulher uma escola superior.” Ou seja, a mulher ainda carregava o estigma de dona-de-casa e cuidadora. Dentro desse contexto, conforme destaca Borges; Sabioni e Magalhães (2006), no ano de 1952 foi criada a Escola Superior de Ciências Domésticas, pioneira do gênero no país, com o curso de Administração do Lar. O número de mulheres ativas no meio acadêmico teve uma crescente, ainda que menor quando comparada ao número de alunos do sexo masculino na instituição. A primeira turma de bacharéis em Ciências Domésticas se formou em 1956.

À época, ainda que contassem com oportunidades restritas e preconceito contundente apresentado por grande parte da sociedade, as mulheres não se limitaram à formação superior em Ciências Domésticas pela ESAV e UREMG. Como exemplo, pode-se citar Liene de Jesus Teixeira<sup>51</sup>, que, em 1950, se tornou a primeira mulher a se formar em Agronomia pela UREMG, tendo iniciado sua graduação ainda no período da ESAV. É certo que a luta das

<sup>48</sup> Estatuto de 1950

<sup>49</sup> Fábio Luiz Rigueira Simão, Ser Mulher, “Uma Missão”: A Escola Superior de Ciências Domésticas, Domesticidade, Discurso e Representações de Gênero (1948-1992). UFJF 2016.

<sup>50</sup> Padre Antônio Mendes, professor, idealizador e co-fundador da ESCD

<sup>51</sup> #UFVtemhistórias | DAC | Page 8

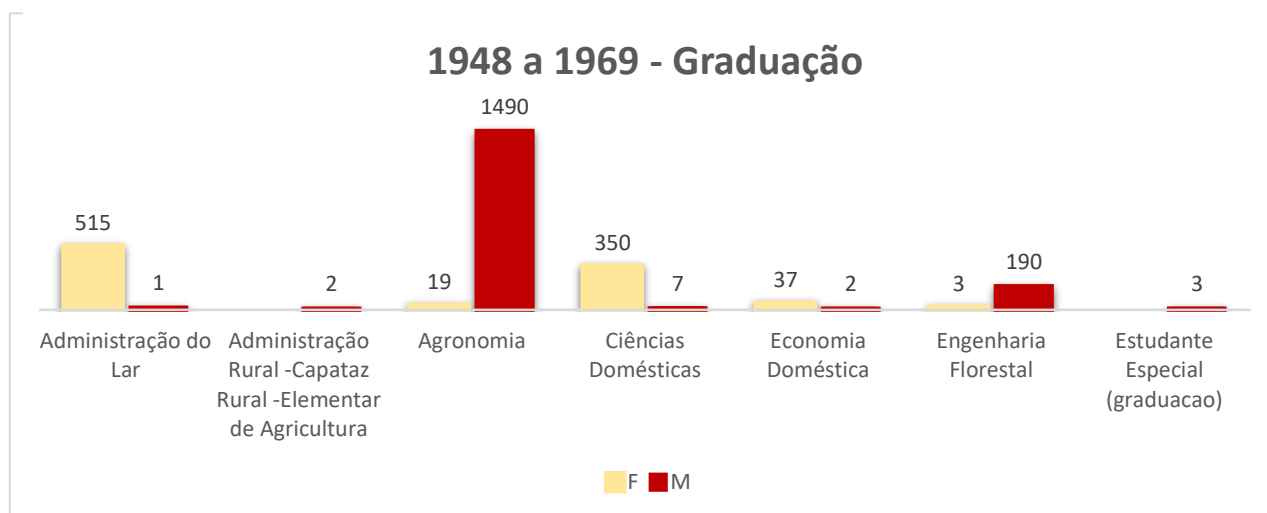
mulheres por igualdade persiste até os dias atuais, mas, como bem destaca Perrot (2001), “o que importa reencontrar são as mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente como autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história”.

A trajetória dessas mulheres pioneiras vai além de uma disputa entre homens e mulheres, sendo a maior motivação demonstrada por elas ao buscar ocupar os espaços acadêmicos, o ensejo pelo conhecimento. As mulheres do campo da época da UREMG se tornaram mulheres acadêmicas, abrindo portas e reduzindo as fronteiras do conhecimento científico para outras, mostrando que o campo do conhecimento não tem limite ou barreira que não possa ser transposta. Usando botas e dirigindo jeeps, mostraram que as rupturas, as quebras de paradigmas foram essências.

Quebrando outro paradigma da época, no ano de 1964, um homem se formou no curso de Administração do Lar.

O gráfico a seguir apresenta a proporção de homens e mulheres matriculados na UREMG:

Gráfico 3: Proporção de homens e mulheres matriculados/as na UREMG



Fonte: Diretoria de Registro Escolar – UFV

Sobre as publicações de estudantes nesta fase institucional, pode-se destacar que uma das fontes de informação existentes no âmbito da UREMG consistia no periódico *A Paineira*. Essa publicação possuía objetivos semelhantes àqueles pautados pelo jornal *O Bonde*, porém

procurava dar espaço às alunas para exporem suas ideias e opiniões acerca do mundo ao seu redor, além de exercer o seu direito de participação na sociedade.

[...] por em relevo, por meio de críticas construtivas, os fatos curiosos de nosso ambiente estudantil, que muitas vezes passam despercebidos, em prejuízo de nossas futuras colegas, que não se beneficiariam de nossa experiência. (A Paineira, p.1).

Outro meio de comunicação estudantil era a *Gazeta Universitária*, um jornal informativo do corpo discente da UREMG fundado em 01 de novembro de 1961, no qual os alunos escreviam sobre variados assuntos ligados à vida acadêmica e fatos corridos na instituição.

O jornal *O Bonde* continuou sendo publicado ao longo do período da UREMG. Os estudantes responsáveis pela elaboração do jornal, eram chamados de bondistas e colocavam em prática o ideal de uma “masculinidade patriótica e heroica, de acordo com contexto”. Como destaca Filho (2017, p. 177):

A construção da masculinidade hegemônica pode ser percebida pelo discurso pedagógico que envolve o gênero masculino na ação de como se manter o espaço dominante em detrimento do perigo existente na feminilidade, agora num levante da militância feminina. E é preciso negar, se possível, controlar o desconforto causado e tentar desapropriar o feminino de qualquer legitimidade, para que não haja uma perda de controle. A masculinidade representada pelos bondistas se sentia ameaçada e temerosa de perder o poder. Isso não cairia bem aos bondistas.

Por meio da pesquisa, foi possível notar que os bondistas eram contrários à maior participação das mulheres no meio acadêmico, algo comprovado pela incidência de críticas às publicações femininas em editoriais, demonstrando que a luta das mulheres para ocupar espaços e obter direito de fala em locais originalmente pensados para o público masculino consistia em tarefa árdua durante a qual enfrentariam os mais diversos tipos de hostilidades vindas daqueles que prefeririam manter o *status quo* no que diz respeito às relações de gênero na sociedade brasileira.

### **2.2.3 A UREMG na Ditadura Militar**

As universidades sempre foram vistas como local de resistência a projetos ditatoriais e autoritários. No meio acadêmico, estudantes e professores se opuseram ao golpe de 1964, criticando e lutando contra o sistema, reivindicavam liberdade. Além do caráter combativo demonstrado pelas instituições de ensino superior, preocupava os componentes do governo ditatorial o fato de que as universidades possuíam um papel chave na formação das elites

intelectuais, políticas e econômicas do país, portanto, buscavam a todo custo minar a resistência demonstrada por discentes e docentes ao plano do governo.

Com isso, a ditadura militar representou um período conturbado para as universidades. Se, por um lado, era vivenciado um momento de avanço e desenvolvimento no que diz respeito à estruturação administrativa dessas instituições, por outro, as atividades universitárias eram cerceadas, vigiadas e controladas pelas autoridades federais, que, muitas vezes, recorriam a mecanismos de violência e repressão. Como destaca Antonio Mendes Junior (1982), “o ano de 1964 foi marcado por uma grande repressão contra o Movimento Estudantil”.

No 30º Congresso Nacional da UNE realizado em 12 de outubro de 1968, em Ibiúna, SP<sup>52</sup>, consta a participação de alguns estudantes da UREMG como representantes do movimento estudantil de Viçosa, tendo sido um deles preso por três meses após o congresso. Em 1969, o mesmo aluno foi preso novamente, depois disso, tentou se matricular na UREMG após o período em que se viu obrigado a se ausentar das atividades acadêmicas, porém, enquadrado no Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969<sup>53</sup>, foi impedido. De acordo com o que pode ser constatado, por meio da análise dos documentos presentes em sua pasta, houve diversas tentativas, de sua parte, para o reingresso, contudo, não obteve êxito no retorno.

Após muitos anos, durante audiências públicas da Comissão da Verdade em Minas Gerais, em uma de suas falas, o ex-estudante lembrou a segunda invasão ao *campus* de Viçosa no ano de 1969:

[...] no dia 28 de janeiro, imediatamente viajei para Viçosa e fizemos um panfleto de boas-vindas aos vestibulandos, que naquela época o vestibular era em um dia só, e era só na universidade, não tinha esse negócio de vestibular em ‘n’ lugares etc., era só lá, em um sábado. E fizemos um boletim, dizendo que eles iam passar a fazer parte de uma pequena elite de universitários, que, portanto, tinham compromisso com a nação, com o Brasil, porque o Brasil era o país, já citamos os dados, de miseráveis, de analfabetos etc., dominados pelo imperialismo, tal. Portanto eles passavam a ter esse compromisso ao entrar na universidade. Resultado, na segunda-feira a universidade foi invadida por tropas do Exército, vindas de Juiz de Fora, e do DOPS, vindo de Belo Horizonte. Dois dias antes do Decreto-Lei 477, que foi de fevereiro de 69. E aí, imediatamente, na universidade estavam quase todos [...]. Não tinham chegado ainda, porque as férias estavam acabando, e os professores nos deram apoio integral. Então eu, com outro companheiro que era o presidente do diretório, eu já não era mais do Diretório de Agronomia, o Edmundo, o Fábio, fomos escondidos pelos professores numa caixa d’água que estava sendo construída em um morro ao lado da Universidade, enquanto as tropas revistavam o campus todo.

---

<sup>52</sup> 1968: Líderes universitários são presos em Congresso da UNE em Ibiúna - 13/10/2018 - Banco de Dados - Folha (uol.com.br)

<sup>53</sup> Previa a punição de estudantes que cometesse qualquer ato considerado subversivo no ambiente universitário. Esse decreto foi considerado o AI-5 das universidades, tamanho alcance de cerceamento no meio estudantil.

Depois, fomos para ficar escondidos em um cafezal, e um dos professores, professor Leonardo, arrumou um carro e nos tirou do campus [...].<sup>54</sup>

Sobre a direção da UREMG, não foi encontrada nos documentos pesquisados no arquivo do Registro Escolar e nem em bibliografias, nenhuma informação acerca da relação mantida entre seus administradores e a ditadura. Sabe-se, entretanto, que tanto os dirigentes da ESAV, quanto os da UREMG possuíam uma relação estreita com o meio político, algo que havia contribuído sobremaneira para a efetivação das transformações constatadas no âmbito da antiga Escola em Universidade.

O governo militar se dedicou a disciplinar as universidades por meio de ações repressivas e modernizadoras. Para tanto, criou o Serviço Nacional de Informações (SNI), que objetivava coletar informações pertinentes para justificar a operacionalização de medidas de repressão e combate aos inimigos da ordem nacional, sendo considerados, nesse caso, estudantes e professores que apresentassem potencial para ações consideradas subversivas.<sup>55</sup> Nesse contexto, é interessante que abordemos a fala de um dos três alunos da UREMG, que foram presos durante a ditadura, sobre a tortura sofrida:

[...] que inúmeras foram as vezes em que foi jogado a um cubículo que denominavam de "geladeira", que tinha as seguintes características: sua porta era do tipo frigorífico, medindo cerca de 2 metros por um metro e meio; suas paredes eram todas pintadas de preto, possuindo uma abertura gradeada ligada a um sistema de ar frio; que, no teto dessa sala, existia uma lâmpada fortíssima; que, ao ser fechada a porta ligavam produtores de ruídos cujo som variava do barulho de uma turbina de avião a uma estridente sirene de Fábrica. [...]<sup>56</sup>

Esse trabalho tem como objetivo trazer um panorama geral acerca de algumas situações existentes a respeito da ditadura militar vivida no Brasil entre 1964 e 1985, tendo em vista que, na atual conjuntura política, esses traumas submergem. Considera-se, pois, que é necessário falar sobre este tema ao longo da pesquisa que vem sendo desenvolvida, com a finalidade de propiciar uma reflexão do passado e do presente, tal como os erros cometidos, pois, olhar para eles nutre a esperança de que nunca mais poderão ser repetidos, pois uma desmemória dos fatos ocorridos torna-se perigosa. Partindo desse pressuposto, no próximo capítulo, voltamos ao acervo documental existente na Universidade Federal de Viçosa acerca dos períodos da ESAV e da UREMG, tratando tanto de seus aspectos físicos e estruturais, quanto do conteúdo que estes abarcam.

---

<sup>54</sup> COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS, 2017, p. 121.

<sup>55</sup> O SNI foi criado em 13 de junho de 1964. A validade legal do SNI foi conferida pela Lei n°. 4.341.

<sup>56</sup> SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 e 1985. p.38

Ao longo desse capítulo, foi empreendida uma tentativa trazer à tona, naquilo que pareceu pertinente, o contexto histórico e sociopolítico envolto na fundação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV, bem como sua transformação em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG. Nesse contexto, discutimos as decisões políticas e os jogos de interesse envolvidos em cada decisão, buscando atrelar fontes documentais com a bibliografia pertinente ao tema.

Para além, e mais importante, no entanto, o que se buscou em maior profundidade foi, por meio da análise das fontes encontradas no rico acervo guardado pela Diretoria de Registro Escolar da Universidade Federal de Viçosa, relacionando-as também com a bibliografia já produzida sobre o assunto, resgatar a memória dos estudantes egressos tanto da ESAV quanto da UREMG. Nesse sentido, procuramos evidenciar o modo como esses jovens vivenciaram o ambiente universitário, como agiam e reagiam aos climas políticos das épocas em que frequentaram a instituição, bem como a realidade com a qual se depararam ao longo dos anos de formação. Ademais, em meio a essas memórias coletivas e individuais, temas importantes que nos auxiliam a compreender a sociedade e cultura da época também foram possíveis de serem acessados por meio da memória institucional abordada, como questões relacionadas a gênero e ao esforço que as mulheres faziam naquele momento para ocupar espaços em meio à comunidade, além de temas relativos à militância e aos movimentos estudantis dos quais os estudantes fizeram parte, cada qual em sua época.

Consideramos, pois, esse um exercício importante, uma vez que nos permite compreender como as sociabilidades, política, economia e cultura que marcaram o passado da instituição que nos interessa auxiliaram a construir, consolidar e solidificar seu presente. Isto posto, no próximo capítulo nos voltamos ao arquivo guardado pela Diretoria de Registro Escolar da Universidade Federal de Viçosa. Nesse sentido, buscamos caracterizar sua estrutura, detalhar os documentos que guarda, e destacar a importância do acervo para a memória institucional e do ensino superior nacional como um todo.

### **CAPÍTULO 3 – A CONTRIBUIÇÃO DOS DOCUMENTOS DA ESAV E DA UREMG PARA O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

No terceiro capítulo, explanaremos sobre o arquivo permanente, que atualmente se encontra na Diretoria de Registro Escolar da Universidade Federal de Viçosa (UFV), e sobre a documentação dos alunos egressos da ESAV e da UREMG no que diz respeito a sua contribuição para o Ensino Superior no Brasil. Nesse sentido, em primeiro momento, nos dedicamos a uma descrição sobre o acervo em si, destacando os tipos de documento passíveis de serem encontrados arquivados no local em que tem se empreendido o trabalho aqui descrito, sendo eles, majoritariamente, documentos diversos de alunos egressos e ativos das diversas fases da UFV, cujo conteúdo, embora se relacione, em grande medida, não se restringe aos assuntos acadêmicos, deixando antever aspectos da vivência dos educandos em Viçosa e no *campus* da Universidade em suas dimensões sociais, culturais, políticas e pessoais, bem como o relacionamento entre a instituição e as famílias e outros feitos dos alunos dentro e fora da UFV.

A análise da natureza desses documentos revela sua importância histórica e as grandes contribuições que podem trazer para trabalhos que investiguem o funcionamento do Ensino Superior no Brasil em outros tempos, bem como sobre a História da Educação como um todo, História da Formação em Ciências Agrárias e, especificamente, a História da Universidade Federal de Viçosa, cuja tradição e vivência em diversas fases educacionais do Brasil, fazem com que se estabeleça como uma importante instituição no que diz respeito à História das Instituições de Ensino Superior no Brasil. Desse modo, podemos apontar que, preservar os documentos que mantém viva a memória institucional das Universidades brasileiras, cuja trajetória, como foi colocado em relevo em nosso primeiro capítulo, foi complexa e repleta de continuidades e descontinuidades, consiste em uma ação de importância histórica, social e cultural em nosso país.

Tendo isso em vista, as próximas páginas são dedicadas a pontuar a importância para as pesquisas históricas e para a preservação da memória institucional que os documentos guardados pelo acervo que se faz objeto desse trabalho, ou seja, o Arquivo da Diretoria de Registro Escolar da Universidade Federal de Viçosa possuem. Nesse sentido, são ressaltadas os tipos de informação e dados que esse acervo pode fornecer para pesquisadores dos assuntos pertinentes, bem como para o público em geral que por eles se interessem.

### 3.1 O acervo documental

Na época em que a instituição era ainda denominada como ESAV, o local de guarda dos documentos era chamado de Secretaria-Geral, depois passou a se chamar Serviço de Registro Escolar e, atualmente, Diretoria de Registro Escolar da Universidade Federal de Viçosa. Segundo Gatti Júnior (2002, p. 04):

Pode-se afirmar que as escolas e o sistema educacional, por mais heterogêneos que sejam, aparecem como localidades que não podem ser negligenciadas como amostra significativa do que realmente acontece em termos educacionais em qualquer país e, especialmente, no Brasil, onde as análises governamentais têm a tendência de obscurecer a problemática real de seu sistema escolar. (Gatti Júnior, 2002, p. 04).

Ao longo dos seus 96 anos, a UFV acumulou um vasto acervo documental que, além de contar sobre a história e memória de seus alunos, também serve como fonte administrativa e de pesquisa. Os objetos da pesquisa aqui descrita são os documentos do Registro Escolar da UFV. O acervo em questão não é oficialmente reconhecido como patrimônio, mas, informalmente, pode assim ser identificado, pois guarda documentos relativos a uma parte muito importante da história da instituição e, conseqüentemente, do patrimônio científico e cultural construído ao longo dos anos.

Assim, a preservação, organização e disponibilização dos documentos contribuirão para que outras memórias venham à tona e, portanto, será possível conhecer melhor a história da UFV. Le Goff (1990, p. 423) enfoca a importância da informação do presente e do passado como forma de registro com a utilização da memória, ou seja:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou o que ele representa como passadas (Le Goff, 1990, p. 423).

Os documentos dos alunos egressos e ativos da instituição são guardados no arquivo<sup>57</sup> da Diretoria de Registro Escolar<sup>58</sup> em envelopes pardos Kraft timbrados, devidamente identificados com o nome completo do aluno e o número da matrícula, acondicionados na posição horizontal dentro de caixas “arquivo de plástico polionda amarela”. Cada uma dessas caixas pesa, aproximadamente, quatro quilos e meio e são distribuídas em cem módulos de estantes de aço de três metros de altura, sendo que cada módulo de estante contém

---

<sup>57</sup> Sala ampla, onde o acervo documental é guardado.

<sup>58</sup> Setor vinculado à Pró Reitoria de Ensino e responsável por manter o registro dos dados pessoais e acadêmicos dos estudantes.

aproximadamente sete metros lineares<sup>59</sup> de documentos. Devido ao peso das caixas, a altura dos módulos de estantes e o espaço reduzido do corredor, o acesso e manuseio desses documentos torna-se difícil. Os envelopes pardos Kraft são feitos com o uso da lignina (composto químico) e a sua oxidação faz com que o papel se torne ácido, atacando e manchando o material ao longo do tempo. Em relação à preservação de acervos, os papéis de algodão levam grande vantagem por naturalmente não conterem a lignina. Portanto, sugere-se substituir os envelopes Kraft por papéis de algodão.

Os envelopes dos alunos egressos da época da ESAV e UREMG, além de conterem o nome completo do aluno e o número da matrícula, também são identificados pelo número da microfilmagem<sup>60</sup>. A problemática encontra-se na organização do arquivo permanente<sup>61</sup>, pois não ocorreu o emprego de um tratamento arquivístico adequado, sendo evidência disso o fato de que o número da matrícula desses alunos não está na ordem sequencial numérica. Por exemplo: a matrícula de número um é referente ao ano de 1981, referindo-se a um aluno do curso de Mestrado em Economia Rural, enquanto a matrícula de número trezentos se refere ao curso de Técnico Agrícola de 1929.

Figura 8: Envelope, Caixa e Sala do Arquivo da Diretoria de Registro Escolar.



Fonte: Acervo Pessoal

À época de produção dos documentos, todos os registros eram realizados de forma manual, sendo que, posteriormente, com a utilização dos sistemas acadêmicos, não se seguiu à numeração de matrícula original sequencial.

<sup>59</sup> É uma unidade de medida a ser utilizada na medição de *arquivos*.

<sup>60</sup> É a captação fotográfica em filme de documentos e informações (Fonte: [www.arquivonacional.gov.br](http://www.arquivonacional.gov.br)).

<sup>61</sup> Conjunto de documentos custodiados em caráter definitivo, em função de seu valor.

Atualmente, encontram-se arquivados cento e dois mil e cinquenta (102.050) envelopes de alunos egressos e ativos, tanto da graduação quanto da pós-graduação, todavia, não existe separação entre arquivo permanente, intermediário<sup>62</sup> e corrente<sup>63</sup>. No que se refere à tipologia dos documentos, encontram-se nos envelopes carta de apresentação, advertências, cartas utilizadas com o objetivo de se comunicar com a instituição, jornais, ficha individual do aluno, certificados, documentos pessoais, atestado de conduta, histórico, fotografias, entre outros itens. Pode-se constatar, então, que o acervo da documentação é textual<sup>64</sup>, iconográfico<sup>65</sup> e micrográfico<sup>66</sup>.

É válido destacar que outros trabalhos foram e têm sido feitos tendo como objeto de pesquisa os acervos documentais presentes na UFV. Eduardo Luiz dos Santos (2017), dedicou sua dissertação de mestrado à investigação acerca das funções arquivísticas realizadas na instituição e se estas estão em conformidade com o que pressupõe a gestão de documentos. Por sua vez, Mariza Silva Santos Dias (2022), buscou compreender os impactos que a Portaria 315 do MEC, que estabelece a obrigatoriedade da digitalização de todos os documentos referentes às atividades acadêmicas de discentes de graduação e pós-graduação em todas as instituições de ensino superior do Brasil, sobre o acervo presente na Diretoria de Registro Escolar da Universidade Federal de Viçosa. Já Patrícia da Silva Fonseca (2022), em sua dissertação de mestrado, buscou discutir a ausência de uma política de gestão de documentos na Universidade Federal de Viçosa, tendo como foco, especificamente, os documentos que compõem o arquivo do Serviço de Registro de Diplomas e Certificados desta instituição. Outro trabalho sobre os acervos da UFV e, mais especificamente, sobre o Acervo da Diretoria de Registro Escolar da UFV, mesmo objeto de nossa pesquisa, é aquele que vem sendo produzido por Luciana de Souza Vilela (ainda em execução). Evidencia-se, desse modo, como, nos últimos anos, têm crescido o interesse e preocupação com a preservação e gestão de documentos presentes nos arquivos e acervos da Universidade Federal de Viçosa.

Desse modo, a partir da presente pesquisa, buscou-se estudar e propor formas de preservação deste patrimônio documental da UFV, visando propiciar a construção de um sistema de organização mais dinâmico para facilitar futuras consultas às informações nele contidos. Melhorias nos aspectos funcionais do arquivo, bem como a preservação física de

---

<sup>62</sup> Conjunto de documentos originários de arquivos correntes, com uso pouco frequente.

<sup>63</sup> Conjunto de documentos estreitamente vinculados aos objetivos imediatos para os quais foram produzidos ou recebidos no cumprimento de atividades-meio e atividades-fim e que se conservam junto aos órgãos produtores em razão de sua vigência e da frequência com que são por eles consultados.

<sup>64</sup> Documentos manuscritos, datilografados ou impressos.

<sup>65</sup> Documentos que possuem informação em forma de imagem.

<sup>66</sup> Quando o documento possui a informação registrada em microforma, como em microfilmes e microfichas.

seus documentos, poderiam contribuir para o acesso e difusão de informações no tempo presente e na posteridade. Nesse sentido, conforme Le Goff (1994, p. 545) afirma: “Só a análise do documento enquanto monumento permite a memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento da causa”.

### **3.2 Formas de preservação dos documentos**

Estudar e propor formas de preservação dos documentos da UFV torna-se importante ao levarmos em consideração suas características físicas; as informações que estão neles contidas, como por exemplo: perfil do aluno, regime de internato e externato, regime disciplinar, participação feminina, incidência regional, punições e publicações, etc. A começar pelas características físicas, trata-se de um acervo composto por manuscritos e documentos datilografados. Isto enfatiza o aspecto da “raridade” e da antiguidade, tornando os processos e métodos de conservação mais específicos. Por consistir em um material centenário, o acervo documental do Registro Escolar da Universidade Federal de Viçosa está sujeito a agentes de degradação, necessitando a aplicação de métodos de preservação, uma vez que o conteúdo arquivado abarca informações da história da instituição relevantes para a preservação de sua memória. A comunidade, os pesquisadores, alunos e professores da UFV e de outras instituições também poderiam ser beneficiados com a facilidade de acesso a essas informações.

Zamora (2013) afirma a importância do patrimônio documental na América Latina, sua preservação e difusão. De acordo com a autora, os países de língua espanhola e portuguesa compartilham memórias e acontecimentos que datam da época da colonização e a superam, chegando à atualidade, demarcando sua história política e cultural. Nesse contexto, como ela afirma, a preservação e difusão dos arquivos documentais são imprescindíveis para manter viva a história local, nacional e, conseqüentemente, aquela que os países latinos compartilham. Para tanto, destaca-se a importância dos projetos institucionais que objetivam concretizar essas ações. Aquele sobre o qual trabalhamos ao longo desse trabalho tem como um dos objetivos preservar e difundir a memória institucional da Universidade Federal de Viçosa em todas as suas fases.

De acordo com o site do Arquivo Central e Histórico da UFV, antes da década de 1980, a documentação da instituição permanecia depositada no subsolo do prédio principal, o edifício Arthur Bernardes, em repositórios dos próprios departamentos e órgãos, acabando por

não receber o tratamento físico e intelectual necessários para sua preservação. Conforme afirma o fundador do arquivo, ainda na década de 80, “[...] Os papéis têm sido acumulados e deslocados de uns para outros locais, sempre para mais longe dos centros de decisão, para cômodos cada vez mais inadequados, e sempre por operários que não têm a menor ideia do valor dos papéis” (Borges; Albuquerque; Bastos, 1988, p. 17).

Visando formas de preservar a memória institucional, em 1985, pela portaria número 535, foi criado o Arquivo Central e Histórico da UFV<sup>67</sup>, para desenvolver as primeiras ações ligadas à manutenção da memória da universidade. Posteriormente, na tentativa de conservar, difundir e permitir o acesso público aos livros e documentos da UFV, foi criado em 2004, o LAMPEH (Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica).<sup>68</sup> Outras instâncias da UFV, como a Biblioteca Central e parte dos departamentos, que possuem depósitos de documentos, realizam, bem como o LAMPEH, o trabalho de preservação e difusão dos acervos tanto da própria instituição quanto de outros locais. Ainda assim, é válido ressaltar que não há uma coordenação entre esses acervos, sendo que cada uma realiza um trabalho autônomo nesta área.

Em busca de soluções inovadoras, atualmente, o Arquivo Central e Histórico da UFV utiliza o AtoM, uma plataforma de descrição e difusão online e gratuita do seu patrimônio documental, aproveitada por essa instituição, e por instituições de todo o mundo, para disponibilizar documentos na internet e servir como ferramenta de pesquisa para a comunidade acadêmica e leiga.<sup>69</sup> A UFV utiliza-se também do Locus<sup>70</sup> como repositório institucional.

Mesmo havendo a ocorrência de experiências de organização e conservação de documentos na UFV, identifica-se que ainda se faz necessária a busca por novas tecnologias de acondicionamento, preservação e difusão de todo o seu patrimônio documental. Isto poderia ser feito a partir de um sistema de arquivo próprio, que englobasse todos os setores da instituição.

A Universidade Estadual de Campinas desenvolveu seu próprio sistema de arquivos denominado de SIARQ<sup>71</sup>, que tem como missão coordenar a gestão, a preservação e possibilitar o acesso aos documentos que fazem parte de seu acervo. O trabalho de digitalização e armazenamento dos documentos é realizado na própria instituição, obtendo,

---

<sup>67</sup> Site: <http://www.arquivohistorico.ufv.br/>

<sup>68</sup> Site: <http://www.lampeh.ufv.br>

<sup>69</sup> Fonte: Diretoria de Tecnologia de Informação.

<sup>70</sup> Site: <http://www.locus.ufv.br>

<sup>71</sup> <https://www.siarq.unicamp.br/siarq/>

assim, a qualidade desejada, e reduzindo custos com possível terceirização. Este é um caso que serviria de base para se pensar um sistema de tratamento e armazenamento digital para os componentes dos diversos acervos da UFV, contudo, o alto custo inviabiliza este tipo de ação e, no próximo capítulo, explanaremos sobre a solução encontrada.

É perceptível nesse ponto que os métodos de armazenamento de documentos precisam acompanhar o desenvolvimento tecnológico para que a informação possa ser difundida através dos meios mais avançados. Além disso, a preservação do patrimônio documental contribui para que a sociedade possa exercer o direito de acesso à informação. Nesse sentido, um importante dispositivo implementado para garantir esse direito é a Lei de Acesso à Informação<sup>72</sup> de 18 de novembro de 2011 que, dentre outras regulações, permite acessar informações importantes para a história e para a construção da memória, bem como produzir estudos utilizando tais dados como fontes.

Portanto, a partir do estudo que vem sendo desenvolvido, pretende-se propor meios de conservar o acervo documental do arquivo da Diretoria de Registro Escolar, e possibilitar o acesso fácil e rápido à documentação. Esse acervo é relevante para a compreensão das transformações ocorridas ao longo do tempo no âmbito acadêmico em relação aos egressos da instituição e como podem contribuir para os estudos sobre a importância da compreensão da história da educação no Brasil.

Estudar e propor formas de preservação do patrimônio documental da UFV, visando à composição de um sistema de organização mais dinâmico para facilitar consultas às informações nele contidas, torna-se importante no que tange os aspectos funcionais do arquivo, bem como a preservação física de seus documentos, contribuindo para o acesso e difusão de informações no tempo presente e na posteridade, preservando a memória que esses documentos carregam, ressaltando sua importância para a história da educação no Brasil. No que se refere à memória, Lowenthal (1998, p. 75) afirma: “Toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência dos acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado”.

Os documentos do arquivo são testemunhos da memória da Universidade Federal de Viçosa, sendo assim, fonte de pesquisa para a comunidade em geral que se interesse pelo assunto. Portanto, constituem parte do patrimônio cultural de uma sociedade e, nesse sentido, os documentos fazem parte da memória institucional. De acordo com Pereira (2011, p. 24),

---

<sup>72</sup> A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

“os documentos são uma forma de expressão da memória”. Logo, os arquivos, por meio dos documentos que guardam, são portadores de informações a respeito da memória individual e coletiva, configurando-se como suporte para a constituição da história das instituições e da identidade de um determinado povo, esse fato coloca em relevo a necessidade de que sejam preservados.

Nesse sentido, Le Goff (1990, p. 535), faz uma análise sobre documento/monumento:

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (Le Goff, 1990, p. 535).

Desse modo, para que todos tenham direito à busca pela memória, a Lei 8.159/1991, em seu art. 4º, afirma o direito de todo cidadão em obter informações de interesse pessoal ou coletivo dos órgãos governamentais constantes nos documentos de arquivo (Brasil, 1991). Para que isso ocorra de forma ativa, no entanto, é necessário que haja uma legislação consistente de políticas públicas arquivísticas. Sendo assim, Sousa (2006, p. 4) argumenta:

[...] podemos, sim, falar de políticas públicas de arquivo, pois ela carrega a defesa e a garantia de direitos individuais e coletivos. A importância e o valor estratégico da informação arquivística para a sociedade brasileira, como para qualquer outra sociedade, justifica a necessidade da formulação de políticas públicas de arquivo no país. (Sousa, 2006, p. 4).

A Lei 8.159/1991 criou o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), um órgão colegiado vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça. É ele responsável pela edição de decretos e de resoluções que tratam de temas diversos relativos à gestão de documentos convencionais e digitais, microfilmagem, digitalização, transferência e recolhimento de documentos.

Ainda sobre a legislação que abarca a preservação e disponibilização de acervos documentais no Brasil, é válido ressaltar que a Constituição Federal de 1988 teve papel relevante para a preservação do patrimônio do país, pois trouxe em seu artigo 216 a identificação dos bens culturais do país, tanto materiais quanto imateriais:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações

artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Constituição Federal, 1988).

Saraiva e Pereira (2018), em seu artigo intitulado “Patrimônio documental e difusão da informação em arquivos nacionais”, discorrem sobre o Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Este foi criado em 1992 com o objetivo de: a) disponibilizar técnicas adequadas para promover a preservação do patrimônio documental; b) promover meios de facilitar o acesso ao patrimônio documental e; c) possibilitar a conscientização da importância do patrimônio documental. No que tange à definição de patrimônio documental, o programa o define como aquele “[...] que se encontra em bibliotecas, em arquivos [e] que constitui uma parte primordial desta memória [do mundo] e que reflete a diversidade dos povos, das línguas e das culturas”.

Os acervos documentais precisam ser preservados, conservados e difundidos de forma acessível para a sociedade. De tal modo, Bellotto (2004, p. 10), chama a atenção para a multiplicação de documentos gerados em meio digital, que precisam ser constituídos para outro grande desafio: a preservação de informações para as futuras gerações. No e-ARQ Brasil<sup>73</sup>, encontra-se a definição de documento arquivístico como sendo “um documento produzido e/ou recebido e mantido por pessoa física ou jurídica, no decorrer das suas atividades, qualquer que seja o suporte, e dotado de organicidade”. Da mesma forma, define documento arquivístico digital: “um documento digital que é tratado e gerenciado como um documento arquivístico, ou seja, incorporado ao sistema de arquivos”.

Sobre a preservação de arquivos para a posteridade, Sancho indica: “[...] a tecnologia constitui um novo tipo de sistema cultural que reestrutura o mundo social e ao escolhermos as nossas tecnologias nos tornamos o que somos e dessa forma fazemos uma configuração do nosso futuro”. (Sancho, 1998, *apud* Brignol, 2004, p. 27). A partir da revisão da literatura e da importância de estudar e propor formas de preservação do patrimônio documental dos alunos egressos, ressalta-se a relevância documental que o acervo da Universidade Federal de Viçosa pode adquirir, bem como a necessidade de preservá-lo para que seja difundido. Nesse sentido, as tecnologias possuem papel importante na elaboração de um sistema acessível e dinâmico.

### **3.3 Os documentos que narram uma história**

---

<sup>73</sup> Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos.

A pesquisa realizada no arquivo da Diretoria de Registro Escolar revelou a trajetória e o desenvolvimento da UFV desde os primórdios com a ESAV e a UREMG. Essa tríade, formada pelas fases pelas quais a instituição passou foi estruturada em quatro pilares: Estudar, Saber, Agir, Vencer; sempre objetivou a excelência do ensino. Para o estudo, procedeu-se a um amplo levantamento de fontes documentais, tanto do registro escolar quanto do Arquivo Central e Histórico da UFV, bem como dissertações que abrangem o referido tema, o que permitiu o exame de atas de reuniões da congregação, relatórios, cartas, convites, fotos, regimentos, estatutos, boletins, circulares e outros documentos produzidos pela ESAV e pela UREMG, além da documentação contida nas pastas dos alunos egressos, decretos e leis editados pelo governo do estado de Minas Gerais. Os arquivos de instituições educacionais apresentam-se como locais que guardam muitas informações e fontes fundamentais para a formulação de interpretações sobre elas próprias e, principalmente, sobre a história da educação brasileira.

Para Belotto (1989, p. 23-24), o principal papel dos arquivos universitários se desdobra em três funções, quais sejam:

- 1- reunir, processar, divulgar e conservar todos os documentos relativos à administração, histórica e ao funcionamento/desenvolvimento da universidade;
- 2- avaliar e descrever estes documentos tornando possível seu acesso, segundo as políticas e procedimentos elaborados especificamente para estes fins;
- 3- supervisionar a eliminação, ter o controle da aplicação das tabelas de temporalidade, a fim de que nenhum documento de valor permanente seja destruído.

De acordo com o levantamento de fontes documentais do Registro Escolar e demais fontes para embasamento, como regimentos e portarias da época, verifica-se que a ESAV adotava um regime de rigidez, como consta no Estatuto de 1932:

Os moços que se sentirem incapazes de cumprir fielmente os deveres e exigências da disciplina, não deverão procurar o estabelecimento, que tem o maximo empenho em afastar do seu seio os elementos indesejáveis.<sup>74</sup>

No Regulamento da ESAV de 1926<sup>75</sup>, o capítulo XIX discorre sobre as penalidades, dispondo, em seu art. 150, sobre as penas disciplinares às quais os alunos ficariam sujeitos: Advertência; Admoestação (reprimenda); Suspensão; Expulsão.

Pompemayer (2018, p. 25) destaca:

<sup>74</sup>Disponível em: <[http://atom.ufv.br/uploads/r/arquivo-central-e-historico-da-ufv-ach\\_ufv/7/8/1/781dd0d9a7092a9ec952d6243291c478db4a9b6fe5a6dc075e815b950586fb3c/ESTATUTO\\_1932\\_ESAV.pdf](http://atom.ufv.br/uploads/r/arquivo-central-e-historico-da-ufv-ach_ufv/7/8/1/781dd0d9a7092a9ec952d6243291c478db4a9b6fe5a6dc075e815b950586fb3c/ESTATUTO_1932_ESAV.pdf)>.

<sup>75</sup> Regulamento da ESAV de 1926 - UFV-ATOM

[...] a Escola contava, desde o início, com um sistema de controle, vigilância e punição de alunos e servidores previsto no regulamento. Esse controle não era apenas intelectual, como se pôde ver, mas moral e cívico, e acontecia dentro e fora da instituição. (Pompermayer, 2018, p.25)

Essas sanções eram aplicadas de diversas formas e para situações que o rigor da época exigia. A Secretaria-Geral utilizava cartas para se comunicar com os pais sobre as infrações cometidas por seus filhos, bem como sobre as penas aplicadas, uma cópia também era enviada ao aluno. Os pais também utilizavam-se das cartas como meio de comunicação com a escola. Em sua maioria, essas cartas eram escritas a mão ou, raramente, datilografadas. Abaixo algumas transcrições conforme documento original:

A memória da ESAV e da UREMG foi sendo construída por meio de indícios deixados em documentos que revelam práticas pedagógicas e de controle social impostas aos alunos. Esse sistema de controle é descrito pela documentação arquivada na Diretoria de Registro Escolar, no acervo do Arquivo Central e Histórico da UFV e na historiografia da UFV, trazendo lugares de uma memória institucional que revelam o perfil de aluno idealizado pela instituição à época.

A natureza das punições da ESAV era de caráter comportamental em relação à disciplina, voltadas a práticas educativas e controles institucionais. O diretor da ESAV enviava à Secretaria de Agricultura um Relatório anual informando sobre o andamento da instituição, inclusive em relação à frequência dos alunos.

A frequência as aulas foi ótima, podendo ser considerada como excepcional. Foram verificadas 97641 presenças, contra 3506 faltas, das quaes, por motivos justificados, contam-se 1922. Foram enviados aos paes, boletins esclarecendo a situação escolar dos alumnos. O número total de boletins foi de 1064. Tendo estes o formato de carta retratando individualmente cada alumno, são recebidos com muito interesse. (Relatório anual do diretor da ESAV ao Secretário de Agricultura em 1932. Viçosa-MG: UFV. ACH. p. 10. Caixa 1313).

Conforme relatado na carta abaixo, grande parte das punições eram referentes às fraudes nas provas, a “cola” e como meio de se prevenir problemas disciplinares. Conforme Barbosa (2017, p. 64), “existiam regras porque havia transgressões”:

No entanto, se existia a regra, aparentemente também existia a transgressão. Até mesmo pelo fato de que as regras são impostas para coibir posturas anteriores. E na ESAV não parecia ser diferente. Por mais que a metodologia fosse diferenciada e que os objetivos almejados pela Escola fizessem parte de um projeto até então inovador, ainda assim era um ambiente coletivo, onde as posturas às vezes não condiziam com um comportamento adequado, segundo os padrões dados pela

direção. Logo, as transgressões existiam, e com elas, as admoestações aos transgressores. (Barbosa, 2017, p. 64)<sup>76</sup>

Carta 01:

Viçosa, 1 de abril de 1932

Lamento levar ao conhecimento de V.S. que a Congregação desta Escola, em sua reunião ordinária de ontem, impôs-lhe a penalidade de suspensão durante seis (6) dias úteis, a partir de hoje, por motivo de ter V.S. colado a prova de física, no dia 22 do mez findo.

Espero que V.S. Não veja no ato da Congregação outra cousa senão propugnar pelos interesses dos alunos desta Escola e quiça do ensino agronomico,

Está, portanto, V.S. Convidado a se afastar desta Escola durante aqueles dias, podendo regressar no proximo dia

Carta 02:

Viçosa, 3 de setembro de 1935.

Comunico-lhe que o sr. Director tomando conhecimento que V.S. em desobediencia ao acto nº 165, de 20 de Agosto de 1934, praticou, em Junho ultimo, o foot ball, contrariamente às recomendações então existentes, resolveu admoestalo-o, com lastima da Directoria, pela indisciplina e negação de espirito dessa grande escola.

Lamentando fazer-lhe esta comunicação, apresento-lhe as minhas saudações.

Carta 03:

Viçosa, 12 de julho de 1938

Prezado Sr.

Comunico-lhe que a Congregação Geral dessa Escola em sessão de 21 de junho ultimo tomou conhecimento da sua responsabilidade no furto de abates verificado na noite de 15 daquele mês, no pomar de abacateiros da Escola e ainda do seu gesto de desrespeito às leis do estabelecimento, cujos terrenos V.S. procurou para a pratica de atos condenados pela moral, conforme sua propria confissão.

Pelas faltas acima, a Congregação resolveu suspende-lo por seis meses a partir de 7 do corrente.

Lamentando fazer-lhe essa comunicação, apresento-lhe as minhas saudações.

Carta 04:

Viçosa, 19 de outubro de 1940

---

<sup>76</sup> PAES, Ernani Barbosa, A Identidade do Esaviano: Práticas Educativas e Controles Institucionais em Uma Escola Agrícola Mineira. (1926 A 1948), Viçosa – MG, 2017.

Presado Sr.

A Congregação Geral da Escola, em sessão de hontem, tomou conhecimento do desacato por V.S. cometido contra o professor de Cosmografia, no dia 15 do corrente, por ocasião em que V.S. procurava certificar-se da sua nota naquela materia.

Tendo em vista que a falta cometida é de carater, a Congregação resolveu cassar a sua matrícula, a partir de hoje e mandou vedar a sua entrada na Escola.

Lamentando fazer-lhe esta comunicação convido-o a afastar-se do estabelecimento.

Saudações Atenciosas.

As penalidades objetivavam manter um padrão na Escola, o mal-comportamento resultava em notas baixas, e esse tipo de aluno não era o desejável para a instituição, pois queria-se uma escola modelo com excelência no ensino e alunos que dessem retorno ao país, sendo profissionais exemplares. Corroborando com as ideias de Azevedo (2021, p. 190):

A aplicação da penalidade de expulsão, em muitos casos e situações, se fazia após rigorosa averiguação dos fatos pelo Conselho de Disciplina da ESAV, com a tomada de depoimentos, conforme a ocorrência, dos acusados, testemunhas e vítimas, pelos responsáveis pela condução do inquérito instaurado, cujo parecer era encaminhando à diretoria e julgado pela Congregação (Azevedo, 2021, p. 190).

Esse tipo de documento é relevante por trazer informações sobre a vivência dos alunos da ESAV no *campus*, habitando o alojamento e frequentando as aulas oferecidas pela instituição. Para além, em um contexto mais amplo, são também úteis para compreender o padrão de moralidade vigente à época em que a ESAV existiu, uma vez que demonstram o tipo de comportamento passível de punição em uma Instituição de Ensino Superior. Nesse sentido, o modo como buscavam formar seus alunos não apenas academicamente, mas também com o objetivo de se construir um modelo de masculinidade ideal, consistem em dados úteis e importantes para pesquisas históricas que almejam compreender a sociedade daquele período.

À época, a ESAV já se destacava no cenário nacional como referência no ensino e grande era o número de jovens que queriam ingressar na instituição. Por conseguinte, eram enviadas cartas para a Direção da Escola solicitando vagas, como é possível observar na transcrição, conforme documento original, abaixo:

Belo Horizonte, 7 de Dezembro 1932.

Exmo. Sr. Dr. Belo Lisboa

Saudações

Venho por meio desta a presença de V. Excia. para lembrar-lhe o meu caso.

Sou aquele rapaz que lhe procurou por duas vezes no “Grande Hotel” para ver se era possível obter com sua aquiescência um lugar gratuito aí na Escola.

Estou seguindo seu conselho, isto é, “quem quer vai de qualquer modo”. Assim é que mesmo no caso de não se conseguir o almejado lugar, eu irei na qualidade de aluno contribuinte, como lhe disse meu tio. Faço-lhe a presente comunicação porque vi hoje pelo “Minas” que a Escola já luta com o excesso de candidatos, tendo até deixado de aceitar uma léva de Espiritosantenses.

Espero pois que V. Excia. reservará o meu lugar até a época regulamentar das inscrições.

Outrosim desejo saber se realizará este ano o exame Vestibular para o Curso Superior, pois o mesmo depende de decisão da Congregação, de acordo com o ESTATUTO a pgs. 30, linha 10 a 14.

Como já é de seu conhecimento, tenho o Curso Ginásial completo, o que já constitui uma prova de Preparo.

Certo de que o amigo tomará na devida conta, este meu pedido, subscrevo-me de V. Excia., amigo e admirador.

Por meio do conteúdo desse tipo de carta, é possível compreender o prestígio do qual a instituição dispôs desde seus primeiros anos de funcionamento, bem como o modo como um lugar em meio às suas cadeiras era almejado e solicitado por jovens de diversos locais do país. É também possível extrair informações sobre o modo como se dava a solicitação de gratuidade para habitar o alojamento da ESAV.

No estatuto aprovado pela Congregação em 15 de fevereiro de 1932, a página 15 faz referência ao boletim: “Serão enviados mensalmente, aos pais ou tutores dos alunos, boletins das médias obtidas durante esse tempo e apuradas das notas de chamadas orais, sabatinas e provas escritas mensais”. Verificamos nas pastas muitas penalidades relacionadas às notas como:

Viçosa, 10 de Dezembro de 1932.

Comunico-lhe que a Congregação, em sua reunião de dois do corrente mês de Dezembro, cumprindo uma determinação da Junta Administrativa, resolveu fixar sua suspensão dos trabalhos letivos nesta Escola até trinta e um de Julho de mil novecentos e trinta e três, com a condição de ter matrícula no segundo semestre do aludido ano (1933),

Afetuosas saudações.

Em 1967, época da UREMG, o registro das notas era feito por meio do mapa de exames. Nele estavam contidas as matérias, as notas, o ano e avulsos (2ª época). Como exemplo de carta aos pais, ao que se refere às reprovações, abaixo é transcrito:

Viçosa, 4 de julho de 1941

Prezado Sr.

Comunico-lhe que, de acordo com o artigo 40 do Regulamento da Escola os alunos que tiverem 50 por cento ou mais reprovações em dois meses consecutivos deverão ser afastados do Estabelecimento.

O seu filho teve, infelizmente, mais de 50 por cento de reprovações nos meses de abril e maio últimos, conforme V.S. viu pelos boletins que lhe foram enviados.

Ficou resolvido que fosse ele afastado, tendo em vista o dispositivo do Regulamento e o pouco aproveitamento do seu filho.

Esta medida atingiu a vários alunos e visa o próprio interesse dos pais e a eficiência do ensino.

Lamentando fazer-lhe esta comunicação, apresento-lhe as minhas atenciosas saudações.

Analisando os Regulamentos da ESAV e os documentos pesquisados, verificou-se que era exigido dos alunos que se comportassem como um modelo para o Brasil, tanto no que tange o aspecto científico quanto no disciplinar e na formação moral. Nesse sentido, os “esavianos” eram submetidos a um conjunto de regras comportamentais rígidas. Graciani (1984), afirma, nesse sentido, que “a ideologia dominante é inculcada na escola através das práticas e rituais, que estão instalados no seu interior, sendo mediatizada não só pelos recursos pedagógicos, como pelas normas inseridas nos regulamentos e regimentos institucionalizados e legais da mesma.” (Graciani, 1984, p. 29). Assim, esta consiste em mais uma amostra sobre como os documentos que compõem o acervo da Diretoria de Registro Escolar constituem fontes históricas para a compreensão do comportamento social almejado em tempos passados.

Durante a Segunda Guerra Mundial, verificamos registros de muitos alunos convocados, tendo sido encontrado um recorte de jornal (Figura 9) noticiando a morte de um ex-aluno em 30 de maio de 1945.

Foi um herói, porque morreu em defesa da Pátria; foi um bravo, porque não se acovardou diante do perigo; foi um caráter retilíneo, porque não usou de meios indignos para fugir ao cumprimento do dever (Jornal Além Parayba, edição 333).

Figura 9: Recorte de jornal comunicando a morte de aluno da ESAV durante a Segunda Guerra Mundial. Juiz de Fora, 1945.

## A morte de um expedicionário

Notícias há pouco chegadas da Europa, por via particular e, em seguida, confirmadas pelo órgão competente do Ministério da Guerra, trouxeram ao nosso conhecimento o lamentável acidente ocorrido em 30 de maio último, na Itália, em o qual perdeu a vida o jovem expedicionário brasileiro cabo [REDACTED]

Filho de [REDACTED] nasceu o extinto na fazenda da Serra Bonita, em Angustura, Município de Além Paraíba, aos 13 de maio de 1916. Era o primeiro de uma numerosa prole, tendo morrido solteiro, após haver completado 29 anos de idade.

Iniciando seus estudos no Ginásio de Além Paraíba, transferiu-se em 1931 para Juiz de Fora, onde ingressou na Academia de Comércio, cujo curso ginásial concluiu com brilhantismo em 1934, tendo também cursado em Tiro de Guerra, distinguindo-se como bom soldado.

Em seguida, matriculou-se na Escola Superior de Agronomia de Viçosa, tendo terminado com real proveito, em 1937, os seus estudos de técnico agrícola.

Regressando à fazenda da Serra Bonita, seu pai, já idoso e cansado, resolveu entregar-lhe a direção da fazenda e também detidos os negócios, o que foi bem pensado, visto que poucos anos depois invalidou-se totalmente, em consequência de cruel enfermidade.

Nessa situação, foi surpreendido pela convocação militar em 1943. Cioso do cumprimento de seus deveres, apresentou-se imediatamente às autoridades da 4ª. Região Militar, nesta cidade. Aprovado em todos os exames médicos, foi mandado para São João del-Rei e de lá para o Rio como componente do 11º. R. I. Incluído na Força Expedicionária Brasileira, foi promovido a cabo pouco antes de embarcar para a Itália e destacado para "chauffeur", cado a sua especialidade nesse setor.

Fazendo parte do 2º. Escalão da FEB, seguiu para a Europa, esperançoso de um dia poder tornar à Patria e ao seio de sua família.

As suas cartas, escritas da Itália a diversos parentes, inclusive ao signatário deste, eram as mais animadoras possíveis.

Atravessou incolume todo o período de guerra e todo o cruel inverno, sem jamais ter sofrido um só acidente e muito menos uma enfermidade.

Prestou, com o seu "jeep", inestimável auxílio às autoridades militares na Itália, conduzindo oficiais, munições e.c.c., durante o período da guerra e mesmo depois desta.

A vitória das forças aliadas foi encontrá-lo na árdua tarefa de servir às tropas destacadas no norte da Itália e, nessa missão, prosseguiu mesmo depois do término da guerra, até que, em 30 de maio, o seu "jeep" o traíu lamentavelmente Nas proximidades de Genova, quando se achava a serviço, conduzindo dois oficiais e um sargento, o "jeep" que guiava, ao sair de um tunel, chocou-se com um caminhão inglês, trazendo como consequência a sua morte instantânea.

Rapaz dotado das mais belas virtudes morais, possuía a particularidade de atrair para si todas as simpatias daqueles que se acercavam de sua pessoa, encantados com as prodigalidades de seu boníssimo coração.

Foi um herói, porque morreu em defesa da Patria; foi um bravo, porque não se acovardou diante do perigo; foi um caráter retílineo, porque não usou de meios indignos para fugir ao cumprimento do dever. Estão, portanto, perfeitamente cumpridas as declarações que a seu respeito escreveu o 1º. tenente-médico dr. Pedro Andrade, em carta que a mim dirigiu da Itália, datada de 7-1-945:

"Ha dois dias estive com o [REDACTED] que val bem e satisfeito. Está desempenhando condignamente seu papel junto às nossas tropas e tenho a certeza que será mais tarde motivo de justo orgulho e satisfação na família, pois os soldados da FEB realizam neste momento, com grande entusiasmo e indomável bravura, a formidável epopéia que consolará os ideais de justiça humana. As forças brasileiras estão escrevendo atualmente, com seu sangue e sua bravura, umas das paginas mais gloriosas da historia do Brasil".

Estão, portanto, de luto, as famílias Bastos e Côrtes, por terem se privado para sempre da convivência de um dos seus mais estimados decendentes.

Estão também de luto as cidades de Além Paraíba, e Juiz de Fora; aquela por ser o berço natal do malogrado expedicionário e esta por tê-lo acolhido carinhosamente tantas e tantas vezes.

Está, finalmente, de luto, a Patria Brasileira, por ter perdido na velha Europa mais um de seus valentes expedicionários, morto em serviço, mas que bem alto soube elevar as suas gloriosas tradições nos campos de batalha da Itália.

Juiz de Fora, 12/7/1945.  
Eduardo de Campos Bastos.

Fonte: Acervo Pessoal

Consideramos essa a parte mais delicada e de difícil acesso da pesquisa, pois sabíamos da história, mas não tínhamos conhecimento do nome e da matrícula do ex-aluno. Após verificar centenas de pastas que continham documentos produzidos entre os anos de 1939 e 1945 e não obter êxito, um jornalista do Rio de Janeiro, especialista em história dos

Pracinhas, foi quem auxiliou na localização desse registro, solicitando a colaboração de um analista de negócios em TI (Tecnologia da Informação) e membro da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira, que, em uma pesquisa extensa, conseguiu encontrar o nome do ex-aluno. Assim, verificamos por meio do conteúdo da pasta correspondente a veracidade dos fatos narrados pelo jornal.

Ainda sobre alunos convocados para a Guerra, segue uma solicitação:

Exmo. Snr. Diretor da Escola Superior de Agricultura do Estado de Minas Gerais – Viçosa

À Secretaria

O abaixo assinado, tendo sido convocado para servir ao Exército Nacional e não tendo podido prestar exame de Física Agrícola, do primeiro ano, da qual ainda depende, um requerer a V. Excia. sua aprovação na referida cadeira, em face da Lei numero 2 (dois) de 22 de novembro de 1946, publicada no Diário Oficial de 25-11-1946<sup>77</sup>

Pede deferimento.

Viçosa, 13 de dezembro de 1946

Documentos como essas cartas podem contribuir para pesquisas que investiguem a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, podendo fornecer informações sobre o modo como os jovens eram convocados, bem como sobre quem eram esses homens, que local na sociedade ocupavam e como a notícia sobre a ida para a guerra era recebida. Esse fato demonstra, também, a importância histórica desses documentos contidos pela UFV.

Cada aluno no 25º aniversário de formatura recebia um diploma de reconhecimento com os seguintes dizeres:

*Ao ex-aluno*

*Neste 25º aniversário de formatura, em razão de seu real merecimento e valiosos esforços em prol da agricultura nacional.*

O requerimento de matrícula era exigido que fosse escrito em papel almaço e selado, escrito da seguinte maneira:

---

<sup>77</sup> Dispõe sobre aprovação de estudantes expedicionários ou convocados em virtude de estado de guerra.

Exmo. Snr. Director da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do E.  
de Minas Gerais

O abaixo assignado, alumno desta Escola, requer, de V. Excia. sua matrícula  
no 2º ano do curso médio.

P. deferimento

Viçosa, 27 de fevereiro de 1.929

Fica explícito, por meio dos documentos aqui expostos e das análises realizadas, que o acervo documental que compõe o Arquivo da Diretoria de Registro Escolar guarda uma rica história capaz de auxiliar na recuperação, preservação e compreensão não apenas da memória institucional, mas, sobretudo, daqueles que fizeram parte da trilogia formada por ESAV, UREMG e UFV ao longo de seus anos de existência. Desse modo, trazer à baila a memória estudantil da instituição tem o papel de dar relevo à importância que esse tipo de arquivo possui para a construção da memória e história nacional.

### **3.4 Trabalho, pesquisa e extensão**

A ESAV passou, ao longo dos anos, por uma grande evolução nos campos do trabalho, da pesquisa e da extensão e, em especial, do plano de estrutura universitária. Com a ida de professores da instituição a *colleges* e universidades nos Estados Unidos, para realizar pós-graduação, ocorreu um fortalecimento das capacidades e habilidades para implementar pesquisas. Ao retornarem, esses professores, tomados pela filosofia dos *Land Grant Colleges*, imaginavam que já era chegada a hora da ESAV se transformar em Universidade Rural, tendo eles se empenhado grandemente para alcançar este objetivo.

Nesse sentido, a ESAV foi pioneira no serviço de extensão rural no Brasil. Uma das primeiras atividades deste tipo na instituição, promovida por Peter Rolfs, foi a realização da Semana do Milho, que foi realizada em 1926, envolvendo uma dinâmica de troca de sementes entre os professores da Escola e os agricultores da região, com o objetivo de fomentar a experimentação do cultivo dessa cultura (Coelho, 1992). A revolução verde trazida pelas pesquisas do ex-aluno e professor da ESAV, Antônio Secundino de São José<sup>78</sup>, fez do Brasil, então simples produtor da espécie para subsistência, o segundo maior exportador de milho em todo o mundo.<sup>79</sup> Por sua vez, a Semana do Fazendeiro,<sup>79</sup> segundo Borges (2000, p.15),

---

<sup>78</sup> Personagens da UFV - Universidade Federal de Viçosa

<sup>79</sup> Antônio Secundino levou o Brasil a ser maior plantador de milho do mundo (correiobrasiliense.com.br)

[...] fruto do trabalho de Bello Lisboa e dos então alunos Joaquim Fernandes Braga e José Coelho da Silva. É tida como a primeira grande manifestação do extensionismo no Brasil, [...] O evento originou-se de uma visita à Escola, em 1928, do médico e agricultor Jacintho Soares de Souza Lima acompanhado de um grupo de agricultores ubaenses [...].

Também no período da ESAV ocorreu, conforme Baêta (2016), uma experiência pouco comum em relação às demais universidades e escolas superiores: a criação de uma escola, sediada no próprio *campus* universitário, cuja finalidade consistia em contribuir para a alfabetização de operários e seus filhos, bem como de habitantes de cidades vizinhas. De acordo com Borges, Sabioni e Magalhães (2006, p.64):

Ainda no período das construções, Rolfs e Bello Lisboa preocuparam-se com o predominante analfabetismo e criaram uma escola primária diurna para os filhos dos operários. A professora era paga pela Caixa Beneficente, mantida, inclusive, com o desconto de 3 a 4% do salário deles. Mais tarde, a escola foi ampliada com cursos noturnos para os operários e a professora era paga pelo Estado. No fim de 1926 a porcentagem de analfabetos entre os operários havia caído de 80 para 6%.

Essa escola que começou na época da ESAV foi denominada pelo Decreto nº 3365 de 19 de março de 1965, já no período da UREMG, como Escola Estadual Effie Rolfs em homenagem à esposa de Peter Rolfs e funciona no campus UFV, conforme os mesmos autores. Seu nome consiste em uma homenagem à Sra. Effie Rolfs, esposa de Peter Henry Rolfs, a qual participou, como pontua Baêta (2016), de forma ativa da construção da ESAV ao longo de todo o tempo em que esteve em Viçosa, sendo que suas ações tiveram impactos sociais possíveis de serem constatados mesmo na atualidade. Esta exerceu importante papel para os esforços de alfabetização que permearam a fundação daquela que viria a ser a Escola Estadual Effie Rolfs.

A ESAV foi a pioneira, mas foi no período UREMG que a extensão rural promovida pela instituição se tornou referência em todo país. Assim, os responsáveis por esse setor, ao dedicarem-se ao melhoramento de sua infraestrutura para o desenvolvimento das atividades de extensão, sendo projetada para além das fronteiras de Minas Gerais.

Pela Lei Ordinária nº 272 de 13 de novembro de 1948, ficou estabelecido que a UREMG seria administrada pelo Conselho Universitário e pelo Reitor. O art. 4º define que o Conselho Universitário seria constituído pelo Reitor, como seu presidente, pelos Diretores das Escolas e Chefes dos Serviços referidos no artigo 2º<sup>80</sup>, por um representante de cada uma das

---

<sup>80</sup>A Universidade Rural será constituída inicialmente pelos seguintes estabelecimentos e órgãos: Escola Superior de Agricultura; Escola Superior de Veterinária; Escola Superior de Ciências Domésticas; Escola de Especialização; Serviço de Experimentação e Pesquisa; Serviço de Extensão.

Escolas, eleito pelas respectivas Congregações, pelo Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado, por um representante do Ministério da Agricultura, por um ex-aluno diplomado pela Universidade ou por uma das Escolas a ela incorporadas e eleito pela Associação dos Ex-Alunos, e pelo presidente do Centro de Estudantes ou Diretório Acadêmico.

O texto do Estatuto da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais<sup>81</sup>, aprovado em 25 de maio de 1950, em seu art. 3º, previa que uma das finalidades da instituição consistia em formar especialistas, principalmente nos diversos ramos da ciência agrícola e da veterinária. É ainda possível constatar que a pesquisa na instituição remonta a seus anos iniciais de funcionamento, como fica explícito no texto original do estatuto:

Art. 3º – Para a consecução dos seus fins, a UREMG. compõe-se de estabelecimentos de ensino, serviço de experimentação e pesquisa e serviço de extensão, colaborará com instituições não universitárias do mesmo gênero e visará as seguintes finalidades:

1– formar engenheiros agrônomos;

2 – formar veterinários;

3 – formar bacharéis em ciências domésticas;

4 – preparar professores em geral, e, em particular, para o ensino agrícola, veterinário e de ciências domésticas;

5 – formar especialistas, principalmente nos diversos ramos da ciência agrícola e da veterinária;

6 – realizar, em sua sede ou onde julgar conveniente, trabalhos de pesquisa e experimentação;

7 – ministrar ensino a todos os interessados, especialmente a agricultores e seus filhos, bem como prestar-lhes assistência.

Vale ressaltar que, a partir do estabelecimento dos cursos de pós-graduação em 1961, a UREMG precisou reorganizar sua estrutura acadêmica. Diante dessa situação, no ano de 1965, um novo Estatuto foi aprovado pelo Decreto nº 8.484, de 14 de julho de 1965, que dispunha, em seu art. 1º, que a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, com sede em Viçosa, seria uma entidade autárquica, de personalidade jurídica de direito público. Ainda em seu art. 50, parágrafo 3º, indicava que “os cursos de pós-graduação têm por fim aperfeiçoar

---

<sup>81</sup> Legislação Mineira - DECRETO 3292, de 25/05/1950 - Assembleia de Minas (almg.gov.br)

conhecimentos, quer pelo desenvolvimento dos estudos feitos nos cursos de graduação, quer pelo estudo mais aprofundado de uma de suas partes”<sup>82</sup>.

Em 26 de março de 1965, foi fundado pelo Conselho Universitário da Universidade Rural de Minas Gerais (UREMG) o Colégio de Aplicação Coluni (CAp-Coluni), denominado, naquela ocasião como Colégio Universitário. Sua confirmação enquanto Instituição de Ensino foi realizada por meio do Decreto Estadual nº 848, de 14 de julho de 1965, enquanto sua primeira turma de alunos passou a frequentar o colégio a partir do ano seguinte.

Sua criação pretendia atender a uma demanda específica da UREMG, respeitando-se os aspectos normativos previstos nos termos da LDB, Lei Nº 4.024/61, foi implementado como Colégio Universitário, oferecendo apenas a terceira série, visando preparar os alunos para o vestibular. Além disso, as disciplinas oferecidas pelo Colégio eram ministradas por docentes da Universidade, que trabalhavam conteúdos específicos em sintonia com os cursos da graduação. Assim, o CAp-Coluni constituiu um perfil diferenciado, que conduziu à sua tradição educacional.<sup>83</sup> Conforme dados disponibilizados pela divulgação institucional, “O desempenho dos estudantes do Colégio de Aplicação (CAp-Coluni) também foi considerado, por sete vezes consecutivas, o melhor, entre as escolas públicas do país, no Exame Nacional de Educação do Ensino Médio (Enem).”

Conforme Hollerbach (2019), a demanda era de que o Colégio Agrotécnico que, até então, funcionava de maneira anexa à UREMG, passasse a oferecer, no terceiro ano do secundário, a opção de que os alunos cursassem o técnico ou o curso voltado para a cultura geral. Essa proposta surgiu como reflexo do fato de que cada vez mais alunos que se formavam pelo Agrotécnico galgavam cadeiras nos cursos superiores da Escola. Havia, entretanto, um entrave orçamentário para garantir o funcionamento das duas modalidades, uma vez que seria necessário corpo docente próprio, autonomia administrativa, garantia de alojamentos, entre outras garantias e, naquele momento, o orçamento da Universidade mal cobria seus próprios gastos. Após diversas deliberações, optou-se pela fundação do Colégio Universitário, que ofereceria ensino voltado para a preparação para o vestibular, enquanto o Colégio Agrotécnico seria transferido para Florestal, algo que nunca ocorreu de fato.

A autora chama atenção para o fato de que o ingresso de alunos do secundário agrotécnico nos cursos superiores não consistia no objetivo pautado pelo governo ao instituir os cursos técnicos de nível médio. Naquele momento, pretendia-se que a demanda por cursos superiores fosse menor e que os colégios técnicos encaminhassem seus estudantes para o

---

<sup>82</sup> BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares. Legislação ... Op. Cit., p. 238

<sup>83</sup> Disponível em: <<https://coluni.ufv.br/o-cap-coluni/apresentacao/>>.

mercado de trabalho. Assim, a extinção do Colégio Agrotécnico para a criação do Colégio Universitário cumpria também uma função de classe. Como Hollerbach (2017) pontua, era desejável que os jovens advindos das classes subalternas sequer frequentassem o ensino secundário, sendo capacitados para o trabalho desde o ensino primário. Aos filhos da elite agrária destinava-se, por sua vez, as cadeiras dos cursos superiores oferecidos pela Universidade. Assim, tendo o Colégio Universitário função preparatória para o vestibular, e havendo para o ingresso no próprio provas seletivas, mantinha-se o *status quo* no contexto das Universidades brasileiras.

Dentre a documentação pesquisada, foram encontrados muitos diplomas do Coluni, constatando que uma porcentagem muito grande de ex-alunos do colégio se torna aluno da UFV. Os primórdios do trabalho, da pesquisa e da extensão foram com a ESAV, sendo fortificado com a UREMG e consolidado com a Universidade Federal de Viçosa.

No que diz respeito à tríade formada por ensino, pesquisa e extensão, compreendidas como indissociáveis no contexto das universidades brasileiras a partir da Constituição de 1988, Castro e Alves (2017) pontuam que, especificamente para o caso da trilogia ESAV/UREMG/UFV, esta se deu de maneira distinta das demais instituições de ensino superior brasileiras. Tal diferenciação se deve, sobretudo, à formatação particular da ESAV em princípio, quando, atendendo à demanda das elites agrárias mineiras, optou-se pela fundação de uma escola agrícola que pautasse um ensino prático de agricultura e veterinária nos moldes dos *grand colleges* estadunidenses. Nesse sentido, conforme as autoras,

os fundamentos econômico-sociais e pedagógicos da ESAV eram de natureza pragmática e dirigida a determinados fins, articulados ao projeto de desenvolvimento para o qual a Escola deveria servir e que será sedimentado na sua transformação em UREMG. Nesta análise, extensão é a dimensão principal de concretização dessa “funcionalização” para a qual o ensino e a pesquisa já davam sinais de direcionamento. Caracterizamos as práticas de ensino, pesquisa e extensão realizadas na ESAV como os primeiros “suspiros” da funcionalização da Escola ao projeto de intervenção e modernização da agricultura mineira. Na condição de Universidade Rural, essa articulação se fortalece com o apoio dado à institucionalização do serviço de extensão rural do estado de Minas Gerais, através da criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR-MG). A UREMG atuava de forma complementar às ações realizadas pela ACAR: a primeira formava os técnicos extensionistas e gerava conhecimentos técnicos para serem aplicados, e a segunda fornecia a estrutura para realização da extensão. Nessa prática, a extensão universitária se fundia com o serviço de extensão rural e teria sua diferenciação somente após a autonomização desse serviço da universidade (CASTRO; ALVES, 2017, p.761).

Tendo, então, a instituição iniciado a relação entre ensino, pesquisa e extensão de maneira distinta à forma como se deu em outras universidades brasileiras, as autoras

concluem que, na atualidade, a UFV tem tentado mediar os dois sentidos existentes: aquele que vem do passado e foi postulado como modelo a partir de sua fundação, e aquele que pauta a indissociabilidade entre as três modalidades, preconizado pela Constituição de 1988. Nesse contexto, o que a universidade tem pautado é constituir seu projeto institucional de modo a fomentar uma relação transformadora entre instituição e sociedade.

Para oferecer cada vez mais sua contribuição para o Ensino Superior no Brasil, desse modo, a UFV passou por um longo período de transformação, tanto no início com a ESAV quanto na UREMG, até chegar aos dias atuais, verifica-se a importância da ESAV e da UREMG no que se refere à Educação Superior no Brasil, bem como a relevância da documentação para compreender as transformações ocorridas ao longo do tempo, e como a UFV se transformou na atualidade em uma das melhores universidades do mundo.

## CAPÍTULO 4 – PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DOS DOCUMENTOS

No quarto capítulo, explanaremos sobre a parte prática da preservação dos documentos e da consequente apresentação da proposta do produto do Mestrado Profissional. Abordaremos neste momento uma ideia de organização e digitalização a ser implementada no arquivo permanente da Diretoria de Registro Escolar da Universidade Federal de Viçosa, bem como a difusão para o Arquivo Central e Histórico.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística<sup>84</sup>, documento é uma “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato.” (2005, p. 74). O documento não é, portanto, inócuo. É, antes de tudo, o resultado de uma montagem, consciente ou não, da história, da época, da sociedade que o produziram, bem como das épocas sucessivas durante as quais continuou vivendo, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (Le Goff, 1996, p. 546).

A memória é, de acordo com Chauí (2000, p. 126), “inseparável do sentimento de tempo ou da percepção e experiência do tempo, como algo que escoou ou passa”. É por meio da memória que a identidade de um povo, de um país, é construída. Para manter vivas a memória e a história de uma nação, é necessário preservar aquilo que foi registrado em diferentes suportes informacionais, ou seja, conservar o chamado “patrimônio cultural documental”, de acordo com Pavezi (2010, p. 27).

Uma das funções exercidas pela autora deste trabalho enquanto servidora da UFV, lotada na Diretoria de Registro Escolar, é digitar os dados dos alunos para alimentar o CONAC<sup>85</sup> e, durante este trabalho, foi possível avaliar a importância desses documentos e seu real estado de conservação. Por meio da inquietação gerada pela percepção do estado em que se encontra e da importância desempenhada pelo acervo a que se tem acesso, nasceu a necessidade de iniciar a pesquisa que aqui se apresenta.

### 4.1 O ciclo vital dos documentos de arquivo

Conforme o Conarq<sup>86</sup>, o ciclo vital dos documentos compreende as sucessivas fases pelas quais eles passam, compondo um arquivo dentro de uma organização, desde sua produção até sua destinação final – guarda permanente ou eliminação. Esse processo é

---

<sup>84</sup> Dicion Term Arquiv.pmd (www.gov.br)

<sup>85</sup> Controle acadêmico da UFV

<sup>86</sup>Disponível em: <[https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Cartilha\\_criacao\\_arquivos\\_municipais.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Cartilha_criacao_arquivos_municipais.pdf)>

baseado na teoria das três idades, segundo a qual os arquivos são considerados correntes, intermediários ou permanentes, algo condicionado à frequência de uso por suas entidades produtoras e à identificação de seus valores primários e secundários.

Cada uma dessas fases, que são complementares, corresponde a uma maneira diferente de conservar e tratar os documentos, e, conseqüentemente, uma organização adequada. O tratamento dispensado na fase corrente se reflete nas fases intermediária e permanente. A classificação, de acordo com essas etapas, segue as seguintes definições: o arquivo corrente ou de primeira idade consiste no conjunto de documentos, em tramitação ou não, que, por conta de seu valor primário, é objeto de consultas frequentes; por sua vez, o arquivo intermediário, ou de segunda idade, consiste no conjunto de documentos originários de arquivos correntes, que não são consultados com frequência, aguardando eliminação ou recolhimento para guarda permanente. Já o arquivo permanente ou de terceira idade, se caracteriza por ser o conjunto de documentos que já cumpriu as finalidades de sua criação, mas são preservados em razão de seu valor secundário, ou seja, probatório, informativo, histórico, cultural ou de pesquisa, para que possa ser consultado pela entidade que o produziu ou por terceiros. Nosso objeto de estudo é o arquivo permanente<sup>87</sup> da Diretoria de Registro Escolar que, segundo Bellotto (2004, p. 27):

Um arquivo permanente não se constrói por acaso. Não cabe apenas esperar que lhe sejam enviadas amostragens aleatórias. A história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos, com documentos que só informem sobre o ponto inicial ou o ponto final de algum ato administrativo decisivo. A história se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia a dia administrativo, ademais de fontes não governamentais. Um documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu. Seu conjunto tem que retratar a infraestrutura e as funções do órgão gerador – suas atividades-meio e suas atividades fim. Esta é base da teoria de fundos. Ela é que preside a organização dos arquivos permanentes. (Bellotto, 2004, p. 27).

No arquivo permanente, são mantidos os conjuntos documentais considerados de guarda definitiva em virtude de seus valores legal, probatório, científico, histórico, cultural e informativo. São conjuntos documentais desse tipo que formam o acervo da Diretoria de Registro Escolar, constituindo-se em meios de conhecer o passado e a evolução da UFV.

Conforme o Conarq, esses documentos não passaram por uma conservação preventiva<sup>88</sup>. A preservação e a conservação de documentos em papel exigem amplo

---

<sup>87</sup> O Arquivo Permanente é o conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função do seu valor (Secundário), também chamado de arquivo histórico.

<sup>88</sup> É um conjunto de medidas e estratégias administrativas, políticas e operacionais que contribuem direta ou indiretamente para a conservação da integridade dos acervos e dos prédios que os abrigam. São ações para adequar o meio ambiente, os modos de acondicionamento e de acesso, visando prevenir e retardar a degradação.

conhecimento acerca das deteriorações que os atingem. Estas, em geral, possuem naturezas diversas, bem como costumam apresentar diferentes causas. Na maioria das vezes, acarretam imperfeições capazes de, em certas ocasiões, gerar a inutilização total do documento ou peça. Assim, o conhecimento destas deteriorações determina diretrizes que devem ser seguidas para a implementação de ações corretas quanto à conservação, bem como à adoção de medidas adequadas de prevenção contra futuros danos.

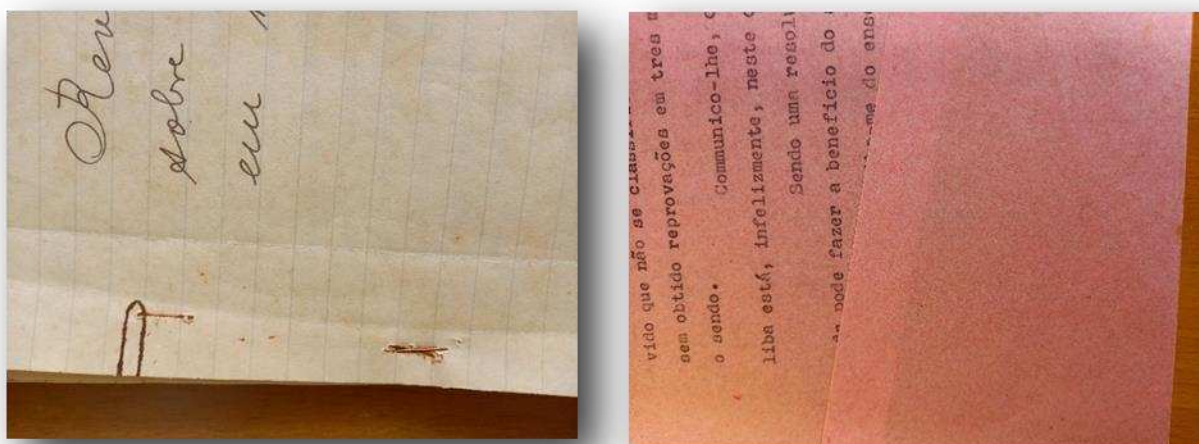
## **4.2 Alguns tipos de deterioração encontradas nos documentos da Diretoria de Registro Escolar**

Conforme Cassares (2000, p. 13), são considerados agentes de deterioração dos acervos de bibliotecas e arquivos aqueles que levam os documentos a um estado de instabilidade física ou química, comprometendo sua integridade e existência. Ainda que, frequentemente, não possamos eliminar totalmente as causas do processo de deterioração dos documentos, podemos é possível diminuir consideravelmente seu ritmo através de cuidados com o ambiente, o manuseio, as intervenções e a higiene, entre outros.

### **4.2.1 Sujidades**

As sujidades são formadas por partículas e materiais estranhos depositados sobre os documentos, tendo a possibilidade de interferir em seu aspecto geral e, por vezes, causando alterações em sua leitura, gerando uma aparência de descuido com o documento. Podemos citar como exemplo a poeira acumulada pela ação do tempo e manchas de gordura das mãos ao manusear, estes depósitos de gordura podem oxidar com o passar do tempo, provocando o aparecimento de manchas que possuem tendência a escurecer e amarelecer os papéis, bem como favorecer um possível ataque biológico.

Figura 10: Documentos apresentando sujidades



Fonte: Documentos da Diretoria de Registro Escolar. Acervo Pessoal

Verificamos que manchas provocadas por oxidações e por colas são as mais comuns, além de manchas de ferrugem provocadas pela oxidação de elementos metálicos que se encontram em contato com eles podendo, em determinadas condições de umidade, oxidar, gerando esse tipo de dano. Estes elementos podem ser grampos, cliques, fechos, entre outros.

Devido ao manuseio inadequado, como também em decorrência de intervenções incorretas, aparecem as deformações que afetam os papéis, exemplo clássico são as dobras feitas nos cantos superiores dos documentos. Muitos documentos apresentam rasgos e rupturas que, com a manipulação incorreta, podem comprometer a qualidade do documento. Este acervo ficou por muitos anos armazenado no Arquivo Central e Histórico da UFV na Vila Gianetti e, quando necessário, um funcionário precisava se deslocar do prédio Arthur Bernardes<sup>89</sup> até a Vila Gianneti<sup>90</sup> para buscar e depois devolver, ação que pode ter gerado algumas das deformidades constatadas.

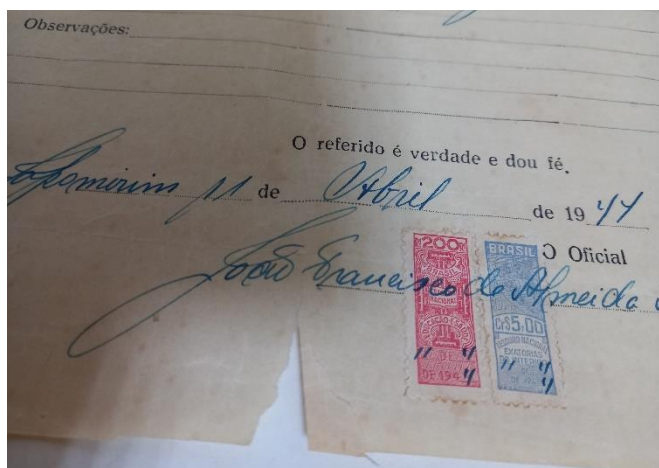
<sup>89</sup> É um prédio administrativo da UFV, abrigando várias Pró-reitorias, além da sede dos Centros de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde, Exatas e Humanas.

<sup>90</sup> Uma Vila construída dentro da UFV, onde funcionam unidades acadêmicas, laboratórios, núcleos, arquivos, museus e órgãos parceiros.

#### 4.2.2 Auréolas

As deformidades conhecidas como auréolas de umidade, aparecem em papéis (documentos) por meio da penetração de qualquer tipo de líquido, sendo o tipo mais comum a água. Quando esta entra em contato com o papel, leva as sujidades e as partículas depositadas sobre ele, fazendo com que apareçam manchas e áreas com tonalidades diferentes. Uma das causas desse fenômeno é atribuída ao armazenamento de documentos em áreas excessivamente úmidas. Os documentos da Diretoria de Registro Escolar durante anos foram armazenados em porões úmidos, como o do prédio principal. Deteriorações como amarelecimento, descoloração, biodeterioração, fungos e foxing também foram identificados nos itens do acervo.

Figura 11: Documento apresentando auréolas.



Fonte: Documentos da Diretoria de Registro Escolar. Acervo Pessoal.

#### 4.2.3 Foxing

O foxing consiste em uma deterioração caracterizada pelo surgimento de manchas de cor castanha no papel (documento). Sua origem ainda gera controvérsias. Alguns pesquisadores atribuem seu aparecimento à presença de um microorganismo. Por outro lado, há estudiosos que defendem que essas consistem em manchas originárias do processo de oxidação de impurezas metálicas que permanecem nos papéis durante sua formação. Este tipo de deterioração costuma aparecer em documentos que tenham ficado em contato direto com

papéis ácidos e papéis de baixa qualidade arquivística, como o de seda, muito encontrado nas pastas dos ex-alunos.

Figura 12: Documentos apresentando foxing.



Fonte: Documentos da Diretoria de Registro Escolar. Acervo Pessoal.

Todos os documentos do arquivo permanente precisam da conservação reparadora, que consiste em intervir na estrutura dos materiais que fazem parte da composição dos documentos, visando implementar melhorias em seu estado físico.

### 4.3 Fases da Conservação Reparadora

O primeiro passo para concretizar a conservação reparadora dos documentos consiste na higienização, que é a eliminação mecânica de todas as sujidades e dos agentes considerados agressores que se encontram nos documentos, tais como: os cliques oxidados ou não, os excrementos de insetos, os grampos metálicos, os itens generalizados utilizados como marcadores de páginas, as poeiras e todos os elementos espúrios à estrutura física dos documentos. Além disso, é necessário que os componentes do acervo passem pela consolidação do suporte, que consiste na recomposição das partes faltantes, na união dos rasgos e cortes, e a planificação, ou seja, a correção de dobras e amassados.

O segundo passo é a restauração, que é o conjunto de ações técnicas de caráter intervencionista nos suportes dos documentos, tendo como proposta executar o trabalho de reversão de danos físicos ou químicos que tenham ocorrido nos itens do acervo ao longo do

tempo. Após, é feita a classificação/preparação dos documentos para a digitalização, realização da indexação e, por último, disponibilização dos documentos para consulta.

Por conseguinte, são identificados os documentos que devem ser de fato guardados os quais, após ponderado o motivo pelos quais a ação de preservação deve ser realizada, devem ser acondicionados e armazenados de maneira adequada, objetivando uma maior durabilidade e futuras respostas em pesquisas. Esta consiste, portanto, na proposta de iniciação da organização do acervo da Diretoria de Registro Escolar.

#### **4.4 Preparação para a Digitalização de Documentos**

Venancio (2021, p.15) discorre sobre uma importante questão relacionada ao ato de se digitalizar documentos. De acordo com ele, o ato em si não se coloca como um problema, pelo contrário, “a reformação digital de acervos deve ser considerada um avanço, pois é uma forma de preservar informações dos documentos e de promover seu acesso”. O que deve ser levado em consideração, no entanto, é quando a digitalização de um arquivo pressupõe a eliminação do documento original e, nesse sentido, o autor chama a atenção para a importante diferenciação que deve ser feita entre documento digitalizado e documento digital. Para além, chama atenção para o fato de que existe uma extensa produção legislativa que ronda o tema e que, por esse motivo

Abordar o tema da digitalização, tal qual aparece na legislação brasileira, é [...] discutir a questão do patrimônio arquivístico do Brasil contemporâneo. Um patrimônio quase sempre em risco, pois as instituições custodiadoras desses acervos, salvo exceções, não estão preparadas para a guarda de grandes volumes documentais (Venancio, 2021, p.16).

Tendo o que coloca o autor em vista, nas próximas páginas nos dedicamos a versar sobre a preparação de documentos para a digitalização, uma vez que nossa proposta de intervenção no Arquivo da Diretoria de Registro Escolar da Universidade Federal de Viçosa perpassa essa etapa.

O quadro abaixo (Quadro 2) apresenta a proposta elaborada para a consolidação do processo de recuperação, preservação e disponibilização digital dos documentos que compõem o acervo da Diretoria de Registro Escolar da Universidade Federal de Viçosa.

Quadro 2: Etapas para recuperação, preservação e disponibilização de documentos em meio digital

1 - Preparação e Coleta	2 - Escaneamento e Classificação	3 - Digitalização e Publicação
Os documentos passam por um processo de preparação para que se tornem aptos à digitalização (higienização e/ou retirada de grampos).	Em seguida, são escaneados, tratados e indexados por lote de documentos, de acordo com as especificações determinadas pelo projeto.	As imagens e dados são migrados para um software, possibilitando o acesso aos documentos sempre que seja preciso.

Fonte: Manual Técnico de Preservação e Conservação de Documentos Extrajudiciais<sup>91</sup>

O Decreto nº 10.278/2020, também conhecido como a Lei de Digitalização de Documentos 2020, prevê que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais e o mesmo valor que os documentos originais. Segundo o Conarq, para efeitos do estabelecido nesse decreto, a digitalização de documentos arquivísticos deve ser vista como um processo de trabalho complexo, devendo ser tratada como uma política institucional destacada frente à complexidade dos procedimentos e recursos, bem como da responsabilidade no trato dos documentos públicos.

De acordo com Pereira (2011, p. 24), “os documentos são uma forma de expressão da memória”. Logo, os arquivos, por meio dos documentos que abrigam, são portadores de informações sobre a memória individual e coletiva, servindo de suporte para a constituição da história das instituições e da identidade de um determinado povo, por isso precisam ser preservados.

Além de ser uma obrigação legal, a digitalização do acervo traz uma série de benefícios para as IES. Podemos destacar, neste ponto:

- Economia de espaço pela redução de documentos físicos;
- Menor gasto com impressão de documentos;
- Melhoria da política ambiental da IES;
- Maior praticidade em localizar e gerir a documentação;
- Maior controle sobre os títulos do acervo.

<sup>91</sup>Disponível em: <https://corregedoria.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2016/02/Manual-T%C3%A9cnico-de-Preserva%C3%A7%C3%A3o-e-Conserva%C3%A7%C3%A3o-de-Documentos-Extrajudiciais-.pdf>

No Decreto N° 10.278, de 18 de março de 2020<sup>92</sup>, são estabelecidas normas para a digitalização que as IES devem cumprir, como resolução mínima, cor, tipo original e formato de arquivo.

#### 4.5 Preservação e Indexação

Segundo Camargo e Goulart, o ponto de partida para a construção da memória e de seus centros são as seguintes perguntas: O que guardar? Por que guardar? Como guardar? Como disponibilizar para consulta? Como fazer para que a memória seja um valor para a história institucional? Para responder a estas perguntas, os autores instigam o leitor a pesquisar entre aqueles que preservam a história. Nesse sentido, é válido pensar que, em meio à coleta de documentos, escrita de manuais, fichas catalográficas, álbuns, muitas estantes, encontros permanentes para pesquisar sobre o que nos move no campo da guarda, aprendemos e nos aproximamos cada vez mais dessa comunidade que dedica suas horas à preservação da história de muitos de nós (Camargo; Goulart, 2015, p. 10).

A memória é um dos alicerces que dá sentido à vida. Com uma instituição não é diferente. Preservar a memória institucional é mantê-la viva, sendo uma forma de fortalecer suas bases. Para que essa memória seja preservada, é preciso conservar fotos, documentos, objetos e organizar os registros dos fatos. Os erros e acertos do passado ajudam a entender o presente e a planejar ações futuras.<sup>93</sup>

Preservar a memória institucional não consiste apenas em resgatar o passado, mas também compreender as diferenças e reconhecer os limites de cada período. É ter referenciais consistentes para construir o presente e planejar o futuro, bem como, descobrir valores e renovar os vínculos. A preservação da memória institucional por meio da recuperação, conservação e disponibilização dos documentos produzidos no passado consiste em um meio para refletir sobre a história, não apenas como quem recorda, mas exercitando uma verdadeira *práxis*, em que a reflexão e a prática andam lado a lado (Brasil, 2022).

Da riqueza de informações dos documentos podemos extrair, resgatar e justificar o seu uso em várias áreas do conhecimento.

---

<sup>92</sup> <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.278-de-18-de-marco-de-2020-248810105>

<sup>93</sup> <https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/acao-a-informacao/institucional/resgate-historico/a-importancia-da-memoria-institucional-1>

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (Cellard, 2008, p. 295).

Diante do exposto até aqui, considera-se que essa pesquisa se faz importante para a construção do conhecimento acerca das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas no âmbito educacional entre os anos de 1926 e 1969 tanto na ESAV quanto na UREMG, compreendendo as bases que levaram à federalização institucional que deu origem à UFV. Conforme Álvaro Vieira Pinto (1989, p. 29), “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses”. Tendo essa definição como parâmetro, considera-se que é dentro do contexto educacional que se encontram diferentes sujeitos que pertencem a diferentes contextos sociais, sendo a historicidade da universidade construída a partir de diferentes vivências. Desse modo, é possível e faz-se necessário buscar saídas para uma democratização do ensino.

#### **4.5.1 Indexação**

Indexar consiste na ação realizada por alguns sistemas para que os arquivos sejam organizados por meio de índices, sendo uma forma de se facilitar o acesso rápido à informação desejada, favorecendo a organização, disponibilização e acesso a documentos digitais. Nesse sentido, pode-se compreender que a indexação de documentos consiste em uma das mais primordiais funções relacionadas à eficácia da gestão de arquivos eletrônicos, uma vez que esta ferramenta acaba por reduzir o tempo de pesquisa, possibilitando a localização do documento desejado de maneira rápida.

De acordo com Barros (2016), existem três processos de representação da informação arquivística: classificação, descrição e indexação. Os dois primeiros consistem em processos basilares e fundamentais de tratamento dos documentos, estando relacionados aos princípios de proveniência e ordem original pautados pela teoria arquivística. A indexação, por sua vez, conforme o mesmo autor, ocorre após a finalização dos dois primeiros, sendo uma representação secundária do documento arquivístico. Ou seja:

Concluído o processo de descrição entrariamos no processo de indexação, que seria baseado no plano de classificação e da descrição multinível promulgada pelas normas de descrição, se retiraria termos representativos, relacionados ao contexto de produção documental e possivelmente para além dele. (Barros, 2016, p. 7).

Tanto a classificação quanto a ordenação estão a serviço da organização dos documentos. Do ponto de vista arquivístico, convém que ambas estejam articuladas, para que a organização possa resultar eficiente. Por sua vez, o objetivo da classificação é, basicamente, dar visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos.

No meio arquivístico brasileiro, foi consagrada a distinção entre “classificação” e “arranjo”. De acordo com tal distinção, a “classificação” corresponderia às operações técnicas destinadas a organizar a documentação de caráter corrente, a partir da análise das funções e atividades do organismo produtor de arquivos. Por seu turno, o “arranjo” englobaria as operações técnicas destinadas a organizar a documentação de caráter permanente<sup>94</sup>. Quanto à ordenação, seu objetivo básico é facilitar e agilizar a consulta aos documentos, pois, mesmo no que se refere a uma mesma atividade, e em relação a um mesmo tipo documental, os documentos atingem um volume significativo. A adoção de um ou mais critérios de ordenação para uma série documental permite evitar, em princípio, que, para a localização de um único documento, seja necessária a consulta de dezenas ou centenas de outros.

A identificação dos documentos de arquivo é o primeiro passo para sua organização e guarda adequadas. Nessa etapa, é fundamental que tenhamos como referência os elementos característicos dos documentos. Portanto, para facilitar o acesso do pesquisador, é preciso realizar a classificação, identificação dos documentos e análise documental.

Começamos, portanto, com a identificação de todos os documentos contidos em cada pasta do arquivo permanente da Diretoria de Registro Escolar que, além da documentação acadêmica, armazena documentos pessoais, fotos, recortes de jornais, jornais, bem como documentos de comunicação entre instituição e aluno e vice-versa, contabilizando cerca de dez documentos por pasta.

Estes documentos são fontes históricas produzidas pelos seres humanos ao longo do tempo, sendo indispensáveis para o trabalho do pesquisador no estudo sobre o passado, a depender das informações que deseja adquirir no processo. São ele objetos, escritos, imagens, que fornecem informações relativas a um período da história da instituição. Fonte histórica é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos, ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente, nesse sentido, pode-se inferir que elas

---

<sup>94</sup> Associação dos Arquivistas Brasileiros / Núcleo Regional de São Paulo, como resultado do Projeto “Como Fazer”.

consistem em marcas da história. Isto ocorre em diferentes contextos, como quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo a que este sirva de sinalização aos caminhantes de certa trilha; quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta – em todos estes momentos, e em muitos outros, os homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural (Barros, 2019, p.15).

As fontes históricas são matérias-primas para o trabalho do historiador, consistindo em tudo aquilo que foi feito pelos seres humanos ao longo do tempo, e o acesso a elas possibilita a compreensão sobre o passado. De acordo com o professor José d’Assunção Barros<sup>95</sup>:

As fontes históricas são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo que esse sirva de sinalização aos caminhantes em certa trilha; quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta — em todos estes momentos, e em muitos outros, os homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural.

Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair deles informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos (Sá Silva; Almeida; Guidani, 2009, p. 4).

#### 4.5.2 Difusão

Conforme cita o Arquivo Nacional (2015), com a difusão<sup>96</sup> dos documentos digitais no final do século XX, surgiram novos desafios que dificultaram a manutenção da autenticidade, preservação e acesso de longo prazo a eles. Nesse momento, a gestão arquivística de documentos tornou-se mais urgente, a comunidade internacional indicou que os documentos digitais são ainda mais dependentes de gestão que os não digitais. Assim, ao se optar pelo registro das atividades em documentos digitais, é imprescindível a implantação de uma

---

<sup>95</sup> BARROS, José d’Assunção. *Fontes históricas: uma introdução aos seus usos historiográficos*. Histórias e Parcerias: Anpuh, 2019

<sup>96</sup> A difusão é a função da Arquivologia que se relaciona à divulgação dos acervos

política e de um programa de gestão. Caso contrário, corre-se o risco de perda da confiabilidade, da autenticidade e dos próprios documentos.

Portanto, iniciamos com a análise da tipologia dos documentos, pois estes precisam ser organizados conforme sua espécie ou formato (configuração física de um suporte de acordo com a sua natureza e o modo como foi produzido). Os documentos das pastas basicamente são compostos de cartas, fotografias, ofícios, históricos, bilhetes, requerimentos, documentos pessoais, recortes de jornais, jornais, processos e fichas. Os documentos pessoais dos alunos são todos originais, os demais são manuscritos ou datilografados, enquanto os documentos da vida escolar foram gerados pela instituição.

O valor primário ou imediato é inerente à criação do documento, podendo apresentar valor administrativo, fiscal ou jurídico. O valor secundário<sup>97</sup> ou mediato, por sua vez, é identificado quando cessa o valor primário e a guarda do documento faz-se necessária permanentemente. Podemos enquadrar o valor secundário em duas categorias: 1 - Probatório: atribui-se quando o documento comprova a organização e o funcionamento da entidade que o produziu ou comprova as ações de determinado indivíduo que o produziu; 2 - Informativo: quando os documentos registram informações sobre pessoas, lugares, objetos, fatos ou fenômenos que aconteceram e que se pretende preservar.

Após muitas reuniões, e através do Ato nº 028/2021/PRE, de 19/05/2021, formou-se a comissão para analisar soluções para a implantação do acervo digital dos documentos acadêmicos. Essa é composta por nove servidores da UFV dos três *campi*, sendo dois analistas de sistemas, um arquivista, quatro estudantes do programa de mestrado profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, ligadas à Diretoria de Registro Escolar, um servidor do Registro Escolar de Rio Paranaíba e um servidor do Registro Escolar de Florestal (Figura 13).

---

<sup>97</sup> Disponível em: <<https://arquivopublicors.wordpress.com/2014/05/28/arquivos-conceitos-valores-dos-documentos>>.

Figura 13: Parte da equipe responsável por analisar soluções para implantação do acervo digital



Fonte: Acervo Pessoal

Como parte dessa comissão, buscamos todos os meios para atender à urgência da Portaria do MEC nº 315, que consiste em uma normativa que entrou em vigor em abril de 2018, estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC), tornando obrigatório que, até abril de 2020, todas as instituições de ensino superior (IES) fizessem a digitalização de todos os documentos referentes às atividades acadêmicas dos alunos de cursos de graduação e pós-graduação, presencial e a distância.

Além do prazo para a digitalização, os responsáveis pelo cumprimento dos requisitos legais da Portaria 315 deveriam estar atentos para a implantação de um sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), que deve atender:

- PCD – Plano de Classificação Documental
- TTD – Tabela de Temporalidade e Destinação
- Metadados ou indexadores
- Possibilidade de Integração com outros sistemas legados da IES
- Possibilidade de assinar eletronicamente os documentos nos padrões do ICP Brasil

Contudo, uma nova portaria foi publicada no dia 13 de março de 2020, prorrogando em 48 meses o prazo da virtualização de todo o acervo acadêmico. Portanto, as IES teriam pouco mais de um ano para transferir todo documento acadêmico para o meio virtual. De acordo com a Portaria 332, o prazo final seria março de 2022. Apesar da extensão do prazo, muitas IES não conseguiram se adequar às normas exigidas e, por esse motivo, outra portaria

foi publicada, a de nº 360, de 18 de maio de 2022, definindo que fica vedada a produção de novos documentos integrantes do acervo acadêmico em suporte físico a partir de 1º de agosto de 2022 (art. 2º). Desse modo, iniciamos um plano piloto que futuramente servirá como modelo tanto para toda a UFV, bem como para outras IES.

Observada a importância dos documentos do arquivo da Diretoria de Registro Escolar, iniciamos as discussões em como preservar o acervo documental visto que através dos documentos preservaremos a história e a memória da instituição.

#### **4.6 Os desafios e soluções para a implantação do acervo digital**

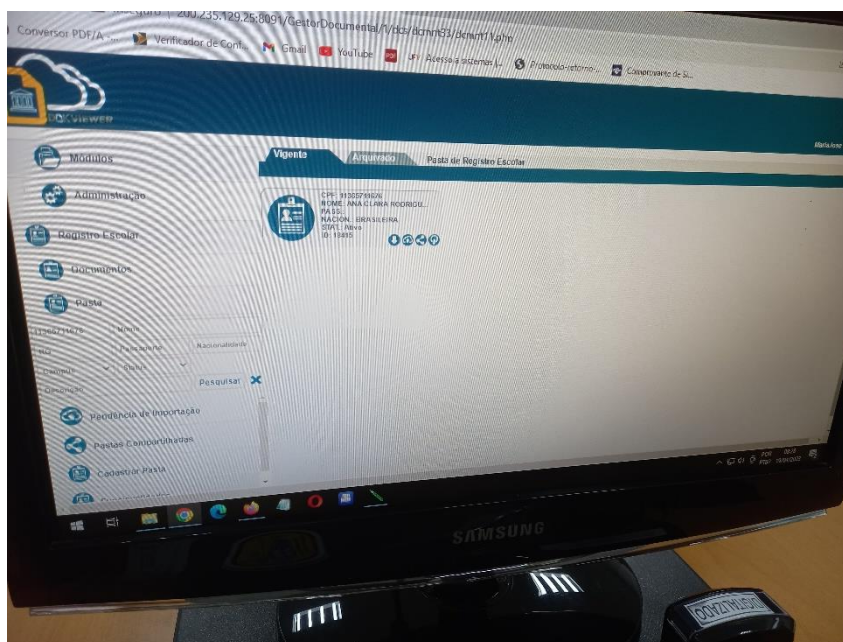
A primeira reunião foi realizada em 25 de maio de 2021, tendo como pauta a utilização do GED (Sistema de Gerenciamento de Documentos)<sup>98</sup> para lidar com o grande volume de documentos, o qual faz com que a UFV necessite de um *software* adequado. Para padronizar e regularizar o processo, as portarias do MEC especificavam a necessidade de utilizar um Sistema de Gerenciamento de Documento (Figura 14), sendo que sua principal função seria permitir aos usuários acessibilidade aos documentos de forma ágil e segura. A primeira observação é de que precisávamos de um sistema e tínhamos que nos orientar pelas normas do Arquivo Nacional, seguindo o manual de procedimentos preliminares para a elaboração de código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo: atividades-fim.<sup>99</sup> Ou seja, a UFV precisava ter um plano de classificação de documentos norteado pelo Arquivo Central. Cabe ressaltar que, ao iniciar os estudos para a elaboração dos instrumentos de gestão relativos às atividades finalísticas, o órgão e entidade devem solicitar a orientação do Arquivo Nacional, contando, dessa forma, com o acompanhamento dos especialistas em gestão de documentos em todas as etapas. No momento em que o código de classificação e a tabela de temporalidade e destinação de documentos estiverem concluídos, o órgão e entidade deverão encaminhá-los ao Arquivo Nacional para análise e aprovação, pois somente a partir dela é que eles poderão ser aplicados (§ 3º do artigo 18 do Decreto nº 4.073, de 2002).

---

<sup>98</sup> Trata-se de um conjunto de sistemas tecnológicos que permite capturar, processar, armazenar, indexar, compartilhar e fazer backup de documentos e informações.

<sup>99</sup> Procedimentos preliminares para a elaboração de código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo: atividades-fim ([www.gov.br](http://www.gov.br))

Figura 14: Gestor de Documentos utilizado no projeto



Fonte: Acervo Pessoal

Durante as reuniões, foram levantadas possibilidades de desenvolver um *software* próprio para armazenamento, porém os servidores<sup>100</sup> de internet da UFV não teriam capacidade para armazenar grande volume de documentos. Foi discutida, então, a possibilidade de um *software* livre *open source*<sup>101</sup>, estudamos também a utilização do ICA-Atom<sup>102</sup>, ferramenta empregada pelo Arquivo Central e Histórico da UFV. Além disso, foi debatida uma iniciativa do governo federal, que está criando o SUPER BR<sup>103</sup> com o objetivo de substituir todas as soluções hoje disponibilizadas pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito do Processo Eletrônico Nacional (PEN), com tarefas como protocolo, edição e arquivo de documentos.

Então surgiu a dúvida do que fazer: aguardar a solução do governo federal, utilizar um *software* livre ou utilizar um sistema particular. A comissão, após várias análises e estudos, e com o apoio da Pró Reitoria de Ensino, decidiu por contratar uma empresa particular para a execução do trabalho inicial e treinar uma equipe da Diretoria de Registro Escolar para dar

<sup>100</sup> Servidores são computadores ou sistemas computacionais que atendem requisições de dispositivos clientes, através de uma ou mais redes (locais ou remotas), capazes de executar aplicações (programas), prover processamento e/ou capacidade de armazenamento de dados.

<sup>101</sup> O termo "open source" é bastante usado para se referir a programas que não têm custos para utilização.

<sup>102</sup> O ICA-Atom é um software livre criado por iniciativa do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) para descrição de documentos arquivísticos.

<sup>103</sup> O módulo administrativo do Super Sapiens foi escolhido pelo Governo Federal para ser o sistema estruturante de processo administrativo eletrônico em toda administração pública federal, e ganhou o nome de Sistema Único de Processo Eletrônico em Rede, o SUPER.BR.

continuidade aos trabalhos. Foi aberto, então, o processo de pregão eletrônico pela Diretoria de Registro Escolar com as seguintes justificativas:

1. A principal missão da atividade-meio da presente licitação justifica-se em garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas de forma contínua, eficiente e confiável. Para atingir esse objetivo, a Administração Pública vem buscando, de forma racional e persistente, obter melhor emprego de seus escassos recursos humanos (servidores), visando atingir a eficiência de suas ações. Essa difícil missão, muitas vezes, torna-se impossível de ser cumprida a contento, em razão da falta de uma estrutura específica para execução de tarefas que, embora sejam consideradas auxiliares, são imprescindíveis para o funcionamento das organizações, como é o caso da prestação de serviços a ser contratada. Pretende-se alcançar, com a presente contratação, a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Administração.
2. A Universidade Federal de Viçosa (UFV) necessita implantar o acervo acadêmico digital, por meio de um sistema especializado de gerenciamento de documentos eletrônicos, para atendimento à Diretoria de Registro Escolar, conforme determina a Portaria do MEC nº 315/2018 e suas respectivas alterações.
3. A Diretoria de Registro Escolar atende as demandas de escrituração geradas pela Instituição, nos *Campus* de Viçosa, *Campus* Florestal e *Campus* de Rio Paranaíba. Na rotina de registro escolar, são produzidos diversos tipos documentais que compõem o acervo acadêmico.
4. A terceirização é necessária uma vez que, mesmo esta Instituição possuindo arquivistas em seu quadro funcional, não houve capacitação desses servidores para o desenvolvimento de competências necessárias ao planejamento e gerenciamento da implantação do acervo acadêmico digital.
5. A licença de *software* que compõe o objeto desta licitação justifica-se pela impossibilidade de o corpo técnico desta Instituição desenvolver tais soluções informatizadas em curto prazo, sendo que este finda em abril de 2022, conforme Portaria do MEC nº 332/2020.

A formação de grupo, com contratação de única empresa, justifica-se em razão de que os itens desta licitação se referirem a serviços complementares.

#### 4.7 O início dos trabalhos de implantação do acervo digital

Foram contratados da empresa terceirizada quatro serviços, sendo eles:

- 1 - O Serviço de Assessoria para Implantação do Projeto de Acervo Acadêmico Digital, com treinamento para a equipe da UFV, de forma presencial e remota, sendo reservado o mínimo de 60% do banco de horas para a capacitação na sede da Contratante, distribuídas em 04 (quatro) visitas em cada *Campus*, incluindo todas as despesas com remuneração, deslocamento, hospedagem e alimentação.
- 2 - Serviço Técnico de tratamento de imagem e indexação de documentos acadêmicos,
- 3 - Licença de uso de *Software* Gestor Documental de Acervo Acadêmico Digital, incluindo implantação, treinamento e integração com o serviço de Diploma Digital<sup>104</sup> e sistemas legados.

Pelo ato nº 0036/2022/DMT de 21 de março de 2022, ficou estipulado que a comissão do acervo digital teria 30 dias para concluir o trabalho de preparação e escolha de gestores e fiscais do serviço contratado. Esta autora foi uma das nomeadas como fiscal e, conforme a Instrução Normativa nº 5, de 26 de Maio de 2017<sup>105</sup>, tem as seguintes atribuições: Gestão de Execução de Contrato, Fiscalização Técnica, Fiscalização Setorial e Fiscalização pelo Público Usuário.

Nos dias 10 e 11 de agosto de 2022, a Diretoria de Registro Escolar de Viçosa, recebeu a representante da empresa contratada para as primeiras instruções. Nos dias 23 e 24 de agosto, ela compareceu nos *campi* Florestal e Rio Paranaíba respectivamente. Foram verificados alguns procedimentos cuja realização será necessária antes que o trabalho se inicie. Todas as medidas já estão sendo tomadas, como a compra de *scanner* (Figura 15), montagem da sala de digitalização, adequação à lei e reclassificação do SEI. Ficou decidido que trabalharíamos sob a égide da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Universidade Federal de Viçosa (CPAD/UFV).

---

<sup>104</sup> Disponível em:

<<https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=36356#:~:text=A%20UFV%20%C3%A9%20a%20segunda,diploma%20digital%20reconhecido%20pelo%20Minist%C3%A9rio.>>

<sup>105</sup> INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017 (Atualizada) — Português (Brasil) ([www.gov.br](http://www.gov.br))

Figura 15: *Scanner* planetário utilizado para digitalização dos documentos antigos da Diretoria de Registro Escolar da UFV



Fonte: Acervo Pessoal

#### **4.8 Etapas no processo de digitalização de documentos**

São seis as etapas para o processo de digitalização dos documentos:

1. Planejamento: Antes de começar a digitalização, é preciso ter em mente de que maneira os documentos serão digitalizados e armazenados,
2. Preparação dos documentos. Identificar a tipologia do documento e realizar a conservação reparadora,
3. Digitalização de documentos,
4. Controle de qualidade,
5. Indexação,
6. Disponibilização.

Não se trata apenas de digitalizar, segundo Ferreira (2006, p. 20), a preservação digital consiste na capacidade de garantir que a informação permaneça acessível, apresentando qualidades de autenticidade suficientes para que seja possível interpretá-la no futuro, recorrendo a uma plataforma tecnológica diferente da utilizada no momento da sua criação. Portanto, a digitalização se torna um repositório capaz de conservar e difundir os valores culturais de um patrimônio imaterial. Conforme destaca Ricoeur (2003, p. 6), é preciso esforços para constituir a memória não apenas como uma matriz da história, mas como uma “[...] reapropriação do passado histórico por uma memória que a história instruiu”. Nesse sentido, o digital do imaterial se apresenta enquanto uma possibilidade para ampliar as metodologias de preservação e conservação de bens culturais, sendo uma significativa contribuição para o registro de memórias e para a formação de identidades. Sendo assim, criar o digital do imaterial consiste em dever do presente para com o passado, do hoje para com o amanhã.

Embasado no Decreto 10.278<sup>106</sup> de 18 de março de 2020, a comissão responsável pelo acervo digital através de várias reuniões, iniciou a compra de *scanners*, licenças, organização da sala de digitalização e o treinamento dos servidores pela empresa contratada. No dia 17 de outubro de 2022 iniciou-se a compra dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI): óculos de proteção, máscara, touca protetora, jaleco de manga comprida com punho, luvas e pro-pé (proteção sobre os calçados). Decidiu-se que a frente de trabalho seria dividida em duas partes: uma equipe responsável pela separação dos documentos, extração de grampos e cliques e a outra equipe pela digitalização e indexação dos documentos. De maneira pioneira, iniciamos no dia 08 de novembro de 2022 a digitalização do acervo documental da Diretoria de Registro Escolar, que se tornará modelo para que outros setores façam o mesmo com seus arquivos, preservando, assim, a memória institucional da UFV.

A grande preocupação da Diretoria de Registro Escolar, além de preservar a memória da instituição de forma digital, também existe a preocupação com os documentos físicos e com a forma em que serão descartados posteriormente. A Resolução Consu nº 14, de 16 de dezembro de 2022 cria a Comissão Permanente de Avaliação de Documento – CPAD, no âmbito da Universidade Federal de Viçosa e pela Portaria UFV nº 0236/2023, de 23 de março de 2023 institui e constitui os membros dessa comissão.

---

<sup>106</sup> O Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020, foi criado com o propósito de dar base legal aos documentos físicos digitalizados de instituições públicas ou privadas, além de determinar que eles tenham os mesmos efeitos jurídicos que os documentos originais.

De acordo com Pereira (2011, p. 24), “os documentos são uma forma de expressão da memória”. Logo, os arquivos, por meio dos documentos, são portadores de informações sobre a memória individual e coletiva, servindo de suporte para a constituição da história das instituições e da identidade de um determinado povo, por isso precisam ser preservados.

Para garantir a proteção desse acervo documental da Diretoria de Registro Escolar, o ATO N° 044/2023/PRE, de 06/06/2023 designou uma equipe, a qual faço parte, para no âmbito da Diretoria do Registro Escolar, realizar a Avaliação de Documentos do acervo acadêmico da Universidade, durante o período de implantação do acervo digital. O referido Grupo de Trabalho será assessorado pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da UFV, quanto às questões de Avaliação de Documentos, conforme parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 14, de 16 de dezembro de 2022.

Os documentos do acervo permanente, nosso objeto de estudo, será analisado, classificado, terá tratamento arquivístico, será digitalizado e disponibilizado para o Arquivo Central e Histórico da UFV. Sendo este serviço realizado por mim e pelo arquivista da UFV o Eduardo Luiz dos Santos o qual é o presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da UFV.

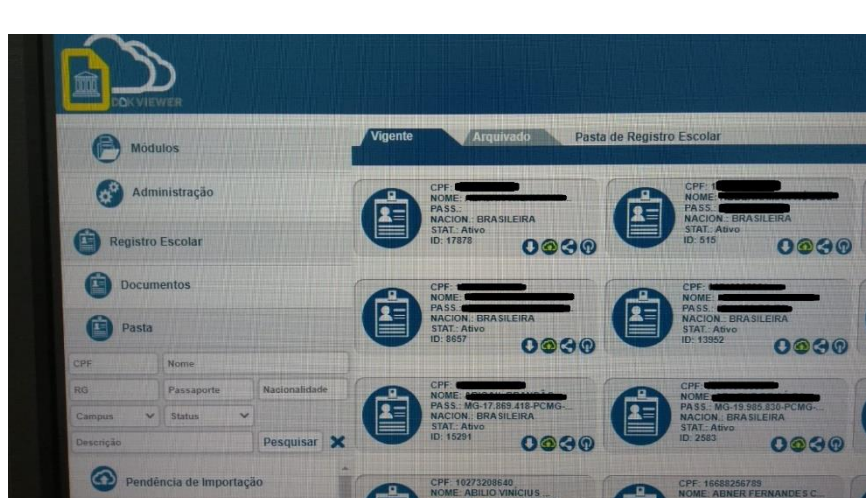
Com o início dos trabalhos verificamos vários problemas, como por exemplo o tamanho dos históricos da década de 80 que ultrapassam 70 cm de comprimento e nem o scanner planetário (figura 16), conseguiria digitalizar sendo necessário posteriormente alocar ou comprar um plotter<sup>107</sup>.

Outro problema detectado é como cadastrar nos sistemas os alunos egressos da ESAV, pois o cadastro é feito através do CPF e naquela época não existia tal documento.

---

<sup>107</sup> Impressora para cópia, reprodução e digitalização de grandes formatos

Figura 16: Sistema DOK de Gestão de Documentos



Fonte: Acervo Pessoal

Todo trabalho realizado até o momento é um projeto piloto, estamos ajustando o sistema gestor terceirizado para melhor atender os ensejos do acervo digital e futuramente a UFV pretende ter o próprio sistema de gestão documental. Nesse processo inicial avaliamos cada tipo de scanner adquirido, sistema operacional dos computadores, treinamento e capacitação dos servidores da Diretoria do Registro Escolar em relação ao tratamento arquivístico do arquivo físico (identificação e classificação dos tipos documentais, regras de substituição/atualização de documentos) ou seja estamos digitalizando os documentos dos alunos ativos para ajustar todo sistema.

Foi realizada também uma revisão de todas normativas/editais/regimentos da Diretoria de Registro Escolar bem como das portarias e atos da UFV em relação a gestão de documentos.

Toda matrícula de 2023/I foi feita de forma digital, ou seja foi a primeira matrícula nato digital realizada na UFV, os estudantes fizeram a matrícula via GPS (Gerenciamento de Processo Seletivo) desenvolvido pela DTI (Diretoria de Tecnologia da Informação) da UFV, contudo para atender a Portaria 315 do MEC que definiu as regras para a digitalização dos documentos, os documentos precisam seguir um padrão de qualidade e os documentos inseridos no GPS pelos estudantes não obedeciam as regras da Portaria 315, então a Diretoria de Registro Escolar definiu datas para cada estudante apresentar os documentos exigidos na matrícula, a equipe da DRE digitalizou cada documento e foi criada uma pasta digital no sistema DOK. A Portaria nº 360 do MEC, de 18 de maio de 2022, dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico para o digital e seguindo as orientações dessa portaria as IES não podem

mais receber e armazenar papel então digitalizamos e devolvemos os documentos para os estudantes.

Foram efetivadas 2376 matrículas da graduação no campi Viçosa, os documentos dos estudantes da pós-graduação foram anexados através de processo SEI e posteriormente serão migrados para o sistema DOK.

Os diplomas da graduação em dezembro de 2021 passaram a ser expedidos de forma digital através do sapiens<sup>108</sup>. E em novembro de 2022, passamos a registrar diplomas externos de forma completamente digital, elevando a UFV a condição de ser a primeira instituição a fornecer este tipo de serviço.

Estamos trabalhando com os documentos dos alunos ativos para posteriormente com o sistema completamente ajustado e mais scanners e computadores adquiridos, podermos trabalhar com o arquivo permanente.

Ferreira (2006, p.66) afirma que: A definição de uma política de preservação envolve, geralmente, todas as facetas de um arquivo. Implica a criação de políticas de avaliação e seleção de materiais, a identificação de esquemas de metainformações apropriadas (e.g. metainformação descritiva, técnica, de disseminação, estrutural e de preservação), a definição de estratégias de preservação adequadas a cada classe de objetos digitais, a criação de planos de sucessão para a eventualidade da organização detentora da informação interromper a sua atividade, a utilização de modelos sustentáveis de financiamento, entre outros.

Conclui-se, dessa maneira, que a conservação e preservação do arquivo permanente da Diretoria de Registro Escolar contribui, conseqüentemente, para a preservação da memória, seja ela da Universidade Federal de Viçosa, da sociedade em que se encontra inserida, ou de cada indivíduo que se encontre incorporado nesse contexto. Como se evidenciou ao longo do trabalho, essa memória pode ser individual ou coletiva, sendo ela recontada através de seus documentos.

---

<sup>108</sup> O Sistema de Apoio ao Ensino da UFV, ou Sapiens, consiste em uma ferramenta imprescindível da instituição, que acompanha toda a vida acadêmica do discente na UFV. Por meio dela, é possível acessar o histórico do aluno, disciplinas matriculadas, bem como notas e análise curricular, assim como, atualmente, disponibiliza os diplomas de todas as modalidades acadêmicas de maneira digital. Fonte: Sapiens | Primeiro Ano – Universidade Federal de Viçosa (ufv.br).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- AZEVEDO, Denílson Santos de. **Melhoramento do homem, do animal e da semente: o projeto político-pedagógico da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920 - 1948)**. 2005. 222 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BAÊTA, Odemir Vieira. **Estratégias como práticas discursivas em uma universidade pública: uma abordagem crítica**. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras. Lavras, Minas Gerais, 440p, 2016.
- BARBOSA, Lidiany Silva. **Roupa nova para velha senhora agrária: Os engenheiros-agrônomo e a modernização no campo**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, Minas Gerais, 187p., 2004.
- \_\_\_\_\_. A construção da estrutura administrativa de Minas Gerais: o ciclo desenvolvimentista como pressuposto do aumento da produção documental, 1930-1980. In: VENÂNCIO, Renato Pinto. **Gestão de documentos em Minas Gerais: experiências e perspectivas**, BH: Fino Traço, 2021. p. 17-44.
- BARROS, Nicélio do Amaral. História Regional, café e indústria: A zona da mata de Minas Gerais. **ANPUH - XXIII Simpósio de História** - Londrina, 2005
- BARROS, José D'Assunção. **A Fonte Histórica e seu lugar de produção**. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.
- BARROS, T. H. B. A indexação e a arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 21, n. 46, p. 33-44, 2016.
- BECK, Ingrid. Desinfestação de coleções usando anóxia. **Boletim da Abracor** – número 1, junho de 2010. Disponível em: <[www.abracor.com.br/novosite](http://www.abracor.com.br/novosite)>. Acesso em ago. 2022.
- BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo / Arquivo do Estado, 1998.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Universidade e arquivos: perfil, história e convergência. **Transformação**, Campinas, SP, v. 1, n. 3, p. 15-28, Set./Dez. 1989.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BORGES, Vera Lucia Abrão; SILVA, Fabrício Valentim da. **Ensino agrícola, trabalho e modernização no campo: a origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920-1929)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

BORGES, José Marcondes. **Escola Superior de Agricultura: origem, desenvolvimento e atualidade**. Viçosa – MG: Editora UFV, [1966].

BORGES, J. M.; SABIONI, Gustavo Soares. **Legislação de importância histórica**. Viçosa, MG: Editora UFV, 2010.

BORGES, José Marcondes. Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Esboço histórico. In BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Potsch (Editores). **A Universidade Federal de Viçosa no século XX**. Viçosa: Editora UFV, 2000, pp.5-21.

BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch. **A Universidade Federal de Viçosa no século XX**. 2. ed. Viçosa: Editora UFV, 2006.

BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares. **Primeiros tempos da Universidade Federal de Viçosa pelas lentes de Rolfs**. Viçosa: Editora UFV, 2006.

BRASIL. **Constituição da República federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República: Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em: ago. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso às informações. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)>. Acesso em: ago. de 2022.

BRASIL. **Lei n. 12.682, de 9 de julho de 2012**. Dispõe sobre a elaboração de documentos em meios eletromagnéticos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112682.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112682.htm)>. Acesso em ago. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 10.278, de 18 de março de 2020**. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.278-de-18-de-marco-de-2020-248810105>>. Acesso em ago. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base de 1961** - Lei 4024/61 | Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRIGNOL, S.M.S. **Novas tecnologias de informação e comunicação nas relações de aprendizagem da estatística no ensino médio**. Salvador: Faculdade Jorge Amado, 2004.

CADERNO Técnico: Administração de emergência. In. **Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em <[www.arqsp.org.br/cpba](http://www.arqsp.org.br/cpba)>. Acesso em ago. 2022.

CADERNO Técnico: Manual de pequenos reparos. Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos. In: **Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em <[www.arqsp.org.br/cpba](http://www.arqsp.org.br/cpba)>. Acesso em ago. 2022.

CADERNO Técnico: Armazenagem e manuseio. In: **Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em <[www.arqsp.org.br/cpba](http://www.arqsp.org.br/cpba)>. Acesso em ago. 2022.

CADERNO Técnico: Meio Ambiente. In: **Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em <[www.arqsp.org.br/cpba](http://www.arqsp.org.br/cpba)>. Acesso em ago. 2022.

CALLOL, Milagros Vaillant, CARBÓ, Maria Teresa Doménech. **Una mirada hacia la conservación preventiva del patrimonio cultural**. Universidade Politécnica de Valencia, Editorial. UPV, 248p.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centros de Memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

CASTRO, Maria Gontijo; ALVES, Daniela Alves de. Ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal de Viçosa: origem e trajetória institucional (1926-1988). **Revista Brasileira de Educação**, v.22, n.70, jul-set 2017. p.752-773. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HrGFmzSq4Q4CnGpWcPfDJCs/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 15 abr. 2023.

CAVALCANTE, J. **Universidade e empresa – questões e perspectivas**. Fortaleza: FIEC, IEL, 1985.

CAVALCANTE, J.F. **Educação superior: conceitos, definições e classificações**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHAGAS, Valnir. **A luta pela universidade no Brasil**. Rio de Janeiro: MEC, UFRS, Comissão de Planejamento/Serviço de Divulgação, 1967.

CHAUI, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COELHO, France Maria Gontijo. **A produção científico-tecnológica para agropecuária: da Esav à Uremg, conteúdos e significados**. 1992. 243 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1992.

CONARQ. NOBRADE: **Norma brasileira de descrição arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2006. 124p.: 29,7cm.

CONARQ. Câmara Técnica de Preservação de Documentos. **Recomendação para o resgate de acervos documentais danificados por água**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Jun. 2010. Disponível em: <<http://www.conarq.arquival.org.br>> 6- Manual de Conservação do Acervo da Biblioteca Nacional, publicado em 1993 nos Anais da Biblioteca Nacional, referente ao ano de 1991 vol.111 p.63 – 116. Disponível em <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais\\_111\\_1991.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_111_1991.pdf)>. Acesso em ago. 2022.

CUNHA, L. A. C. R. **A cátedra universitária no Brasil: persistência, mudança e desaparecimento**. Anpocs, 1994. Disponível em: <<http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/18-encontro-anual-da-anpocs/gt-17/gt05-15/7418-luizcunha-catedra/file>>. Acesso em 15 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.

DIAS, Mariza Silva Santos. **O Impacto da Portaria 315 de Abril de 2018 no Arquivo do Registro Escolar da Universidade Federal de Viçosa**. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2022, 140p.

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA. Atas da Congregação. Viçosa: 1926-1948. Manuscrito.

FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, nº 28, p. 17-36, 2006.

FERREIRA, Miguel. Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos. Universidade do Minho, Escola de Engenharia, 2006.

FERREIRA, M. **Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos**. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. 85 p. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/archive/00007977/01/livro.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

FILHO, Jairo Barduni. **Masculinidades: Um jogo de aproximações e afastamentos, o caso do jornal estudantil O Bonde**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

FONSECA, Patrícia da Silva. **Gestão em acervos documentais em Instituições Universitárias e o acesso à informação: o caso do arquivo do Serviço de Diplomas e Certificados da Universidade Federal de Viçosa**. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2022, 257 p.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos; GATTI JÚNIOR, Décio. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia (MG): EDUFU, 2002.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo, SP: Arquivo do Estado, 1998. 37 p. il. (Projeto como fazer, v. 2).

HOLLERBACH, Joana D'Arc Germano. A criação do colégio universitário da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (1964-1965): entre o superior e o agrotécnico. **Revista História da Educação**, v.23, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/heduc/a/ccLKrxBYsBFq9BQ5NwDS4CJ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 15 abr. 2023.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_\_. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996. p. 535-553.

LIMA, Antônio Luiz de; COELHO, Eduardo Lara. **UFV 70 anos: a trajetória da Escola de Viçosa**. Viçosa, MG: UFV, Impr. Universitária, 1996, p. 55.

LISBOA, João Maria Belo. Bello Lisbôa: Um homem à frente de seu tempo. In: BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. 2a.ed. Viçosa. MG. Editora UFV, 2006.

LOPES, Eduardo Simonini. “Espírito Esaviano” e cotidiano discente na escola superior de agricultura e veterinária do Estado de Minas Gerais. **Cadernos de História da Educação** (UFU. Impresso), v. 13, p. 251-266, 2014.

LOPES, Maria de Fátima. **O sorriso da paineira. Construção de gênero em universidade rural**. Tese. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1995.

LOWENTHAL, David. **Como Conhecemos o Passado**. Projeto História, São Paulo, no. 17, nov. 1998. p. 63-201. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110>>. Acesso em: ago. 2022.

MAIA, Felícia Assimar. Direito à memória: o patrimônio histórico, artístico e cultural e o poder econômico. **Movendo Ideias**, Belém, v. 8, n. 13, p. 1-4, jun. 2003. Disponível em: <[http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos\\_revistas/214.pdf](http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/214.pdf)>. Acesso em: jul. 2022.

MAGALHÃES, Edson Potsch. Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Fatos históricos. In BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Potsch (Editores). **A Universidade Federal de Viçosa no século XX**. Viçosa: Editora UFV, 2000, pp.64-83.

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.30, n.106, p.15-35, jan/abr 2009.

MARTINS FILHO, J.R. 1987. Movimento Estudantil e Ditadura Militar (1964-1968). Campinas. Livraria Editora Papirus.

MELLO, D. A. **Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Geraes. Primeiro Anuário, 1927**. Belo Horizonte: Secretaria de Agricultura, Industria, Terras, Viação e Obras Públicas do Estado de Minas Geraes, 1931.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Grande Propriedade, Grandes Proprietários: Velhas Questões, Novas Abordagens (1890-1930). In: **História e Perspectiva**. Uberlândia: Edufu, 1994. (n.10, Revista dos Cursos de História).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica. **Entre o Estado e a sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação e atuação da UNE durante o Estado Novo**. 2005. 131 p., anexos. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

NEVES, C. E. B. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: Unesco, 2002. p. 43-106.

NISKIER, A. **História da educação brasileira: de José de Anchieta aos dias de hoje, 1500-2010**. 3ª ed. São Paulo: Europa, 2011.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: Unesco, 2002. p. 31-42.

OLIVER, Graciela de Souza.: FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Ceres, as mulheres e o sertão: representações sobre o feminino e a agricultura brasileira na primeira metade do século XX. **Cadernos Pagu (UNICAMP)**. p. 365-397, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-83332007000200015&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-83332007000200015&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)> Acesso em: ago. 2022

PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. **Viçosa: mudanças socioculturais: evolução histórica e tendências**. Viçosa, MG: Ed. Viçosa, UFV, 1990.

PAVEZI, Neiva. **Arquivo fotográfico: uma faceta do patrimônio cultural da UFSM**. Santa Maria, 2010, 227 f. Dissertação (mestrado em patrimônio cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural. Santa Maria, 2010. Disponível em: <[http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2956](http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2956)>. Acesso em: 25 ago. 2022.

PEREIRA, Fernanda Cheiran. **Arquivos, memória e justiça: Gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul**. 2011. 173f. Monografia (Bacharel em Arquivologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/31152>>. Acesso em: ago. 2022.

PINTO, A.V. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1989.

PINNIGER, David. **Controlo de pragas em museus, arquivos e casas históricas**. Lisboa, Portugal: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008, 159p.

RAMOS, Melissa Ferreira. **O papel do Movimento Estudantil na Universidade Federal de Viçosa a partir da década de 1960.** Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, Minas Gerais, 98p, 2014.

**REGULAMENTO da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, 1927.**

RIBEIRO, Maria das Graças. Caubóis e Caipiras. Os land grant colleges e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa. **Revista História da Educação**, Pelotas.v.10, n.19, p.105 – 120, 2006. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29406/0>>. Acesso em: ago. 2022.

RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento.** Palestra proferida na Conferência Internacional Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism; Budapeste, 2003.

ROLFS, Peter Henry. Ensino Agrícola Mineiro e Brasileiro. **II Conferência Nacional de Educação.** Belo Horizonte, 1928.

SÁ-SILVA, J. R.; DE ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, Ano 1, n. 1, p. 1-14, Julho, 2009.

SABIONI, Gustavo Soares; BORGES, José Marcondes; MOTA, João Batista. **90 anos UFV (1926 - 2016): Uma viagem pela história da instituição.** Viçosa: Divisão Gráfica da UFV, 2016.

SALDANHA, Alberto. **A UNE e o mito do poder jovem.** Maceió: Edufal, 2005.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do Ensino Superior Brasileiro (1808-1990).** Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SANTOS, Eduardo Luiz dos. **Diagnóstico da situação arquivística da Universidade Federal de Viçosa.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2017, 150p.

SANCHO, J. M.; HERNÁNDES, F. et. al. **Tecnologias para transformar a educação.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

SARAIVA, Natália de Lima; PEREIRA, Tânia Maria de Moura. **Patrimônio Arquivos Nacionais.** Congresso Nacional de Arquivologia - CNA, 8., 2018, João Pessoa. Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, 2018. Disponível em: <[http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v6\\_nesp.](http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v6_nesp.)>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SAVIANI, D. A questão da reforma universitária. **Educação & Linguagem**, ano 7, nº 10, p. 42-67, 2004.

\_\_\_\_\_. O futuro da universidade entre o possível e o desejável. **Fórum Sabedoria Universitária**. Unicamp, Campinas, 2009.

SAVIANI, D.; SOUZA, R. F.; VALDEMARIM, V. T.; ALMEIDA, J. S. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SCHÄEFER, Stephan. **Desinfestação com métodos alternativos atóxicos e manejo integrado de pragas (MIP) em museus, arquivos, e acervos e armazenamento de objetos e atmosfera modificada**. Disponível em: <<http://www.aber.org.br>>. Acesso em ago. 2022.

SCHELLENBERG, TR. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Trad, Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

SILVA, Armando Malheiro da; et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 3. ed. Porto: Afrontamento, 2009.

SILVA, Fabrício Valentim da. **Ensino agrícola, trabalho e modernização no campo: a origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920 - 1929)**. 2007. 152 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

SILVA, Gustavo Bianch. **A UREMG/UFV e suas relações com o poder: modernização, ditadura e convênios**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2019.

SILVA, U. M. **Extensão universitária: a interação do conhecimento na semana do fazendeiro - UFV**. 1995. 199p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - UFV, Viçosa, 1995.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **O arquivista e as políticas públicas de arquivo**. In: II Congresso Nacional de Arquivologia. Anais. Porto Alegre: ABARQ-UnB, 2006.

SOUZA, J. G. Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares. **Revista de Educação**, Campinas, nº 1, p. 42-58, 2012.

SPINELLI, Jayme; PEDERSOLI JR., José Luiz. **Plano de Gerenciamento de Risco – Salvaguarda e Emergência da Biblioteca Nacional**, 2010. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br>>. Acesso em ago. 2022.

SPINELLI JUNIOR, Jayme. **Guia de Preservação & Segurança da Biblioteca Nacional, Publicado nos Anais da Biblioteca Nacional**. Dissertação de Mestrado / CPDOC/ FGV. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais\\_127\\_2007.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_127_2007.pdf)>

TAVARES, José Nilo. Educação e imperialismo no Brasil. **Educação & Sociedade**, n.7. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1980, pp. 5-52.

UNESCO. Recomendação de Paris. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. 17 de outubro de 2003. Paris, 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=271>>. Acesso em: ago. de 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Divulgação e serviços da instituição.** Disponível em: <<https://www.unicamp.br>>. Acesso em: ago. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Divulgação e serviços da instituição.** Disponível em: <<https://www.ufv.br>>. Acesso em: ago. de 2022.

VENANCIO, Renato Pinto. Digitalização e destruição: documento de arquivo, verdade histórica e *fake news*. In: FRANZINI, Fábio; LIMA, Luis Filipe Silvério (Orgs.). **Olhar o abismo: Visões sobre o passado e o presente do Brasil atual**. Vitória: Editora Milfontes, 2021, p. 15-25.

ZAMORA, Rosa María Fernández de. El patrimonio documental iberoamericano y el Programa Memoria del Mundo de Unesco, una mirada histórica. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 117-122, jul./dez. 2013

## ANEXOS

### Anexo I: Prédio Arthur Bernardes



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

### Anexo II: Foto da abertura da 3ª Exposição do Milho – ESAV



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo III: Escola Superior de Ciências Domésticas**

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo IV: Secretaria Geral da ESAV**

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo V: Alunos da ESAV**

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo VI: Alunos da ESAV fazendo prova**

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo VII: Docentes e discentes da ESAV**

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo VIII: Reunião da administração superior da ESAV**

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo IX:** Vista da reta da UFV ao centro na Época da ESAV e ao redor na atualidade

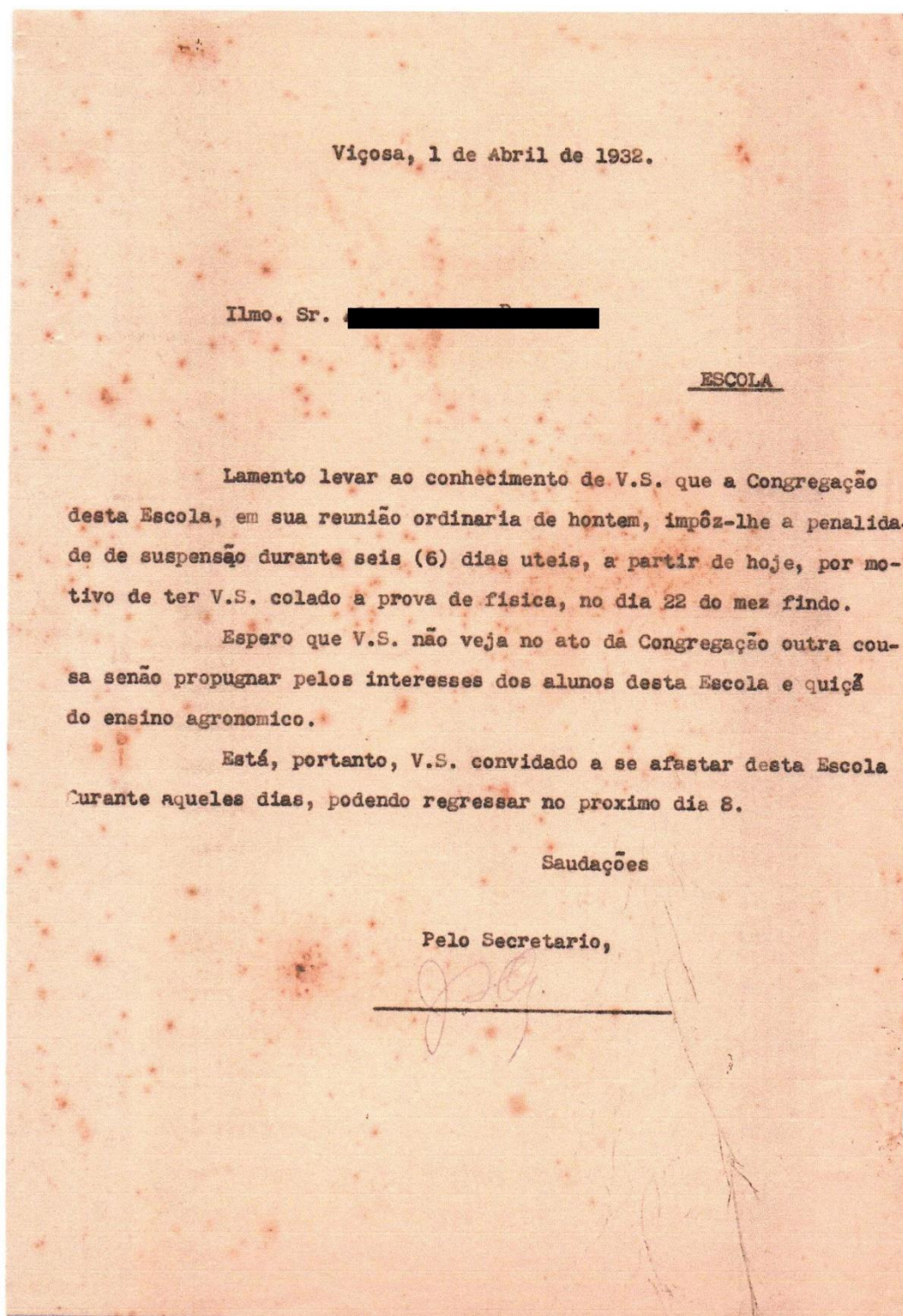


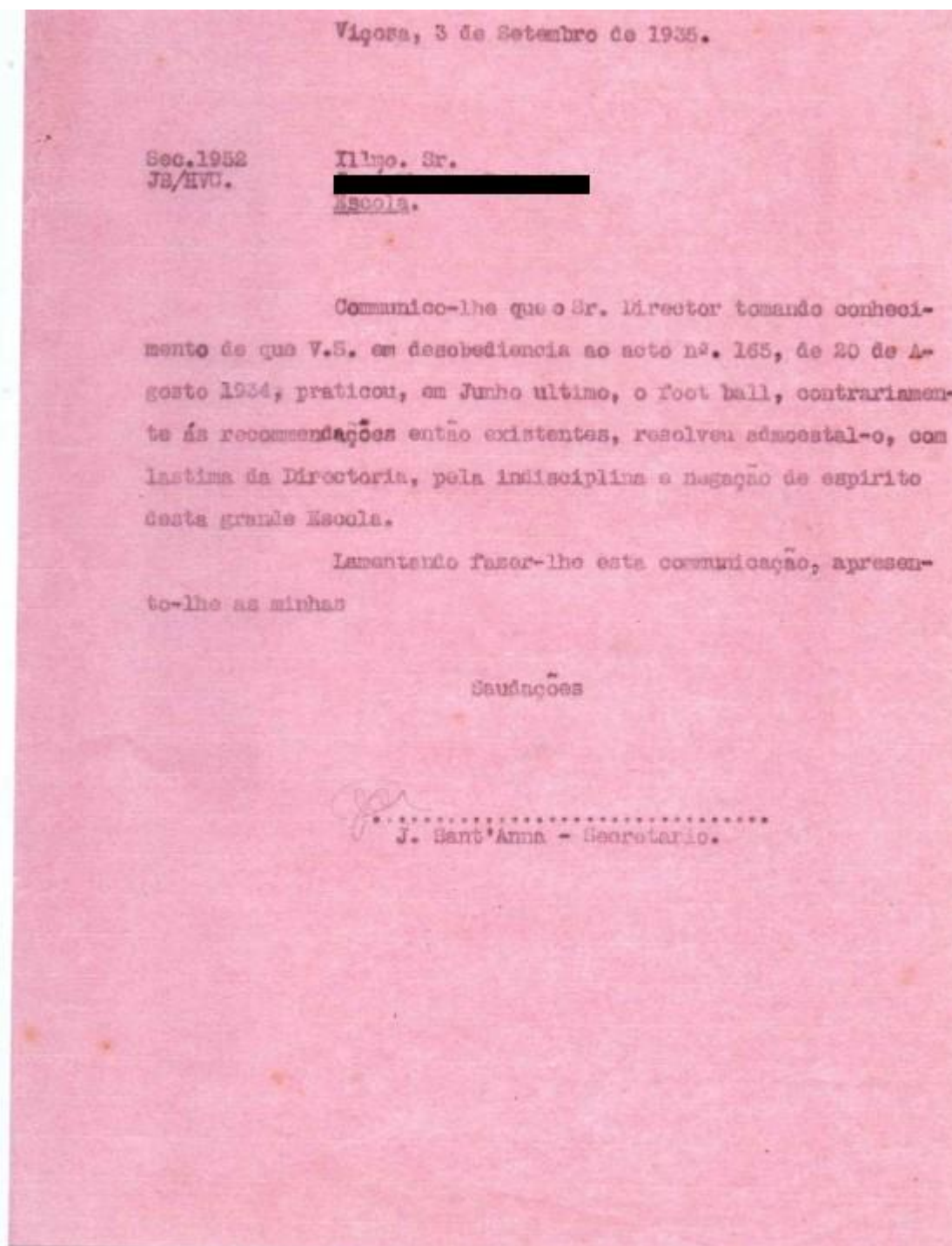
Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo X:** Escola Superior de Florestas



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo XI: Carta 01: Comunicado de suspensão de aluno. ESAV, 1932.**

**Anexo XII:** Carta 02: Carta aos pais comunicando indisciplina do aluno. ESAV 1935.

Fonte: Arquivo da Diretoria de Registro Escolar/UFV

## Anexo XIII: Carta 03: Comunicado de suspensão a um aluno. ESAV, 1938.

Vigosa, 12 de julho de 1938  
Illu. Sr.  
[REDACTED]  
Vigosa-Minas

Sec. 1221  
JG/LRS.


Prezado Sr.

Comunico-lhe que a Congregação geral desta Escola, em sessão de 21 de junho ultimo tomou conhecimento da sua responsabilidade no furto de abacates verificado na noite de 15 daquele mês, no pomar de abacateiros da Escola e ainda do seu gesto de desrespeito ás leis do estabelecimento, cujos terrenos V.S. procurou para a pratica de atos condenados pela moral, conforme sua propria confissão.

Pelas faltas acima, a Congregação resolveu suspende-lo por seis meses a partir de 7 do corrente.

Lamentando fazer-lhe esta comunicação, apresento-lhe as minhas

Saudações

  
.....  
J. Sant'Anna-Secretario.

Fonte: Arquivo da Diretoria de Registro Escolar/UFV

## Anexo XIV: Carta 04: Solicitação de vaga ao diretor da ESAV, 1938.

[REDACTED]  
 Belo-Horizonte.  


---

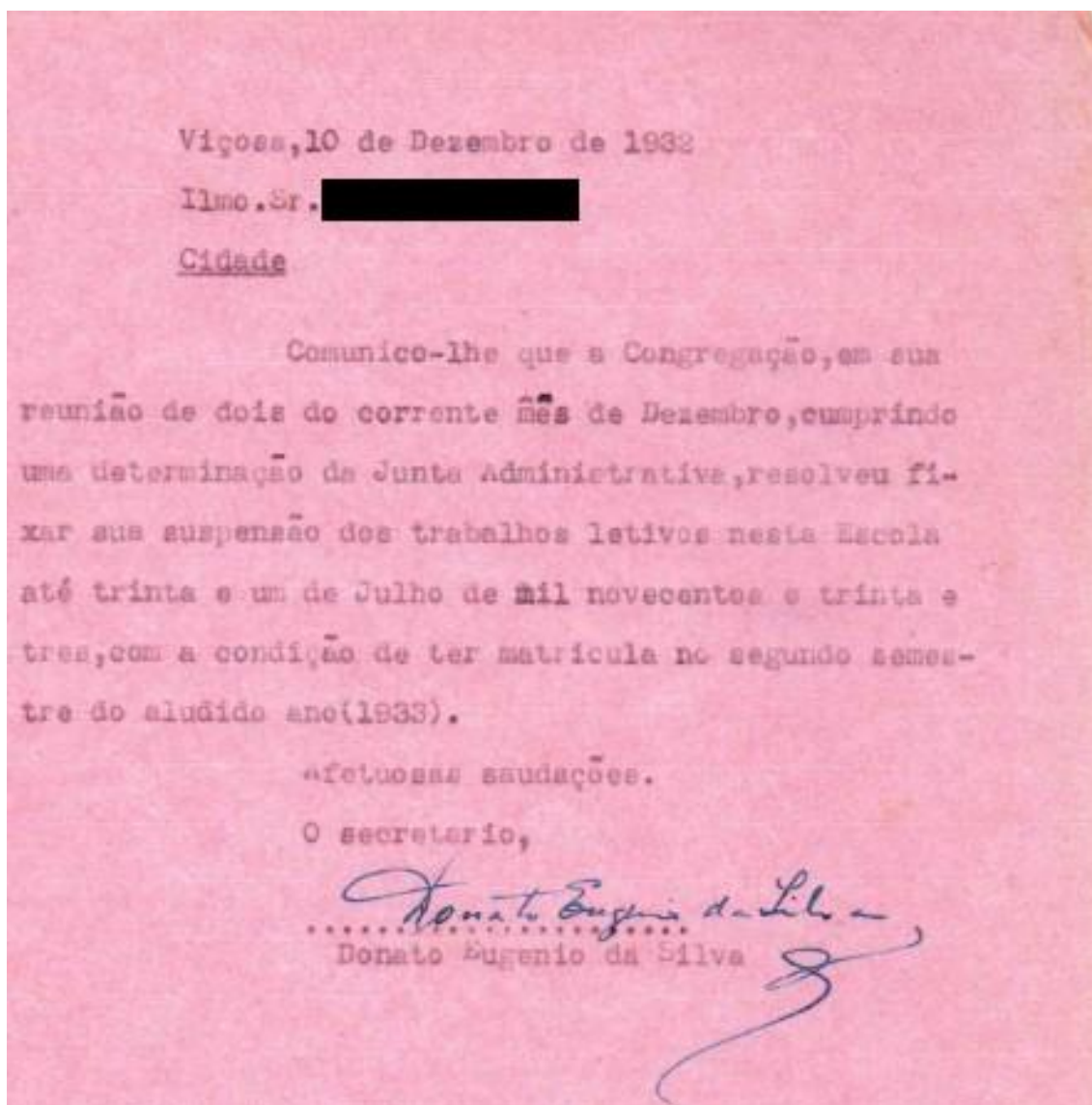
 Belo-Horizonte, 7 de Dezembro de 1938.  
 Exmo. Sr. Dr. Belo Liebsa.  
 "Diretor da E.S.A.V. de M.Gerais."  
Vigosa.  
 Saudações.  
 Venho por meio desta a presença de V.Excia. para lembrar-lhe o meu caso.  
 Sou aquele rapaz que lhe procurei por duas vezes no "Grande Hotel" para ver se era possível obter com a sua aquiescência um lugar gratuito aí na Escola.  
 Estou seguindo seu conselho, isto é, quer vai de qualquer modo? Assim é que mesmo no caso de não se conseguir o almejado lugar, eu irei na qualidade de aluno Contribuinte, como lhe disse meu tio, Sr. Luciano Alves Peres.

Secretário  
 por 2 vezes  
 em 1938  
 Belo Horizonte

ra. Faço-lhe a presente comunicação porque vi hoje pelo "Kinse" que a Escola já luta com o excesso de candidatos, tendo até deixado de aceitar uma leva de Espiritosantenses.  
 Espero pois que V.Excia. reservará o meu lugar até a época regulamentar das inscrições.  
 Outrossim desejo saber se realizará este ano o exame Vestibular para o Curso Superior, pois o mesmo depende de decisão da Congregação, de acordo com o ESTATUTO a pgs. 30, linhas 10 e 14.  
 Como já é de seu conhecimento, tenho o Curso Ginásial completo, o que já constitui uma prova de Preparo.  
 Certo é que o amigo tomará na devida conta este meu pedido, subscrito-me de V. Excia., amigo e admirador.

Amador (R)

Fonte: Arquivo da Diretoria de Registro Escolar/UFV

**Anexo XV:** Carta 05: Comunicado de suspensão ao aluno. ESAV, 1932.

Fonte: Arquivo da Diretoria de Registro Escolar/UFV

## Anexo XVI: Carta 06: Comunicado de afastamento de aluno aos pais. ESAV, 1941.

Viçosa, 4 de julho de 1941  
Ilm<sup>o</sup>. Sr.  
[REDACTED]  
São Paulo

Sec. 1194  
LRB.

Presado Sr.

Comunico-lhe que, de acôrdo com o artigo 40 do Regulamento da Escola, os alunos que tiverem 50% ou mais reprovações em dois meses consecutivos, deverão ser afastados do Estabelecimento.


O seu filho teve, infelizmente, mais de 50% de reprovações nos meses de abril e maio últimos, conforme V.S. viu pelos boletins que lhe foram enviados.

Ficou resolvido que fosse ele afastado, tendo em vista o dispositivo do regulamento e o pouco aproveitamento do seu filho.

Esta medida atingiu a vários alunos e visa o proprio interêse dos pais e a eficiência do ensino.

Lamentando fazer-lhe esta comunicação, apresento-lhe as minhas

Atenciosas Saudações

  
.....  
J. Santana - Secretário.

Fonte: Diretoria de Registro Escolar/UFV

**Anexo XVII:** Carta 07: Justificativa à instituição de ausência em exame acadêmico por motivo de convocação de aluno à guerra. ESAV, 1946.

Exmo. Sr. Diretor da Escola Superior de Agricultura do Estado de Minas Gerais - Viçosa.

A Secretaria para informações pessoais  
13.07.46


Indefiro a vista da informação de Sr. João Carlos de Melo

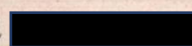
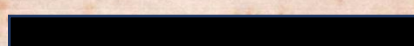
21/11/46 Pelo Diretor

O abaixo assinado, tendo sido convocado para servir ao Exército Nacional e não tendo podido prestar exame de Física Agrícola, do primeiro ano, do qual ainda depende, vem requerer a V. Excia. sua aprovação na referida cadeira, em face da Lei número 2 (dois) de 22 de Novembro de 1946, publicada no Diário Oficial de 25-11-1946.

Pede deferimento.

Viçosa, 1 de dezembro de 1946.

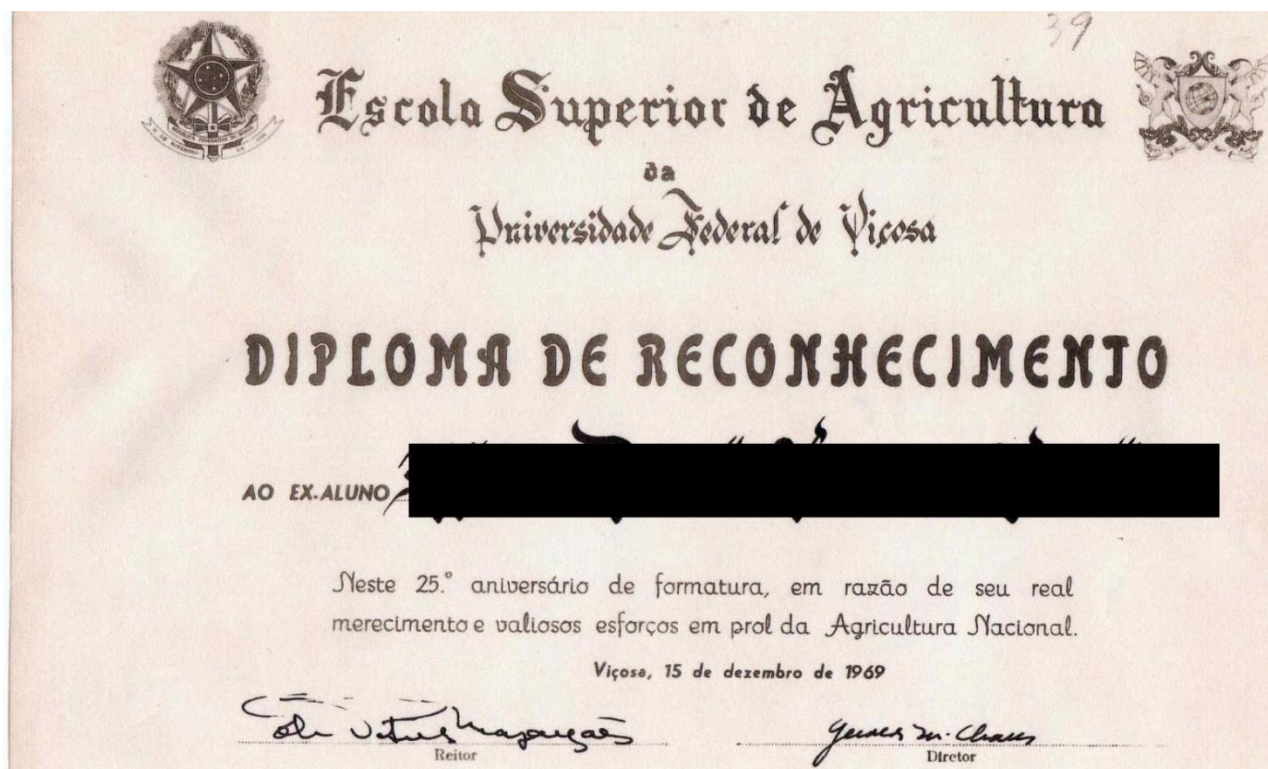


Reg. sob  

13 - XII - 46  
H. A. R.

Fonte: Arquivo da Diretoria de Registro Escolar/UFV

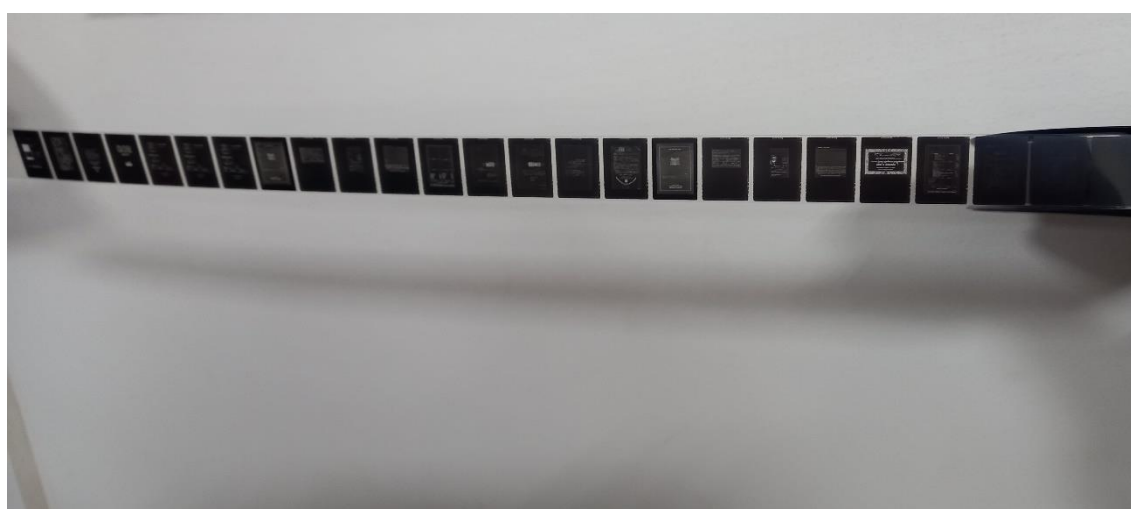
Anexo XVIII – Diploma da ESAV, emitido após a federalização. UFV, 1969.



Fonte: Arquivo da Diretoria de Registro Escolar

**Anexo XIX: Máquina leitora de microfilme**

Fonte: Acervo Pessoal

**Anexo XX:** Caixa de microfilme e microfilme.

Fonte: Acervo Pessoal

## Anexo XXI: Horário de aulas, ESAV.

HORARIO DAS AULAS DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINARIA DE BRASILEIA						
	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sabado
6				Lab. V.A.N.T.A.B.		
6:30				C.A.F.E.		
7 - 9	Zootecnia Rehsag	Agronomia Mello	Veterinaria Rehsag	Agronomia Mello	Zootecnia Rehsag	Engenharia Rural Mello
9- 10	Agronomia Mello	Zootecnia Rehsag	Agronomia Mello	Zootecnia Rehsag	Agronomia Mello	Zootecnia Rehsag
10 - 11:30	R E U N I A O E A L M O O U					
11:30-12:30	Eng. Rural Mello	Entomologia Mello	Entomologia Mello	Eng. Rural Mello	Veterinaria Rehsag	Zoologia Rehsag Mello
12:30-1:30	Veterinaria Rehsag	Zoologia Rehsag Mello	Mello	Mello	Zoologia Rehsag Mello	
1:30 - 2	C A F E					
2 - 3	Arith. Lellis Mello	Arith. Lellis Mello	Arith. Lellis Mello	Arith. Lellis Mello	Portuguez E. Santo Mello	Arithmetica Lellis Mello
3- 4	Historia E. Santo Mello	Portuguez E. Santo Mello	Historia E. Santo Mello	Portuguez E. Santo Mello	Historia E. Santo Mello	Historia Eg. Santo Mello
4 - 4:30	L A N T A M E H B U R S I U					
4:30- 6	Portuguez Horta Elementar	Geographia Lellis Elementar	Portuguez Horta Elementar	Geographia Lellis Elementar	Portuguez Horta Elementar	Geographia Lellis Elementar
6:45-7:30	Arith. Lellis Elementar	Geom. e Des. Lellis Elementar	Arith. Lellis Elementar	Geom. e Des. Lellis Elementar	Arith. Lellis Elementar	Geom. e Des. Lellis Elementar
7:30-8:45	L A N T A M E H B U R S I U					
8:45-9:00	C H A					
9 - 6	L A N T A M E H B U R S I U					

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

## Anexo XXII: Jornal o Bonde, 1958.

**O BONDE**

Diretor: Múcio S. M. Pessoa  
Redator: Roberto Saraiva  
Gerente: Gualter B. Gonçalves  
Secretário: Feliciano M. C. Junior

(Reg. nº 927 no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca)

Órgão Informativo, Cultural, Crítico, Humorístico dos Alunos da Escola Superior de Agricultura da UREMG.

Ano XIII ————— Viçosa, 18 de junho de 1958 ————— Número 195

---

**MAIS UM GRANDE PASSO DA E.S.A.**

Constituíram, sem dúvida alguma, grandes e inesquecíveis acontecimentos na vida de nossa Escola, os concursos para provimento de mais três das cadeiras que fazem parte do nosso "Curriculum".

As cadeiras de Alimentos e Alimentação dos Animais Domésticos, Botânica Agrícola, e Microbiologia Geral e do Solo foram entregues após brilhantes defesas de tese à Suas Excias. Drs. Joaquim Campos, Chotaro Shimoya e José de Alencar, respectivamente.

As teses apresentadas, os resultados finais, bem como os componentes das bancas examinadoras foram os seguintes:

1 — "VALOR NUTRITIVO DO FARELO DE ALGODÃO NA ALIMENTAÇÃO DAS AVES", Prof. Joaquim Campos, média final — 9,14.

Examinadores: Prof. Dr. José de Alencar Vianna, da Escola Superior de Veterinária da U. R. E.M.G.; Dr. Henrique F. Raimo, do Instituto de Zootecnia da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo; Prof. Dr. Alcides Di Paravicini Torres, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, Estado de São Paulo; Profs. Drs. Hans Bruno Walter Brune e Carlos Socias Schlottfeldt, desta Escola.

2 — "EVOLUÇÃO MORFOLÓGICA DOS CONDRIOSSOMOS, DURANTE A FORMAÇÃO DOS GRÃOS DE PÓLEN DE CYTINUS HIPOCISTIS L.",

Prof. Chotaro Shimoya, média final: 7,98.

Examinadores: Prof. Dr. Giorgio Schreiber, da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais; Prof. Dr. J. Alvares S. Soares Sobrinho, da Escola Superior de Agricultura Eliseu Maciel, Rio Grande do Sul. Prof. Dr. Moacyr do Amaral Lisboa, da Escola Nacional de Minas e Metalurgia de Ouro Preto, Minas Gerais, Profs. Drs. Hans Bruno Walter Brune e Carlos Socias Schlottfeldt, desta Escola.

3 — "ESTUDO SÔBRE A DECOMPOSIÇÃO DA PALHA DE CAFÉ DURANTE A SUA TRANSFORMAÇÃO EM ESTÉRICO ARTIFICIAL", Prof. José de Alencar, média final: 9,5.

Examinadores: Prof. Dr. Walter Borzani da Escola Politécnica da Universidade do Estado de São Paulo; Prof. Dr. Raimundo Muniz Aragão, da Escola Nacional de Química; Prof. Dr. Rubens de Souza Carvalho, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, Estado de São Paulo; Profs. Drs. Alexis Dorofeeff e Carlos Socias Schlottfeldt, desta Escola.

Todos os novos catedráticos apresentaram trabalhos de alto valor científico, e também, que demonstraram a sua capacidade como pesquisadores e experimentadores. As teses deixavam transparecer a dedicação, esforço e trabalho de cada um, o que de antemão nos levava a esperar o magnífico resultado obtido.

Deixamos aqui os nossos agradecimentos à Diretoria da ESA, por ter dispensado as aulas.

Finalizando, damos o nosso abraço de parabéns e votos de muitas felicidades e realizações aos novos Catedráticos.

O BONDE.

**ERA UMA IDÉIA, É UMA REALIDADE**

Deu mais um passo a imprensa esaviana com o aparecimento do jornal "O TAGARELA". Causou surpresa o primeiro número, principalmente por aparecer tão repentinamente. Ele demonstra um idealismo louvável dos rapazes do Agro, que começa a se concretizar, e bem, haja vista a boa impressão que deixou o seu primeiro número.

Como o mais velho da casa, "O BONDE" se sente feliz por ter um irmão de trabalho, ajudando-o nas suas funções básicas, de órgão: Informativo, Cultural, Crítico e Humorístico". Somos agora quatro com a "TRIBUNA ACADÊMICA" e "A PAINEIRA", número que acreditamos suficiente às necessidades de imprensa da Comunidade Esaviana, desde que cada um procure cumprir suas finalidades de: Elogiar toda vez que for preciso, informar sempre e criticar construtivamente toda vez que necessário for.

Nossos cumprimentos e votos de felicidades.

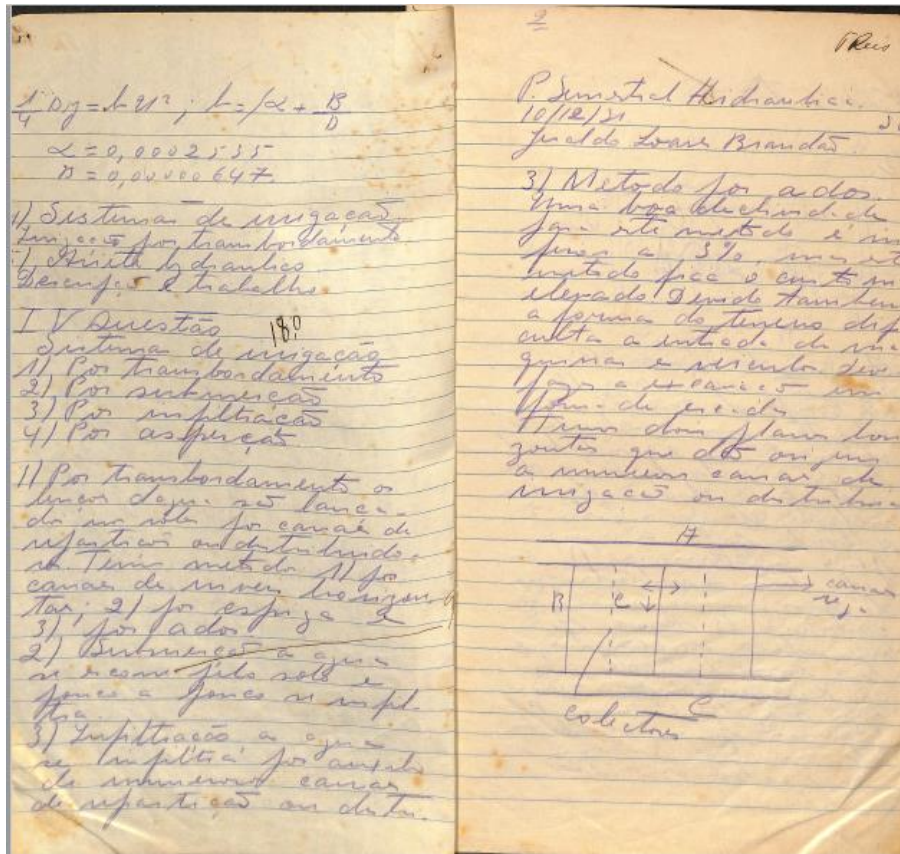
Múcio S. M. Pessoa.

Anexo XXIV: Jornal Gazeta Universitária, 1967.



Fonte: Arquivo da Diretoria de Registro Escolar

Anexo XXV: Prova realizada por um aluno



Fonte: Arquivo da Diretoria de Registro Escolar

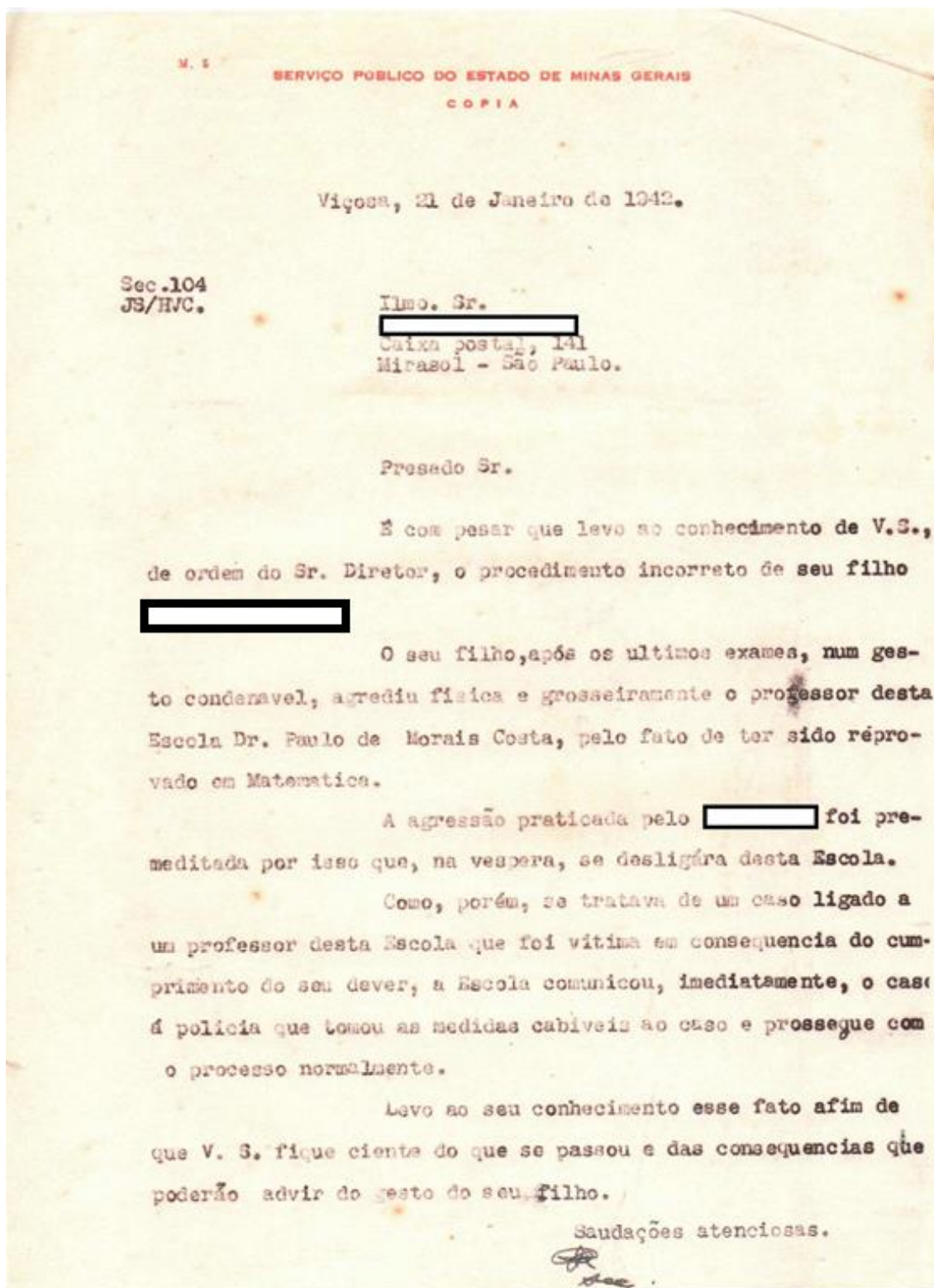


## Anexo XXVII: Resposta da congregação

A comissão encarregada de examinar a prova do alumno [REDACTED], escreveu-me a nota do professor da cadeira, julgando improcedente a reclamação feita pelo mesmo alumno relativamente ao grau obtido na prova semestral de Hidráulica de 10/12/31.

Vigosa, 15 de Janeiro de 1932.  
D. [REDACTED]  
D. [REDACTED]  
G. [REDACTED]

## Anexo XXIII: Carta para o pai comunicando o desagravo do aluno



## Anexo XXIV: Carta de desculpas do pai

ADVOGADO  
MONTE APRAZIVEL

Monte Aprazivel, 27 de jan°. de 1942

Illmo. Sr.  
Dr. Diretor da  
Escola Sup. de Agricultura e Veterinaria  
V I Ç O S A  
Est. de Minas Gerais

E' com a mais profunda mágua que respondemos, a pedido de papai, a carta que lhe foi dirigida em 21 do corrente mês, na qual V. S. levava ao conhecimento dêle o procedimento incorreto de s/ filho e nosso irmão Julio Lucchese.

Nem sei o que lhe diga, Sr. Diretor, deante do fato narrado naquela carta, da atitude e do gesto de nosso irmão para com o s/ professor, Dr. Paulo de Moraes Costa.

Além de ter causado à familia o profundo aborrecimento resultante de vê-lo reprovado pela segunda vez, maior [redacted] não poderia causar que tomando com o seu professor a atitude relatada na carta recebida.

Somos 7 irmãos, dos quais 6 completaram o curso secundario e 3 o Curso Superior. Jamais houve com qual quer dêles a menor desinteligencia com seus professores que sempre lhes mereceram a maior estima e hoje a maior veneração.

Nunca poderíamos tambem pensar que [redacted] fosse capaz de praticar ato tão desleal e de ter tido o procedimento incorreto relatado na carta que V. S. dirigiu a nosso pai.

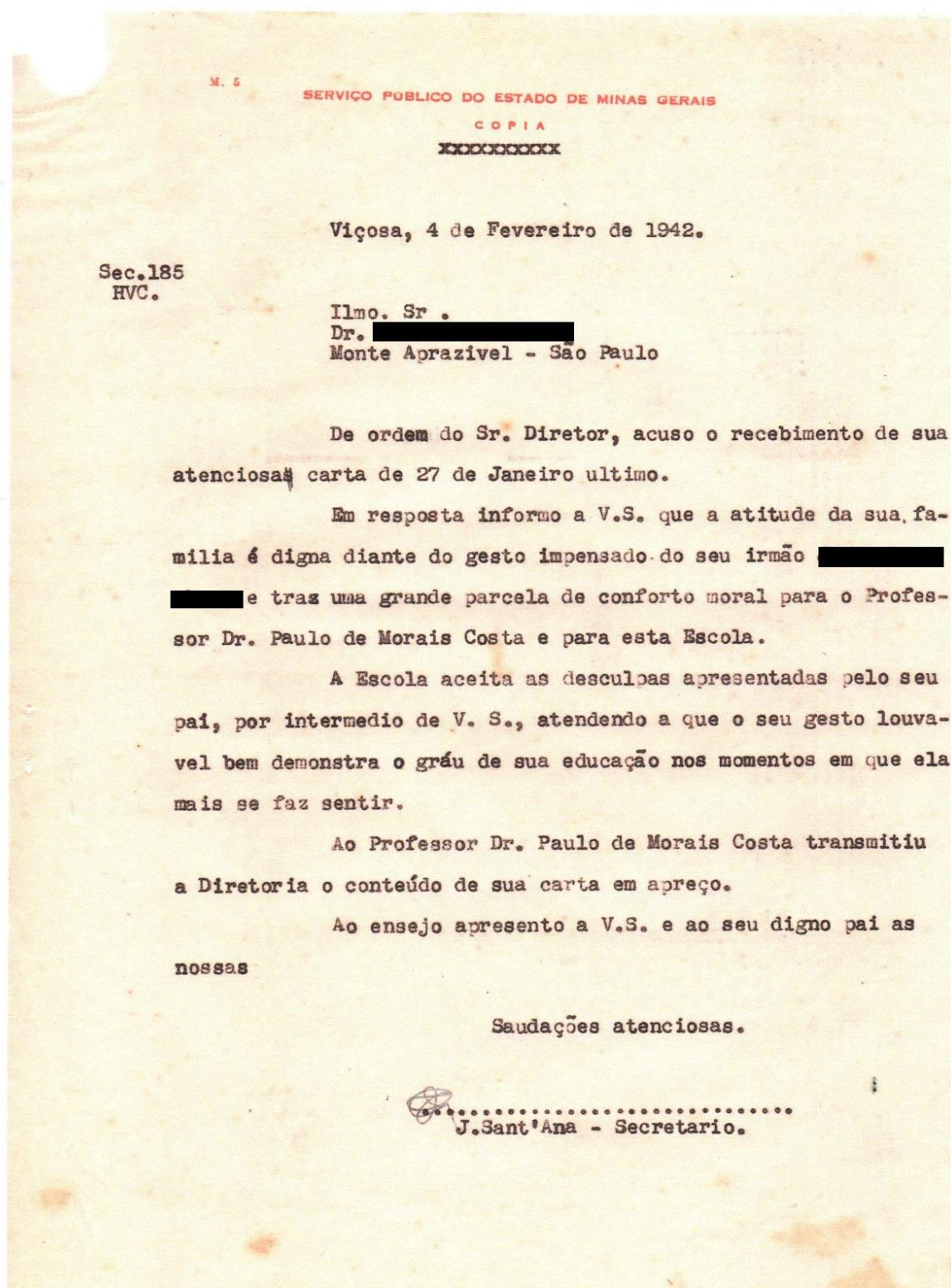
Papai, ciente do ocorrido, toma a liberdade de pedir-lhe o obsequio especial de transmitir ao prof. Dr. Paulo de Moraes Costa os seus profundos sentimentos de pesar pelo gesto de s/ filho, e, nos acompanhamos o pedido de papai, recomendando-nos ao referido professor, a quem tambem particularmente iremos escrever.

Certo de que V. S. aceitara, pela Escola, e saberá compreender os sentimentos de profunda mágua que, por nosso intermedio, expressa nosso pai, - queremos valer-nos do ensejo para, com os protestos de admiração e respeito que lhe dedicamos, subscrever-nos com as mais

Atenciosas saudações

[redacted]

## Anexo XXV: Resposta da ESAV



## Anexo XXVI: Carteirinha estudantil

Filho de... [REDACTED]  
[REDACTED]  
Natural do Belo-Horizonte  
Residente em B.-Horizonte  
Nascido a 28/8/1909  
Estado civil Solteiro  
Cor Branca  
Olhos Castanhos  
Cabelos Cast.escuros  
Barba Raspada  
Sinais particulares Nenhum.

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINARIA  
DO ESTADO DE MINAS-GERAIS  
Identificação N. 58  
Nome [REDACTED]  
Assinatura  
*Mary Fátima de Magalhães*  
Diretor  
Fotografia Impressão digital  
[Fotografia] [Impressão digital]  
OUTROS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, NO VERSO DESTA

### Anexo XXVII: Ficha de identificação do aluno

03 10. Horizonte Caud. S. J. 70

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINARIA DO ESTADO DE MINAS GERAES

Alumno N.º 4 Anno 1927 Curso Medio

Nome [redacted] Nascido a 2 de Setembro de 1908

Nome do pae [redacted] Edade 18<sup>63</sup> Profissão Funcionario Publico.

Nome da mãe [redacted] Edade 58 N.º de irmãos 10

Endereço de pae ou tutor Rua Bernardo Guimarães 474, B. Horizonte

Natural de B. Hor. Estado de Minas

Estado civil Solteiro Cor Gabellos Olhos

Caderneta de reservista Tem, classe de 1907, 2ª categoria, N.º 2.176, Serie A.

Curso primario em Grupo Barão Rio Branco.

Curso secundario em Gym. Minas

Transferido da Escola de Minera de Agromin

Fonte: Arquivo da Diretoria de Registro Escolar

### Anexo XXVIII: Ficha de entrada do aluno

Escola Superior de Agricultura e Veterinaria

- DO -

ESTADO DE MINAS GERAES

**FICHA DE ENTRADA**

O Sr. [redacted] apresentou os documentos

ADMISSÃO	MATRICULA
Atestado medico - Sim. P. B.	Requerimento - Sim. P. B.
Certidão de idade - Sim. P. B.	Pagamento de taxas - Sim. P. B.
Prova de Preparo - de 1927.	Pagamento signal
Taxa de admissão - Sim. P. B.	Pagamento garantia - Sim. P. B.
	Atestado de admissão

Fonte: Arquivo da Diretoria de Registro Escolar

**Anexo XXIX: Memorando solicitando gratuidade para um aluno**

Directoria de Agricultura, Terras e Colonização

SECÇÃO DE AGRICULTURA E INFORMAÇÕES

MEMORANDUM N. 18 Em 2 de Março de 1928  
6 - III - 28

Snr. Director da Escola Superior de Agricultura e Veterinaria de  
VICOSA  
E.F.L.

Peço-vos admitir, como alumno gratuito desse estabelecimento, por ordem do Snr. Presidente, o [REDACTED].

Saudações.

O DIRECTOR: *Ernesto von Sperling*  
.....  
(Ernesto von Sperling)

JSA

Fonte: Arquivo da Diretoria de Registro Escolar

## Anexo XXX: Histórico de 1927



Escola Superior de Agricultura e Veterinaria do Estado de Minas Geraes

Viçosa, 1 de Setembro de 1927

Saudações cordiaes.

Venho por meio desta apresentar a  
V. S. as notas mensaes do Snr.

██████████ .....  
durante o mez lectivo de 1<sup>a</sup> até 26 de  
Agosto p. findo.

Zootechnia.....	6
Veterinaria .....	7
Zoologia.....	6
Agronomia.....	7,8
Engenharia Rural.....	10
Entomologia.....	9.1
Portuguez Medio.....	5
Arithmetica Medio.....	8
Historia.....	7.5

*P. H. Rolfs*

P. H. Rolfs, director.

As notas têm a seguinte classificação

De 9 a 10	distinção
De 6 a 8, 9	plenamente
De 4 a 5, 9	simplesmente
De 0 a 3, 9	insufficiente

PHR/J.

**Anexo XXXI: Jornal O Bonde, 1945**

Fonte: Arquivo da Diretoria de Registro Escolar

**Anexo XXXII: Professor Lourenço Menicucci em aula teórica sobre Química**

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

### Anexo XXXIII: Aula noturna para os trabalhadores



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

### Anexo XXXIV: Nota sobre a fundação do DCE

#### D.C.E

"EM 1934, CURSANDO O 2º ANO DO CURSO MÉDIO DE AGRICULTURA, ORGANIZAMOS EU E MAIS COLEGAS A 1ª ASSOCIAÇÃO DE ALUNOS DA ANTIGA ESCOLA E O CENTRO ACADÊMICO.

MORAVA ENTÃO NA PENSÃO "Beba Mais Leite", NA RUA ARTHUR BERNARDES. A ORGANIZAÇÃO DESTAS ASSOCIAÇÕES FOI CLANDESTINA, PRATICAMENTE, PORQUE O DIRETOR DAQUELA ÉPOCA, DR. BELLO LISBOA, NÃO PERMITIA QUE SE ORGANIZASSEM ESTAS ASSOCIAÇÕES. DURANTE UMA VIAGEM DELE AO ESTADOS UNIDOS, CONTAMOS COM O APOIO DO DR. DIOGO ALVES MELLO, QUE FICOU COMO SUBSTITUTO. QUANDO VOLTOU DE VIAGEM, O DIRETOR BELLO LISBOA FELICITOU A TURMA. A POSSE DA DIRETORIA FOI ENTÃO NO DIA DEZENOVE DE SETEMBRO DE 1934". (PROF. ELSOM POTSCHE DE MAGALHÃES, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 30/05/85).

O PRIMEIRO PRESIDENTE ELEITO FOI O SR. GERALDO O. D. MACHADO, E JÁ EM 1939 CONTAVA O CENTRO ESTUDANTIL COM "UM CONFORTÁVEL SALÃO DE LEITURA, UMA BOA BIBLIOTECA E UMA ESPAÇOSA SALA DE JOGOS. NÃO FOI PRECISO MUITO TEMPO PARA QUE O ESPÍRITO PROGRESSISTA DO NOSSO PRESIDENTE SE FIZESSE SENTIR: EM MENOS DE DOIS MESES NUMEROSAS OBRAS DOS MAIS CÉLEBRES ESCRITORES MUNDIAIS FORAM ADQUIRIDAS PARA A BIBLIOTECA E UM RICO E POSSANTE RÁDIO FOI INSTALADO, ELEGANTEMENTE, NA SEDE DO NOSSO CENTRO". (CATÁLOGO ELABORADO PELOS FORMANDOS DE 1939).

INFORMAÇÕES CONTIDAS A PARTIR DE FOTÓTIPO QUE FAZEM PARTE DO ARQUIVO DE NÉCIO HENRIQUE DA UFV.

Fonte: Arquivo da Diretoria de Registro Escolar

## Anexo XXXV: Carta de funcionária após ter recebido xingamentos de um aluno

Caro Sr. Director da Escola Superior de Agricultura  
do Estado de Minas Gerais

Vicosa, 30-11-930

Com os mais expressivos termos de sentimento, venho comunicar a V. Excia. minha impossibilidade de continuar prestando a essa grande Escola meus humildes serviços, na função de até agora, por ainda possuir a mesma, entre seus alumnos elementos incapazes de supportar a presença de uma senhora que deseje zelar pela sua honra e dignidade.

Pela folha junta que, bem desposta no assualho, aguardava minha attenção, e, que em cujo conteúdo muito bem espelha o intimo do seu auctor, espero sejam justificadas minhas expressões e resolução.

De accordo com as instruções de V. Excia. nunca desviei p'delixo um papel, evitando a perda de annotações feitas pelos alumnos; por esta razão, fui victima da humiliação que lamento.

Agradeço, pois, a V. Excia. a oportunidade que me deu, tendo a honra de cooperar no engrandecimento dessa Escola.

## Anexo XXXVI: Carta do pai do mencionado aluno (Parte 1)

São Paulo, 3 de Agosto de 1933.

[REDACTED]

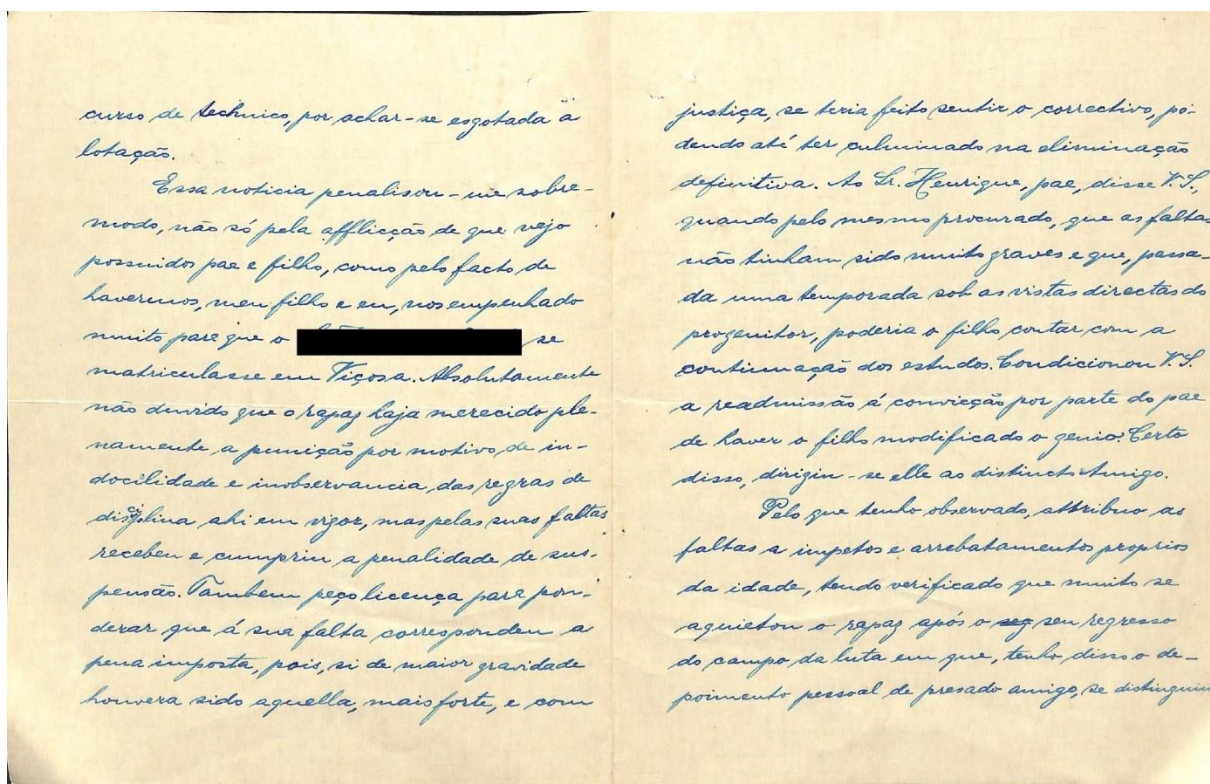
Illmo. Sr.  
Dr. J. C. Belo Lisboa,  
Picosa.

*Ant  
Recome  
Belo Lisboa  
Cirurgião  
9/8/33  
Belosantos*

Eminente Amigo,  
O pae do antigo alumno da ESAV, Sr.  
[REDACTED] me informa haver recebido, em  
resposta a duas cartas dirigidas ao distinto  
Amigo em principio do mez findo, a resposta  
da Secretaria da Escola de não poder o referido  
alumno ser admittido ás aulas do actual  
segundo semestre, para conclusão do

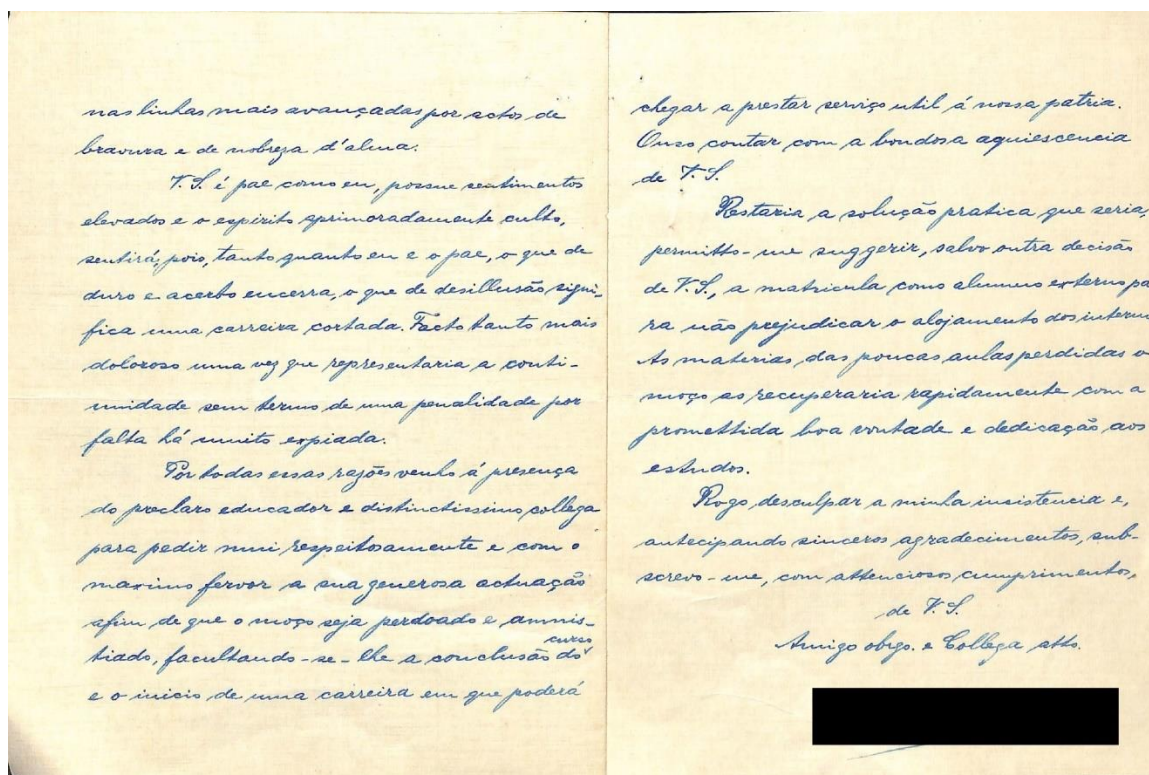
Fonte: Arquivo da Diretoria de Registro Escolar

## Anexo XXXVII: Carta do pai do mencionado aluno (Parte 2)



Fonte: Arquivo da Diretoria de Registro Escolar

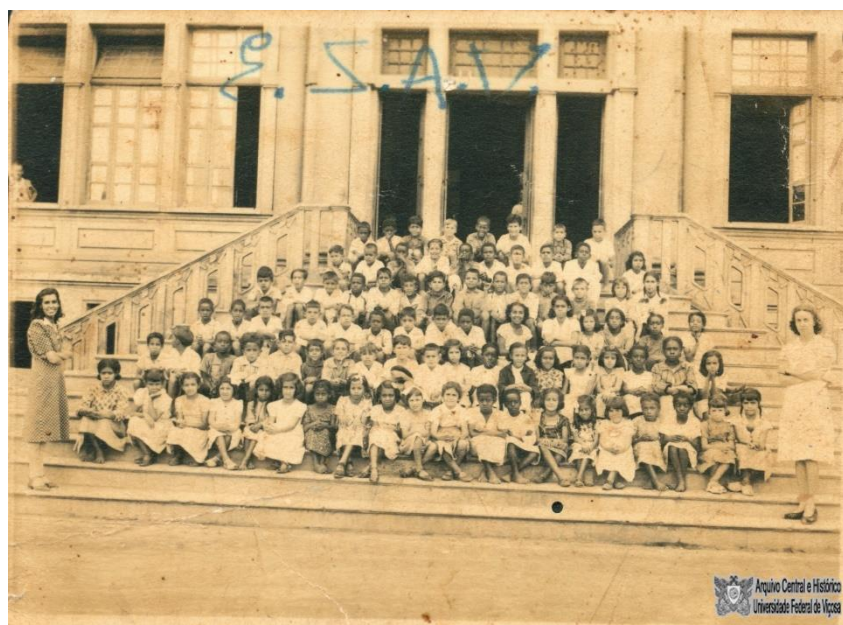
## Anexo XXXVIII: Carta do pai do mencionado aluno (Parte 3)



Fonte: Arquivo da Diretoria de Registro Escolar

**Anexo XXXIX: Alunos com Bello Lisboa**

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo XL: Alunos da Educação Infantil da ESAV**

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo XLI: Alojamento da ESAV**

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo XLII: Alunos da ESAV na presença da rainha dos estudantes**

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo XLIII: Alunos do curso médio**

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo XLIV: Alunos da ESAV**

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo XLV: Alunos do curso de Veterinária da ESAV**

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo XLVI: Associação Feminina do Effie Rolfs**

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo XLVII: Aula prática em campo experimental de cultivo do solo**

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo XLVIII: Aula prática de horticultura no Mês Feminino**

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo XLIX: Baile de formatura**

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo L: Baile de formatura no salão nobre da ESAV**

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo LI: Junta administrativa da ESAV**

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

## Anexo LII: Participantes do Mês Feminino



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo LIII: Primeira turma de Agronomia da ESAV**

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

**Anexo LIV: Pichação de protesto contra a Ditadura Militar**



Fonte: Arquivos da Polícia Política<sup>109</sup>

**Anexo LV: Marcha Nico Lopes, 1967**



Fonte: Arquivos da Polícia Política

<sup>109</sup> Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/search.php>>

**Anexo LVI: Prédio do Fórum de Viçosa pichado em 1968**



Fonte: Arquivos da Polícia Política

**Anexo LVII: Prédio do Fórum de Viçosa pichado em outubro de 1968**



Fonte: Arquivos da Polícia Política